

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

FLAVIA SALLES FERRO

**Virgílio de Mello Franco: trajetória política em  
contexto de mudanças (1929-1948)**

NITERÓI  
2015

FLAVIA SALLES FERRO

**Virgílio de Mello Franco: trajetória política em  
contexto de mudanças (1929-1948)**

Dissertação de mestrado apresentada ao  
Programa de Pós-Graduação em História  
da Universidade Federal Fluminense,  
como requisito para obtenção do grau de  
mestre em História.

Orientador: Jorge Ferreira

NITERÓI

2015

**F395 Ferro, Flavia Salles.**

Virgílio de Mello Franco : trajetória política em contexto de mudanças (1929-1948) / Flavia Salles Ferro. – 2015.

129 f. ; il.

Orientador: Jorge Ferreira.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2015.

Bibliografia: f. 125-129.

1. Franco, Virgilio A. de Melo (Virgilio Alvim de melo), 1897-1948. 2. Político brasileiro. 3. Revolução de 1930. 4. Minas Gerais; política e governo. 5. União Democrática Nacional (Brasil). I. Ferreira, Jorge. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

CDD 923.281

FLAVIA SALLES FERRO

**Virgílio de Mello Franco: trajetória política em  
contexto de mudanças (1929-1948)**

Dissertação de mestrado apresentada ao  
Programa de Pós-Graduação em História  
da Universidade Federal Fluminense,  
como requisito para obtenção do grau de  
mestre em História.

**Banca examinadora:**

---

Prof. Dr. Jorge Ferreira (Orientador)  
Universidade Federal Fluminense

---

Prof. Dra. Cláudia Maria Ribeiro Viscardi  
Universidade Federal de Juiz de Fora

---

Prof. Dra. Helena Bomeny  
Universidade Estadual do Rio de Janeiro

---

Prof. Dra. Juniele Rabelo de Almeida (Suplente)  
Universidade Federal Fluminense

## Resumo

O trabalho compreende a trajetória política de Virgílio de Mello Franco entre os anos 1929-1948. Dessa forma, o estudo perpassa desde a Primeira República até os primeiros anos da experiência democrática brasileira. Esse período é importante na história do Brasil republicano. Valores e ideais autoritários e liberais-democráticos conviveram, instituindo culturas políticas, das quais Virgílio estava inserido. Virgílio de Mello Franco foi político tradicional na Primeira República. Destacou-se na Revolução de 1930 devido sua liderança no movimento, foi conhecido tenente-civil. Foi aliado de Getúlio Vargas durante o governo provisório, compôs o chamado “Gabinete Negro”, lutou ao lado do governo federal na Guerra Civil de 1932. Disputou a interventoria de Minas Gerais em 1933, rompeu relações com Getúlio Vargas, tornou-se opositor de seu governo. Foi um dos articuladores e escritores do Manifesto dos Mineiros. Contribuiu na fundação da União Democrática Nacional, foi seu secretário geral. Exonerou-se do cargo em 1946 por divergências com o partido. Foi presidente da secção mineira da UDN. Em 1948 foi assassinado. O estudo da trajetória de Virgílio de Mello Franco é maneira de compreender importante personagem político e episódios relevantes da história do Brasil. O trabalho analisa também, no âmbito político: disputas entre forças públicas; contradições; pensamento social; circulação de ideias; práticas; ideologias e partidos desse contexto histórico.

## Abstract

The work includes the Virgílio de Mello Franco 's political trajectory between the years 1929-1948. Thus, the study goes through since the First Republic until the early years of Brazilian democratic experience. This period is important in Brazil's Republican history. Authoritarian values and ideas and liberal-democratic lived, instituting political cultures, of which Virgil was inserted. Virgílio de Mello Franco was traditional politician in the First Republic. He excelled in the Revolution of 1930 because of his leadership in the movement, which was known lieutenant civil. He was Getúlio Vargas allied during the interim government, made up the called "Black Cabinet", have fought alongside the federal government in the Civil War, 1932. He disputed the government of Minas Gerais in 1933, broke relations with Getúlio Vargas, he became opponent of his government. He was one of the organizers and writers of the Manifesto of the Miners. He contributed to the building of the National Democratic Union. He was its general secretary. He dismissed from his post in 1946 because of disagreements with the party. He was president of the mining section of UDN. In 1948 he was murdered. Virgílio de Mello Franco's study trajectory is a way how to understand an important political figure among and relevant episodes in Brazil's history. The study also examines disputes among public forces, contradictions, social thought, flow of ideas, practices, ideologies and political parties of that historical context.

Aos meus pais, Silvio e Vera, e à minha irmã Fabiane,  
com todo meu amor,  
dedico.

## AGRADECIMENTOS

As ações do homem, embora sejam de sua responsabilidade, são influenciadas pelo contexto e relações. É pensando assim que considero essa dissertação como minha conquista, mas que dependeu de suporte acadêmico, familiar e de amigos.

Agradeço, pois, primeiramente a Deus. Fonte de amor, paz e proteção.

À Universidade Federal Fluminense que enriqueceu meu fazer historiográfico através de orientação de professores, discussões de corredores, eventos acadêmicos, aulas, leituras. Sou grata também à Universidade Federal de Ouro Preto e seus professores, onde dei meus primeiros passos na profissão que escolhi.

Ao Prof. Dr. Jorge Ferreira, por ter acreditado em meu potencial. Sua competência e humildade me inspiram diariamente! Agradeço a paciência, dedicação e incentivo.

Às Profs. Dras. Cláudia Viscardi e Helena Bomeny agradeço pela leitura dedicada, sugestões e contribuições para a melhoria deste trabalho.

Aos meus amados pais, Silvio Antonio Ferro e Vera Lúcia Redondo Salles, por não medirem esforços para que meus objetivos e ambições sejam sempre concretizados, por me mostrarem o valor que tem a educação e por serem meu porto seguro.

À minha irmã, Fabiane Salles Ferro. Você, junto de nossos pais, é meu alicerce. Simplifica as dificuldades e intensifica minha alegria.

À Taciana Begalli agradeço pelas leituras de todos os trabalhos acadêmicos, contribuindo para a melhoria deles. Foi minha terapeuta, companheira de angústias, dúvidas, diversão, enfim, a melhor amiga.

Às boas amizades feitas nesse mestrado: Ana Carolina Radd, Diego Carvalho da Silva, Renato da Silva, Aryanny Silva, Bruna Dourado, Kate Soares, Carolina e Rosângela Assunção. Vocês são os melhores presentes que a cidade maravilhosa me deu.

À Paola Marini, Anne Pimenta, Nadja Garbin e Mariana Souza, por serem amigas compreensivas, leves e de bem. Agradeço por me trazerem calma em momentos de desespero.

À República Xamego, por ser a saudade que eu gosto de ter.



## Sumário

<b>Introdução</b> .....	10
<b>Capítulo 1 – Do político tradicional ao revolucionário de 1930</b> .....	16
Virgílio de Mello Franco: o político e política na Primeira República .....	16
Do político da Primeira República ao tenente civil: articulando a Revolução de 1930 .....	26
<i>Outubro, 1930: As memórias de Virgílio de Mello Franco</i> .....	39
<b>Capítulo 2 – De “Ariel” a opositor: Virgílio de Mello Franco e o governo Vargas</b>	54
Virgílio de Mello Franco: Política e partidos políticos no Governo Provisório .....	54
Getúlio Vargas, o Partido Progressista Mineiro e o caso da interventoria mineira ....	67
Virgílio de Mello Franco: rumo à oposição de Getúlio Vargas.....	81
<b>Capítulo 3 – Sob o signo da resistência udenista: Virgílio de Mello Franco e o fim do Estado Novo</b> .....	88
A Segunda Guerra e movimentos de oposição ao Estado Novo.....	88
Virgílio e o Manifesto dos Mineiros .....	95
1944, último ano do Estado Novo .....	101
O I Congresso Brasileiro de Escritores e a luta contra a censura .....	104
Os novos partidos políticos.....	107
O movimento queremista e o fim da ditadura.....	110
Últimas lutas .....	119
<b>Conclusão</b> .....	124
<b>Referências</b> .....	126

## Introdução

Este trabalho compreende a trajetória política de Virgílio de Mello Franco entre 1929-1948. São estudadas conjunturas políticas de contexto de mudanças no Brasil. Tal trajetória perpassa a Primeira República, visando compreender o político tradicional que ele foi neste período; entender sua liderança na Revolução de 1930, envolvendo os pensamentos e ideais defendidos nesse episódio. Além das transformações ocorridas e idealizadas. São compreendidas contradições, continuidades e rupturas políticas da década de 1930 em Minas Gerais e no Brasil. Analisa-se a participação política de um opositor ao Estado Novo e os desdobramentos para o fim da ditadura.

Estudar a trajetória política de Virgílio de Mello Franco é relevante, pois ele foi importante político da história brasileira. Seu estudo permite compreender a Primeira República; Aliança Liberal; Revolução de 1930; Governo Provisório (1930-1934); Governo Constitucional (1934-1937); Estado Novo. A relevância deste trabalho também se dá pela preocupação em compreender as ações, ideais e a memória de Virgílio sobre os eventos que ele participou. Assim, este trabalho não se atentará apenas para sua participação na política brasileira, mas também para como ele se considerou agente nesse contexto.

Em carta de Virgílio de Mello Franco a Pedro Aleixo, datada de 9 de setembro de 1945, Virgílio narrou sua vida pública:

“Presto, há quinze anos, meu modesto concurso à luta pela emancipação política do Brasil, dando-lhe o contingente de todo o meu esforço. Diz-me a consciência que não fui de todo inútil à nossa geração e à nossa terra. Dei quinze anos de sôfrega atividade no desesperado empenho de servir à Minas e ao Brasil, no sentido de suas aspirações coletivas, dos seus impulsos generosos. Lutei quinze anos, sem a falta de um dia; consumí minha mocidade, num esforço hercúleo de sacudir a árvore para que os outros colhessem os frutos; escrevi na imprensa; fiz discursos; escrevi livros; fiz revoluções e expus a vida e a liberdade; sofri prisões e constrangimentos de toda a ordem; achei-me em tudo e em toda parte, menos na hora de colher os frutos.”<sup>1</sup>

Sua trajetória, à primeira vista, parece contraditória. Político durante a Primeira República e, no entanto, foi um dos líderes do movimento que teve como ideal romper com práticas políticas existentes nesse período, como o voto de cabresto, fraudes eleitorais, violência – a Aliança Liberal. Virgílio de Mello Franco, que vinha de família

---

<sup>1</sup> Carta de Virgílio de Mello Franco a Pedro Aleixo, 9 de setembro de 1945. Arquivo Virgílio de Mello Franco, série Correspondências. CPDOC-FGV.

oligárquica tradicional de Minas Gerais, compartilhou das ideias reformistas, como modificações no sistema político e ampliação dos direitos sociais. Participou desse grupo e contribuiu com lutas para a realização das propostas que eles defenderam.

Foi aliado do Governo Provisório, participou do que, na época, chamavam de “Gabinete Negro”, grupo político próximo a Vargas que elaborava propostas políticas e sociais do governo. Contribuiu na fundação de partidos que tinham como objetivo agremiar forças defensoras do governo federal. Trataram-se do Partido Social Nacionalista e do Partido Progressista Mineiro. Foi, portanto, aliado de Vargas, defensor de seu governo. No entanto, desentendeu-se com Vargas. Virgílio e sua família romperam, então, relações com o governo federal. Virgílio foi importante personagem na luta pelo fim do Estado Novo.

Compreender as ações, pensamentos, ideais, enfim, a trajetória política de Virgílio de Mello Franco, é o objetivo deste trabalho. Não se trata de olhar de modo superficial as variações de posições desse personagem. Cabe adentrar no jogo político, nas disputas entre forças sociais, no pensamento político e suas variações no decorrer do tempo.

O que se observa é uma luta constante por poder. As oligarquias tradicionais haviam perdido espaço na política com a Revolução de 1930. Este movimento trouxe ao país modificações políticas e sociais. Reestruturou a base de poder do país. As oligarquias tradicionais representavam sistema de política que dava mostras de fracasso. Os reformistas ocuparam seu espaço de poder em maneira legítima de representação dos novos ideais.

Hannah Arendt pensou relações de poder. A partir de seus estudos podemos compreender que o poder se mantém e é aceito pelo fato de produzir coisas, discursos, induzir ao prazer, formar saber. Em Arendt, poder relaciona-se à dimensão de legitimidade, autoridade, significação, potência e constituição política. O poder nunca é propriedade individual, pertence a um grupo. Este grupo está no poder por ter sido empossado por muitas pessoas para agir em seus nomes. Sendo assim, os detentores de poder representam grupo social maior. A legitimidade de seu poder baseia-se nas ações, pensamentos e discursos. É preciso que a população concorde com o grupo no poder para esses permanecerem em tal posto.<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> Para mais, ver: ARENDT, Hannah. *Poder e violência*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2001.

As oligarquias tradicionais foram detentoras do poder durante a Primeira República. Durante a hegemonia das oligarquias, paulista e mineira, havia a defesa do federalismo, da economia voltada para agricultura – o café como principal mercadoria brasileira. Ao longo da década de 1920, o poder oligárquico foi questionado por militares, intelectuais, artistas, grupos oligárquicos dissidentes dos mineiros e paulistas, movimentos sociais urbanos e rurais. Houve, portanto, esvaziamento de legitimidade, e, conseqüentemente, perda do poder das oligarquias tradicionais cujo resultado foi Revolução de 1930.

Dulce Pandolfi em seu trabalho *Os anos 1930: as incertezas do regime*,<sup>3</sup> analisa as disputas entre as forças sociais representadas pelas oligarquias tradicionais em oposição às chamadas oligarquias dissidentes e políticos reformistas aliados aos tenentistas. Segundo Pandolfi, as oligarquias tradicionais, poderosas durante a Primeira República, perderam seu poder de governar com a Revolução de 1930 e as mudanças políticas e sociais que foram empreendidas a seguir. No entanto, ao longo do governo provisório e do governo constitucional, as oligarquias tradicionais, sobretudo as paulistas, mostraram-se incomodadas com a perda de espaço político. Elas tentaram, ao longo desse período, retomar o poder. A Guerra Civil de 1932 é evidência desse processo.

O processo ressurgiu ao final do Estado Novo. Nesse período diversos setores oligárquicos tradicionais tentaram recuperar espaço de poder. Maria Victoria Benevides analisa a oposição ao Estado Novo que se reuniu na União Democrática Nacional, partido fundado como frente de oposição ao governo federal. É possível distinguir cinco grupos: as oligarquias destronadas, com a Revolução de 30; os antigos aliados de Getúlio, marginalizados depois de 1930 ou em 1937; os que participaram do Estado Novo e se afastaram antes de 1945; os grupos liberais com forte indicação regional; as esquerdas.<sup>4</sup>

---

<sup>3</sup> PANDOLFI, Dulce. “Os anos 1930: as incertezas do regime”. In: FERREIRA, Jorge. & DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: volume 2 O tempo do nacional-estatismo*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2003.

<sup>4</sup> Para mais, ver: BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *A UDN e o UDENISMO: ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. (Coleção Estudos Brasileiros; v. 51).

Forças sociais opositoras ao governo federal foram ampliadas. Não se tratava mais unicamente das oligarquias tradicionais, mas estas aliadas a novas forças políticas liberais.

No entanto, não se pode analisar a conjuntura política tendo como base apenas as disputas entre forças sociais por poder. É preciso considerar o pensamento social e suas modificações. Neste trabalho serão analisados os conflitos de ideias sobre o federalismo, centralização política, conservadorismo e reformismo. Será lidado com indivíduos, os quais estão em conflitos que modificam sua maneira de pensar.

Há, ainda, a conjuntura internacional. O governo Vargas adotou medidas centralizadoras e intervencionistas. Governos autoritários foram implantados na Europa. Houve a Segunda Guerra Mundial. Ressurgiu o prestígio das democracias-liberais. Este trabalho perpassa, portanto, momentos de extrema relevância da história do século XX, os quais influenciaram o pensamento político brasileiro.

Este trabalho adotou como suporte teórico a História Política. René Rémond, um dos principais teóricos sobre história política e defensor do interesse por esta área, em seu livro “Por uma história política”<sup>5</sup> faz a discussão historiográfica sobre o interesse pela política na História. Rémond, no intuito de defender o retorno pelo interesse do político, escreve que a história política se preocupa não só com o indivíduo e com a elite, mas também com o coletivo e massas, uma vez que os estudos de partidos políticos, de sindicatos, de eleições permitem compreender o espaço social amplo, integrando todos os atores. Seu interesse não está nos eventos efêmeros, mas em uma variedade de ritmos que envolvem o instantâneo e o extremamente lento. É na longa duração que se encontram as ideologias, formações políticas e cultura política. É neste pensar historiográfico que esta dissertação se insere.

A trajetória política de Virgílio de Mello Franco permite ao estudioso conhecer período importante da história política brasileira, desde a Primeira República até, pelo menos, os primeiros anos da experiência democrática que se abriu com a Constituição de 1946. Permite, ainda, adentrar no pensamento político e nas lutas por poder travadas entre distintas forças sociais. Podemos conhecer a história do período a partir da trajetória de um indivíduo.

---

<sup>5</sup> RÉMOND, René (org.). *Por uma História Política*. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

Para melhor compreensão desse estudo, o trabalho foi dividido em três capítulos. O primeiro, intitulado “Do político tradicional ao revolucionário de 1930”, expõe breve biografia de Virgílio de Mello Franco. É apresentada sua família, formação acadêmica, participação política durante a Primeira República, sua relação com Arthur Bernardes e suas filiações partidárias nesse período. Fica evidenciada a importância de sua família para o intelectual e político que Virgílio foi. Ainda neste capítulo é estudada a participação de Virgílio na Aliança Liberal e na Revolução de 1930, compreendendo a importância dele nestes episódios, as suas ações e discursos.

O último item deste primeiro capítulo é voltado para a problematização das memórias elaboradas por Virgílio de Mello Franco sobre a política brasileira na Primeira República e sua participação na Revolução de 1930. Para isso é analisado o livro *Outubro, 1930*, livro de memórias, escrito por Virgílio, sobre a política oligárquica e Aliança Liberal.

O segundo capítulo, “De ‘Ariel’ a opositor: Virgílio de Mello Franco e o governo Vargas”, compreende a participação política de Virgílio desde a Revolução de 1930 até 1942. A preocupação central é a transição política dele como favorável a Getúlio Vargas até seu afastamento da política. O capítulo problematiza a conjuntura política da época; os ideários de Getúlio Vargas e sua estratégia política; os partidos políticos de Minas Gerais que se alocaram dentro desses trâmites; a importância de Virgílio na fundação do Partido Social Nacionalista e do Partido Progressista de Minas Gerais.

O estudo volta-se também para as disputas pela interventoria mineira e a oposição de Virgílio ao governo Vargas. Após o rompimento entre eles, Virgílio dedicou-se na Assembleia Constituinte de 1934 a propagandear contra a candidatura de Vargas para Presidente constitucional. Ele participou da fundação do jornal *Folha de Minas*, em Belo Horizonte, que tinha objetivo fazer oposição ao governo de Benedito Valadares – interventor de Minas Gerais. O capítulo trabalha também com as ações de Virgílio e seu afastamento da política após a instauração do Estado Novo.

O terceiro capítulo intitula-se “Sob o signo da resistência udenista: Virgílio de Mello Franco e o fim do Estado Novo”. Nele é apresentada a participação política de Virgílio para o fim do Estado Novo. É compreendida sua atuação como opositor ao governo federal, sua participação na elaboração e escrita do Manifesto dos Mineiros e em que esse documento implicou para a crise do Estado Novo. É estudada a participação e importância do Virgílio na fundação da União Democrática Nacional, bem como sua atuação no partido.

Virgílio de Mello Franco escreveu dois livros após o final do Estado Novo: *A campanha da UDN* e *Sob o Signo da Resistência*. São livros de memórias sobre sua participação na UDN. O primeiro relata a campanha presidencial de 1945, em que a União Democrática Nacional lançou o brigadeiro Eduardo Gomes como candidato. Nele está presente o pensamento de Virgílio sobre o movimento queremista, a censura à imprensa, Getúlio Vargas e a derrota nas urnas do candidato udenista. O segundo livro é um relato sobre os motivos de seu afastamento da secretaria geral da UDN. Através dos livros pode-se ter compreensão das ideias, sentimentos e trajetória política de Virgílio de Mello Franco.

Virgílio de Mello Franco foi personagem com intensa participação na política brasileira. Adentrar no mundo do personagem é tarefa prazerosa, mas por vezes difícil. É obrigação do historiador esforçar-se para ter o devido afastamento de seu objeto de estudo, preservando sua capacidade crítica. Essa foi minha prática nesse trabalho. Se traduzisse para os termos de Virgílio de Mello Franco, ele diria para “não falsear a História”.

## Capítulo 1 – Do político tradicional ao revolucionário de 1930

### Virgílio de Mello Franco: o político e política na Primeira República

O estudo da trajetória política de Virgílio Alvim de Mello Franco permite ao estudioso conhecer período importante da história política brasileira, desde a Primeira República até, pelo menos, os primeiros anos da experiência democrática que se abriu com a Constituição de 1946. A descrição que seu irmão – Afonso Arinos – faz dele revela determinada memória, elogiosa e exaltante, de sua personalidade:

“A vida de Virgílio é cheia de renúncias e de riscos; de lances de fé e de momentos de decepção (nunca de desânimo); de ambição muito mais alta do que a cobiça; uma espécie de ambição tão alta, nos seus fins, que tornava fácil a indiferença pelos meios de atingi-los, e daí o seu despreendimento que não era senão dúvida sobre si mesmo, incerteza sobre se a sua força chegaria à grandeza dos seus ideais. Generoso até o sacrifício, quando se tratava de si; exigente até à insolência quando se tratava da causa; desabusado e aberto para as ideias; conservador e antiquado quanto aos hábitos; fidalgamente discreto nas atitudes pessoais; vistoso, quase solene, no comportamento cívico ou público; simples era ele, e muito, porém complicado, às vezes, conforme atuasse no círculo dos seus sentimentos delicados, ou no das suas tempestuosas paixões.”<sup>6</sup>

Virgílio nasceu em Ouro Preto, Minas Gerais, no dia 12 de julho de 1897, mas logo se mudou, com sua família, para Belo Horizonte. Ele foi casado, desde 1931, com Dulce de Mello Franco, que era viúva de Alcides de Modesto Leal, filho do conde de Modesto Leal, e sobrinha de Alberto Boavista, do banco de mesmo nome. Eles não tiveram filhos.

Virgílio de Mello Franco foi de família que possuiu a tradição de participar da política brasileira. Esteve vinculada, durante a Primeira República, à oligarquia mineira.

Cesário Alvim, avô materno de Virgílio, foi, durante o império, presidente da província do Rio de Janeiro e deputado geral por Minas Gerais. Foi ministro da Justiça em 1890 e prefeito do Distrito Federal de 1898 a 1900. Ele, durante o governo de Deodoro, foi governador de Minas Gerais. No entanto, após a renúncia do presidente, as disputas em Minas Gerais se acirraram entre os florianistas e deodoristas. Cesário Alvim renunciou ao seu posto, antes que o governo federal o fizesse.

---

<sup>6</sup> FRANCO, Afonso Arinos de Melo. Prefácio. In NABUCO, Carolina. *A vida de Virgílio de Mello Franco*. José Olympio, 1962, p. XVI.



Virgílio Martins de Mello Franco, avô paterno de Virgílio, foi deputado provincial no Império e senador estadual em Minas Gerais entre 1892 e 1923.<sup>7</sup>

Os pais de Virgílio foram Sílvia Alvim de Mello Franco e Afrânio de Mello Franco. Seu pai foi deputado estadual de Minas Gerais entre 1903 e 1906 e deputado federal de 1906 a 1929. Foi ministro da Viação de 1918 a 1919, embaixador permanente do Brasil junto à Liga das Nações de 1924 a 1926 e ministro das Relações Exteriores de 1930 a 1933. Foi, ainda, presidente da Comissão Constitucional de 1934<sup>8</sup> e voltou a ser deputado estadual de Minas Gerais entre 1934 e 1937.<sup>9</sup>

Virgílio, como foi demonstrado, proveio de família participativa da política oligárquica. Fez parte da elite mineira,<sup>10</sup> a qual participava do jogo político de debates, opções e acordos para escolha do candidato aos cargos públicos, inclusive o de presidente do estado e o cargo máximo – presidente da República.

Virgílio teve nove irmãos, sendo apenas Caio mais velho que ele. Depois vieram Cesário, Afrânio, Amélia, Afonso, Maria do Carmo, Zaíde, Anah e João. Entre os irmãos, Caio, Afonso e Afrânio também participaram da política brasileira. Os dois primeiros foram diplomatas e embaixadores, sendo Caio na França de 1953 a 1955 e Afrânio na Bélgica de 1963 a 1966.

Carolina Nabuco afirma em seu livro *A vida de Virgílio de Melo Franco* que, em 1918, Domício da Gama, então ministro das Relações Exteriores, convidou Virgílio para ingressar no Corpo Diplomático como segundo-secretário. No entanto, Virgílio e seu pai concordaram que ser diplomata era a ambição de Caio, o irmão mais velho. Assim, Afrânio, pediu ao seu colega de Ministério que transferisse o convite feito a Virgílio para o seu filho mais velho, Caio: “Virgilinho renunciara sem hesitar, mas não sem o natural pesar, a uma perspectiva que, nessa idade de vinte e um anos, o seduzira totalmente. Testemunha seu primo Rodrigo em carta à autora que ‘o sacrifício o entristeceu muito e longamente, pelo que pode observar’.”<sup>11</sup>

<sup>7</sup> Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

<sup>8</sup> A Comissão Constitucional de 1934 foi responsável pela elaboração de um anteprojeto de Constituição, o qual foi entregue aos constituintes para ser discutido e emendado.

<sup>9</sup> Idem.

<sup>10</sup> Segundo Cláudia Viscardi, para ser da elite mineira eram necessários os requisitos: ser do gênero masculino, ser branco, ter curso superior, ter laços de parentescos com outros membros da elite política e ser originário de uma das regiões politicamente importantes do estado. Para mais, ver: VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. "Federalismo oligárquico com sotaque mineiro." *Revista do Arquivo Público Mineiro* 42 (2006): 95-109; John D. *O fiel da balança: Minas Gerais na Federação Brasileira, 1889-1937*. Paz e Terra, 1982.

<sup>11</sup> NABUCO, Carolina. *A Vida de Virgílio de Melo Franco*. José Olympio, 1962, p 48.

Afonso, seu outro irmão, iniciou a atuação política em 1943 ao participar da escrita do Manifesto dos Mineiros.<sup>12</sup> Ele se engajou na fundação da União Democrática Nacional e foi deputado federal por Minas Gerais desde a Constituinte de 1946 até 1959. Foi senador pelo Distrito Federal e, depois, pelo estado da Guanabara de 1959 a 1967, e ministro das Relações Exteriores em 1961 e 1962.<sup>13</sup>

Como é percebido, na árvore genealógica de Virgílio, pelos dois lados de sua família, ele descendeu de políticos. Os relatos escritos por pessoas próximas a ele são carregados de elogios à sua personalidade, vinculando suas qualidades pessoais às tradições familiares. Desse modo, Virgílio seria o melhor resultado dos Alvim e Mello Franco. Carolina Nabuco,<sup>14</sup> por exemplo, descreve-o da seguinte maneira:

“a têmpera de lutador, porém, à qual deveu muito de sua trajetória, parece ter-lhe vindo, através do lado materno, do avô Cesário Alvim, denotado político republicano, sempre rebelde ao Império. Os Melo Francos eram sobretudo humanistas. Embora Afrânio, pai de Virgílio, labutasse toda a vida em política, era um temperamento de jurista, e foi nesse campo que mais se destacou.”<sup>15</sup>

Corroborando com tal descrição, Afonso Arinos, irmão de Virgílio, o define:

“Virgílio era Melo Franco de tipo físico e muito mais Alvim psiquicamente. Virgílio tinha aquela agressividade, aquela combatividade, aquela violência de Cesário Alvim. Era desses sujeitos que, à medida que o tempo passa, vão ficando mais firmes na resistência. O tempo fortalecia as excessivas dificuldades que ele às vezes criava para um acordo.”<sup>16</sup>

A família Alvim e a família Mello Franco foram determinantes para a formação do Virgílio. Afonso Arinos, seu irmão mais novo, em entrevista, descreve um cotidiano de engajamento político em sua casa, discussões de seu pai com outros políticos e a

<sup>12</sup> O Manifesto dos Mineiros foi um documento divulgado em outubro de 1943 em defesa das liberdades democráticas e o fim da ditadura do Estado Novo. Foi assinado por membros da elite liberal de Minas Gerais, entre os quais intelectuais, profissionais liberais e empresários. Entre seus 92 signatários incluíram-se Virgílio de Mello Franco, Afonso Arinos de Mello Franco, Pedro Aleixo, Milton Campos, Artur Bernardes, Adauto Lúcio Cardoso, Adolfo Bergamini, Afonso Pena Jr., Alaor Prata, Bilac Pinto, Daniel de Carvalho, José de Magalhães Pinto, Mário Brant e Odilon Braga.

Para mais, ver: Dulci, Otávio Soares. *A UDN e o anti-populismo no Brasil*. Editora UFMG/PROED, 1986; Benevides, Maria Victoria. *A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro, 1945-1965*. Paz e Terra, 1981.

<sup>13</sup> Camargo, Aspásia; Mariani, Maria Clara Maria; Teixeira, Tereza. *O Intelectual e o político: encontros com Afonso Arinos* / Org.. Brasília, D.F.: Senado Federal: Dom Quixote; Rio de Janeiro: CPDOC/Fundação Getúlio Vargas, 1983. 460p. il. (Brasil-memória política; v.2)

<sup>14</sup> Carolina Nabuco é filha de José Nabuco, o qual é cunhado de Virgílio. Ela produziu uma biografia sobre o Virgílio de Mello Franco, publicada em 1962. Deve-se atentar ao fato de que a biografia não é imparcial, pelo contrário, ela é uma valorização do biografado.

<sup>15</sup> NABUCO, Carolina. Op. cit. p 37-38.

<sup>16</sup> Camargo, Aspásia; Mariani, Maria Clara Maria; Teixeira, Tereza. Op. cit.

grande frequência que ia ao gabinete de seu pai, que era deputado federal. Afonso afirmou ter iniciado sua vida política por sugestão de Virgílio:

“A política em mim não era propriamente uma vocação, embora de certa forma fosse um destino, não direi imposto, mas sugerido pelo meu irmão mais velho, Virgílio. Ele havia sido deputado constituinte em 1934, e quando se aproximaram os acontecimentos de 1946 ele me disse que não entraria na chapa mineira. Creio que ele tinha ideia da sua insuficiência na tribuna. Muito mais do que eu ele era um líder político, realmente. Um apaixonado, um sectário, um bravo, mas não era um homem de tribuna e presentia essa qualidade em mim.”<sup>17</sup>

Com Virgílio não foi diferente. Da mesma forma que Afonso Arinos, ele foi fruto do entusiasmo político de sua família. Cresceu sob as experiências e ideias de seus parentes, viveu a política desde sua infância. Segundo Carolina Nabuco:

“Virgílio vibrava com a política, e isto desde pequeno. Aos doze e treze anos mantivera, com Rodrigo, Caio e Cesarinho, um jornalzinho manuscrito, O Hermenista, que, como o título já indica, defendia a candidatura do Marechal Hermes da Fonseca durante a grande campanha civilista de Rui Barbosa. O cabeçalho de O Hermenista rezava: ‘Redator- Chefe: Virgílio de Melo Franco’.”<sup>18</sup>

Quando criança, como é percebido no jornalzinho criado por ele, seus irmãos e primos, foram Hermenistas. No entanto, o mais velho defendeu Rui Barbosa. Já adulto, sobre a disputa política entre este e Hermes da Fonseca, Virgílio apontou:

“Foi sem dúvida durante esse período que a personalidade heroica de Rui Barbosa ganhou sua plena expansão. [...] Assunto algum foi esquecido nas suas pregações: política, defesa nacional, economia, finanças, questões sociais e dramas da rua e do trabalho. [...] A sua lógica enlaçava o adversário, reduzindo-o a nada... mas a candidatura Hermes, apoiada pela máquina política e pela ponta das baionetas, triunfou contra a vontade da Nação e o espírito civilista do seu povo.”<sup>19</sup>

Virgílio cresceu no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte. Foi aluno dos colégios Padres do Verbo Divino, em Juiz de Fora (MG), e Dom Viçoso, na capital mineira. Estudou também no Colégio Anglo-Suíço, próximo a Lausanne, na Suíça, entre 1910 e

<sup>17</sup> NABUCO, Carolina. Op.cit., p. 53.

<sup>18</sup> Idem, p. 41.

<sup>19</sup> FRANCO, Virgílio Alvim de Mello. *Outubro 1930*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p. 5.

1911. Retornou ao Brasil em 1912 e ingressou no Colégio Pedro II. Matriculou-se na Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro em 1914 e formou-se em 1918.

Foi no período da Faculdade que conheceu Osvaldo Aranha. Ele foi importante aliado de Virgílio em sua vida política. Fizeram parte da liderança da Revolução de 1930. Em agosto de 1931, Osvaldo Aranha apoiou o levante ocorrido em Belo Horizonte para depor Olegário Maciel, interventor de Minas Gerais, para no seu lugar assumir Virgílio. Posteriormente, nas eleições de 1933, Aranha defendeu a candidatura de Virgílio para interventor de Minas Gerais.<sup>20</sup>

Após tornar-se advogado, obteve seu primeiro cargo público como chefe de gabinete de seu pai, quando este era ministro da Viação (1918-1919). Em 1919, Virgílio acompanhou seu pai em uma viagem internacional aos Estados Unidos, Inglaterra e Canadá. Nessa viagem, Virgílio ficou muito próximo do engenheiro Carlos Sampaio, o qual, ao regressar para o Brasil, foi convidado por Epitácio Pessoa a assumir o cargo de prefeito do Distrito Federal. Carlos Sampaio, então, convidou Virgílio para ser seu oficial-de-gabinete.<sup>21</sup> Virgílio ficou no cargo até 21 de fevereiro de 1921.<sup>22</sup>

Neste mesmo ano, iniciou sua participação na imprensa, sendo colaborador em *O Jornal*. Concomitantemente, Virgílio publicou, até 1921, artigos na revista *Fon-Fon* com o pseudônimo de Gonçalo Alves.

Virgílio, juntamente com Azevedo do Amaral e Tristão da Cunha Filho, foi diretor do jornal *O Dia*, diário político matutino fundado em fevereiro de 1921, no Rio de Janeiro. Fizeram parte também do jornal: Renato Alvim, como secretário, Roberto Gomes, como crítico teatral, Miranda Rosa, Ranulpho Cunha e Rodrigo Mello Franco de Andrade como redatores.<sup>23</sup>

Foi em *O Dia* que Virgílio iniciou sua atividade jornalística com ênfase na política. O jornal se destinava a defender a candidatura de Arthur Bernardes à presidência da República nas eleições de 1922. Portanto, com a vitória de Bernardes, o jornal perdeu sua importância e foi fechado neste ano por falta de verba.

Virgílio de Mello Franco foi importante apoio político de Arthur Bernardes. Isto é demonstrado não apenas através de seu matutino, como também pelo seu envolvimento para comprovar a falsificação das cartas publicadas pelo *Correio da Manhã*, as quais foram obstáculos para a posse de Bernardes para presidência.

---

<sup>20</sup> Esses eventos estão relatos e discutidos no capítulo 2.

<sup>21</sup> NABUCO, Carolina. Op. cit. p 49.

<sup>22</sup> O gabinete do prefeito. *O Jornal*, 27 de fevereiro de 1921, p. 2.

<sup>23</sup> *Fon Fon*. Anno XV, nº8, Rio, 19 de fevereiro de 1921, p. 21.

O episódio da falsificação das cartas é relatado, por Virgílio em seu livro *Outubro, 1930*, como uma forja feita por dois falsários conhecidos. Estas cartas, “imbecis na forma e no fundo, atribuídas ao Sr. Arthur Bernardes e, *soit disant*, dirigidas, por ele, a Raul Soares. As cartas diziam-se, eram cinco e cada qual mais comprometedor para o Sr. Bernardes, que nelas insultava, de forma grosseira, o Exército Nacional.”<sup>24</sup> Destas cinco cartas, duas foram publicadas pelo *Correio da Manhã*.

As cartas fizeram com que, após a vitória de Bernardes nas eleições, Nilo Peçanha, candidato opositor, questionasse o direito do vitorioso de ser empossado do cargo, uma vez que as cartas demonstravam o não merecimento de confiança do Exército em Bernardes. Assim, o Marechal Hermes, presidente do Clube Militar, dirigiu carta a Antônio Azeredo, presidente do Congresso, propondo a constituição de um tribunal de honra para opinar sobre a eleição.

Virgílio foi importante nesse caso, pois ele participou, junto de outros mineiros, entre eles, Francisco Valladares, Camilo Prates, Ephigenio Salles e Alarico Paes Leme de Abreu, do Comitê Pró Candidatura Arthur Bernardes.<sup>25</sup> Foi, também, responsável por ir à Europa, a pedido de Arthur Bernardes, para comprovar, através de laudos de especialistas, a falsificação destas cartas. Após tentativa infrutífera em Bordéus (França), Virgílio conseguiu obter de peritos de Lausanne e Roma documentos negando autenticidade das cartas.

Na imagem abaixo, é possível notar a proximidade de Virgílio com Arthur Bernardes:

---

<sup>24</sup> FRANCO, Virgílio Alvim de Mello. Op. cit. p. 24.

<sup>25</sup> Compuseram o Comitê: para “presidência o deputado Francisco Valladares, presidente de honra do comitê, que convidou os representantes de Minas Gerais na Câmara dos Deputados, srs. Camilo Prates e Ephigenio Salles para fazerem parte da mesa, declarando, em seguida empossada a diretoria e conselho do Comitê, eleitos na última assembleia geral, srs. Lindolpho de Assis, vice-presidente de honra; Virgílio de Mello Franco, presidente efetivo; Izidro Pereira de Azevedo, vice-presidente efetivo; José Alfredo Silva, 1º secretário; Livio de Almeida Cavaca, 2º secretário; Alarico Paes Leme de Abreu, 3º secretário.” (A posse do Comitê Pró Candidatura Arthur Bernardes. *O Jornal*, 29 de maio de 1921, p. 12).



Da esquerda para direita: Virgílio de Mello Franco, Arthur Bernardes e José Francisco Bias Fortes, na escadaria do Palácio da Liberdade. É importante perceber que todos eles possuem um cravo vermelho na lapela, símbolo da campanha presidencial de Arthur Bernardes, demonstrando assim, o apoio e envolvimento de Virgílio com Bernardes. Fonte: NABUCO, Carolina. *A Vida de Virgílio de Melo Franco*. José Olympio, 1962, p. “d”

Em março de 1922, Virgílio foi nomeado, por Epietácio Pessoa, para o cargo de fiscal na Inspetoria Geral dos Bancos do Distrito Federal.<sup>26</sup> Em maio deste mesmo ano, enquanto estava na Europa a mando de Bernardes, foi eleito deputado da 10ª circunscrição eleitoral de Minas Gerais, na legenda do Partido Republicano Mineiro (PRM), para substituir o mandato de Garibaldi de Castro Melo, que fora eleito para o Congresso Nacional.<sup>27</sup> Ele foi reeleito em 15 de março de 1923 para deputado à 9ª Legislatura e depois em 1927, pela mesma legenda partidária, permanecendo no cargo até 1930.

Durante o período em que Virgílio foi deputado estadual de Minas Gerais, morou na Suíça e depois no Rio de Janeiro. Dessa forma, poucas vezes participou das reuniões parlamentares. Por assim ser, ele foi conhecido como “deputado suíço” por uns e por outros como “deputado do Jockey Club”<sup>28</sup>. O primeiro apelido deriva de sua estadia na Suíça enquanto foi eleito para deputado estadual, enquanto o último faz

<sup>26</sup> Decretos assinados. *O Jornal*, 11 de março de 1922, p. 8.

<sup>27</sup> Annaes da Câmara dos Deputados. *MINAS GERAES*. Primeira sessão da Nona Legislatura e Sessão Extraordinária no anno de 1923. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1924, p. 18.

<sup>28</sup> Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

referência a sua frequência assídua e por ter composto a diretoria do Club no período citado.

Foi pensado por Raul Soares, então presidente de Minas, uma legislatura que obrigasse os deputados estaduais a residirem no estado. Se assim fosse, Virgílio não poderia se candidatar. Em resposta, Virgílio enviou carta que defendeu sua candidatura. No entanto, afirmou que não moraria em Minas Gerais, pois seus negócios estavam no Rio de Janeiro. Se sua mudança fosse necessária, ele desistiria da candidatura. Raul Soares, então, retrucou a Virgílio que diante da não confirmação pelos membros da Comissão Executiva do PRM sobre a aprovação da lei, que fosse deixado ocorrerem as eleições, e se eleito, que Virgílio resolvesse, junto com seu pai, se residiria em Minas Gerais ou Rio de Janeiro.<sup>29</sup> Por fim, Virgílio foi eleito deputado estadual de Minas e continuou residindo no Rio de Janeiro.

No período que foi deputado estadual participou pouco das assembleias, e fez apenas cinco discursos.<sup>30</sup> O primeiro foi no dia 23 de julho de 1923 e tratou-se de manifestação contrária a Borges de Medeiros, a propósito da guerra civil ocorrida no Rio Grande do Sul.<sup>31</sup> No discurso ele refere-se ao governante gaúcho como “ditador” e “caudilho”, denunciando: “o resto do Brasil, que não reza pela cartilha positivista, assiste, há vinte e cinco anos, à desalentadora e fastidiosa tarefa das reeleições inexplicáveis do homem que nos manda viver às claras.”<sup>32</sup>

Seu segundo discurso foi proferido em 18 de setembro de 1926. Tratou de elogio ao presidente Arthur Bernardes, que estava terminando seu mandato. Virgílio salientou sobre as dificuldades enfrentadas por Bernardes para poder se apossar do cargo: “Não

---

<sup>29</sup> BAGGIO, Sheila Brandão. *Continuidade e renovação: Virgílio de Melo Franco e a política em Minas, 1922-1933*. 1985. 218f; Dissertação (mestrado)- Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Ciência Política.

<sup>30</sup> Durante a pesquisa houve dificuldade para encontrar os discursos, pois as atas foram queimadas em um incêndio ocorrido na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no ano 1959. Assim, o acesso a esses discursos foi através da publicação no *Minas Geraes*, órgão oficial do estado na época. Alguns discursos também foram publicados no *Diário Carioca*.

<sup>31</sup> Borges de Medeiros vinha governando o estado do Rio Grande do Sul desde 1898, e em 1922, pretendeu se candidatar para seu 5º mandato. Nesse ano o país vivenciava o tenentismo. Este movimento político-militar ocorreu entre os anos 1920 e 1935. Teve como liderança os tenentes – por isso o nome do movimento. Contribuiu para o colapso da Primeira República. O objetivo era implantar reformas político-sociais. Defendiam o voto secreto, no combate à corrupção administrativa e às fraudes eleitorais; a liberdade de imprensa e a de pensamento. Pretendiam a correção do excesso da descentralização federativa. Entre os revoltosos, destacam-se Zeca Neto, Honório Lemos e Batista Luzardo. Para mais, ver: FLORES, Moacyr. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1996; CARONE, Edgard. *Tenentismo*. Difel, Rio 1975; SODRÉ, Nelson Werneck, *O Tenentismo*, Mercado Aberto, Porto Alegre, 1985; Lanna Júnior, Mário Cléber Martins. *Tenentismo e crises políticas na Primeira República*. In: FERREIRA, Jorge. & DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Op. cit.

<sup>32</sup> MINAS GERAES. Annaes da Câmara dos Deputados. Primeira Sessão da Nona Legislatura e Sessão Extraordinária no ano de 1923. Bello Horizonte, Imprensa Oficial, 1924, p. 201-203.

fora, Sr. Presidente, a energia sem precedentes do Sr. Arthur Bernardes, e o país ainda estaria dividido cruelmente, se não estivesse servido de antessala do Clube Militar.”<sup>33</sup> Os outros três discursos foram no período em que atuou na Aliança Liberal, visando se opor a Washington Luís e propagar as ideias aliancistas e a candidatura de Getúlio Vargas.<sup>34</sup>

Virgílio, em 1924, ajudou Francisco de Assis Chateaubriand a comprar *O Jornal*, compondo sua diretoria e colaborando em suas edições. Posteriormente em 1926, também ajudou Chateaubriand a vender o periódico. Em carta para Arthur Bernardes, Virgílio abordou sobre sua participação nos negócios de *O Jornal* com o Sr. Fortunato Bulcão. Demonstrando descontentamento com a retirada da proposta inicial do valor da compra por Bulcão, Virgílio aponta que era sabido desde o início das negociações que o periódico encontrava-se em péssimas viabilidades de compra: “nós fomos sempre os primeiros a declarar, desde o princípio, tanto a V.E. quanto ao Sr. Bulcão que, sob o ponto de vista da negociação, qualquer transação feita com as ações da S.A. O Jornal seria ruínosa.”<sup>35</sup> Assim, ele declarou como inaceitável a retirada da proposta de compra.

Virgílio ainda escreveu sobre a necessária reorganização da empresa, declarando que ele ficaria como diretor do jornal:

“A vista disto fomos obrigados – digo fomos, porque tendo eu próprio garantido ao Chateaubriand que o negócio se fazia, me sinto agora na obrigação moral de o não desamparar – fomos obrigados, dizia, a apelar para uma reorganização da empresa.  
(...) Como diretores do jornal propriamente dito, ficaremos o Chateaubriand e eu.”<sup>36</sup>

É importante salientar a relação de proximidade entre Virgílio de Mello Franco e Assis Chateaubriand e sua participação como diretor de *O Jornal*, importante periódico da época. Suas relações sociais propiciaram-lhe ainda, segundo Carolina Nabuco,<sup>37</sup> a realização de bons negócios. Foi este o caso da compra de terras e fazendas cujo

<sup>33</sup> MINAS GERAES. Annaes da Câmara dos Deputados. Trigésima Segunda Sessão Ordinária no anno de 1926. Bello Horizonte, Imprensa Official, 1927. p. 724-727.

<sup>34</sup> Estes discursos serão abordados no item “A participação de Virgílio de Mello Franco na Aliança Liberal e Revolução de 1930”.

<sup>35</sup> Carta de Virgílio de Mello Franco a Arthur Bernardes, 28 de janeiro de 1926. Arquivo Virgílio de Mello Franco, série Correspondências, CPDOC- FGV.

<sup>36</sup> Idem.

<sup>37</sup> NABUCO, Carolina. Op. cit.



proprietário principal era o conde de Modesto Leal, amigo de seu pai, para os irmãos Guinle.

Nas terras compradas, localizadas no estado do Rio de Janeiro, os Guinle formaram a empresa Fazendas Reunidas Normandia, que passou a fornecer grande parte do leite consumido na capital da República. Depois da Revolução de 1930, a empresa foi vendida ao governo federal, e seria o núcleo inicial da futura Cooperativa Central dos Produtores de Leite (CCPL). Virgílio foi advogado e, durante curto período, diretor da empresa.

Conhecendo sua trajetória como político tradicional da Primeira República, é preciso reconhecer as características que esse governo se fundava, as quais serão fortemente criticadas por Virgílio, ao fim da República Oligárquica.

O fundamento do sistema político na Primeira República consistiu no federalismo, garantindo ampla autonomia para os estados. Os estados buscavam, no entanto, garantir seu poder na federação através do presidente da República. Indicavam assim, candidatos oriundos do estado ou faziam alianças que os favorecessem. Isto gerava disputas oligárquicas. No entanto há estabilidade do governo na Primeira República.

Cláudia Viscardi em *O teatro das oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”* defende que a estabilidade da política oligárquica ocorreu devido “a instabilidade das alianças entre os estados politicamente mais importantes da Federação, impedindo-se, a um só tempo, que a hegemonia de uns fosse perpetuada e que a exclusão de outros fosse definitiva.”<sup>38</sup>

Entre os “estados politicamente mais importantes da Federação” estava Minas Gerais, junto com São Paulo e Rio Grande do Sul. É preciso compreender que Minas Gerais exerceu, durante a Primeira República, papel importante na política, seja através de sua bancada no Congresso, ou até mesmo nas conspirações para decisão do candidato ao cargo máximo – presidente da República.

Na República Oligárquica as disputas entre candidatos ao cargo de presidente da República ocorriam não durante as eleições, mas antes, no período de indicação. Havia muitos debates em torno da sucessão presidencial. Após a decisão de indicação oficial, as eleições consistiam em “carta marcada”, ou seja, o candidato oficial indicado era candidato vencedor. Para isso, usavam fraudes eleitorais.

---

<sup>38</sup> VISCARDI, Cláudia. Op. cit., p. 22

Restava, para o candidato perdedor, apenas a alegação das fraudes, batalha jurídica, a qual incluía o uso do instituto do *habeas corpus*, além da tentativa de formação de um “tribunal de honra”, utilizados na sucessão de Epitácio Pessoa<sup>39</sup> e, por fim, a revolução armada, que se configurou na Revolução de 1930.<sup>40</sup>

Virgílio, que esteve ligado à política na Primeira República, se consagrará na Revolução de 1930, como tenente-civil, sendo, portanto, reconhecido pela sua atuação em prol do rompimento com a Primeira República, a qual ele foi vinculado. Em 1929, ele iniciou sua participação política nacional, a partir da formação da Aliança Liberal. Nessa coligação ele se empenhou em dialogar com os participantes, propagandear as ideias e após a derrota nas urnas de Getúlio Vargas, ele foi um dos articuladores para a realização do movimento armado, além de um dos protagonistas na Revolução de 1930. Foi, por estas razões, chamado o “Ariel” da Revolução de 1930. Cabe, portanto, no próximo item compreender sua participação nesses eventos.

### **Do político da Primeira República ao tenente civil: articulando a Revolução de 1930**

“Foste uma espécie de Ariel da Revolução. Estiveste em toda a parte, agiste em todas as horas, animaste os vacilantes, reconfortaste os fracos, articulaste os fortes, ligando-nos a todos e em todos os transes. Ninguém te excedeu moral e materialmente na hora da conspiração. [...] Foste sempre igual. Resolvida a luta, não mudaste mais. Foste sempre o mesmo. Nada alterava a tua vontade nem diminuía a tua fé. Nunca bati em tua porta que não te encontrasse de pé. Poucos homens tem esse condão de viver dentro de um pensamento até vencer. Esse poder íntimo, essa vontade forte e calma, essa força interior, essa “qualidade”, como dizemos no Rio Grande, foi o segredo da tua ação revolucionária. É o dom de crer, de esperar e de realizar. Nele está a alma dos homens fortes. Nele está a tua grande e inalterável alma de revolucionário, que, como certas árvores solitárias, deita raízes na tempestade para poder frutificar na bonança. Era o que eu devia dizer-te, sem forma de prefácio, numa simples carta, fazendo pouco de história e muito de justiça.”<sup>41</sup>

---

<sup>39</sup> A reação republicana, ocorrida após as eleições de 1922 em que Nilo Peçanha perdeu para o candidato oficial, Arthur Bernardes, consistiu em uma exceção na conformidade que se tinham sobre a vitória do candidato oficial nas eleições. Foi criado um “tribunal de honra”. Este evento demonstra sinais de esgotamento do esquema eleitoral vigente, bem como o interesse político das oligarquias de segunda grandeza em aumentar seu poder de negociação com os estados dominantes. Para mais, ver: FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, v. 1.

<sup>40</sup> VISCARDI, Cláudia. Op. cit., p. 69.

<sup>41</sup> ARANHA, Osvaldo. Prefácio. In: FRANCO, Virgílio Alvim de Mello. Op. cit., p. XXII.

Acima está uma citação do prefácio do livro *Outubro, 1930*. Virgílio pediu para Osvaldo Aranha escrever, e, assim, é percebido grande louvor de Osvaldo para o Virgílio. Chega a chama-lo de Ariel, fazendo, assim, comparação com Virgílio e Ariel do drama de *The Tempest*, escrito por William Shakespeare.<sup>42</sup> O que ele pretendia com essa comparação era valorizar a participação de Virgílio na Revolução, abordando-o como peça fundamental para o sucesso do movimento.

Para compreender sua atuação nesse movimento é necessário abarcar o contexto histórico referido.

Anteriormente à década de 1930, a política brasileira pautava-se na governação através do *liberalismo oligárquico*, ou seja, na coexistência de constituição liberal com práticas políticas oligárquicas. Assim, a Primeira República foi baseada na dominação de uma minoria e na exclusão de uma maioria.<sup>43</sup>

Segundo Boris Fausto,<sup>44</sup> a Revolução de 1930 foi o resultado de conflitos intraoligárquicos. Houve aliança entre as oligarquias dissidentes de São Paulo e os tenentes, com o objetivo de romper a hegemonia da burguesia cafeeira. A Revolução de 1930 foi, portanto, disputa pelo poder entre as oligarquias. Para Surama Sá Pinto e Marieta de Moraes Ferreira,<sup>45</sup> a Revolução de 1930 pode ser compreendida pela disputa do poder entre as oligarquias dominantes – Minas Gerais e São Paulo – no que tange as eleições de 1929. Minas esperava, nessas eleições, ocupar o cargo da presidência através da indicação oficial para o cargo, o que não ocorreu, sendo escolhido Júlio Prestes, um paulista.

Isto, junto ao interesse dos estados dissidentes em possuir poder maior nas decisões políticas e participação no Catete gerou o movimento conhecido como Revolução de 1930.<sup>46</sup> Este evento não significa, segundo Pinto e Ferreira, a insatisfação

---

<sup>42</sup> Neste drama, Ariel foi o responsável pelo naufrágio dos usurpadores, ocasionando, então, o retorno do trono a Próspero, legítimo Duque de Milão.

<sup>43</sup> RESENDE, Maria Efigênia Lage de Resende. “O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico”. In: FERREIRA, Jorge. & DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: volume 10 tempo do liberalismo excludente*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2010.

<sup>44</sup> FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930: historiografia e história*. São Paulo. Brasiliense, 1972.

<sup>45</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Sá. Op. cit.

<sup>46</sup> A Revolução de 1930 foi movimento que teve como objetivo imediato impedir a posse de Júlio Prestes na presidência da República. Apresentou pautas reformistas no âmbito social e político. Devido às mudanças no Brasil originadas a partir do movimento, a Revolução de 1930 é concebida como marco que encerra a Primeira República. Para mais, ver: LIMA SOBRINHO, Barbosa. *A verdade sobre a Revolução de Outubro*. [1933] São Paulo, Alfa-Ômega, 1975; FORJAZ, Maria Cecília Spina. *Tenentismo e Aliança Liberal (1927-1930)*. São Paulo, Polis, 1978. FAUSTO, Boris. Op.cit.; FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Sá. Op. cit; Além destes trabalhos, cabe destacar o volume Simpósio sobre a

com a política oligárquica, mas explicita as “dissidências existentes no interior das próprias oligarquias estaduais.”<sup>47</sup>

O Partido Republicano Mineiro discordou da candidatura de Júlio Prestes. A oligarquia mineira propôs para os Partido Republicano e Partido Libertador,<sup>48</sup> do Rio Grande do Sul, que se aliassem para a indicação de outra candidatura, divergente da indicada pelo governo. Houve também o apoio da Paraíba, com a candidatura de João Pessoa para vice-presidente, formando, assim, a Aliança Liberal.

Esta coligação possuiu suas propostas pautadas em reformas no sistema político, entre as quais estavam a adoção do voto secreto e o fim das fraudes eleitorais. Eles defenderam direitos sociais, como férias, salário mínimo, regulamentação do trabalho das mulheres e dos menores. Propuseram também a diversificação da economia, com a defesa de outros produtos agrícolas além do café, e diminuição das disparidades regionais.<sup>49</sup> Não havia, porém, programa industrializante, mas sim, diversificar a economia, livrando-a da dependência do café.

A Aliança Liberal era composta por militares que atuaram no movimento tenentista, políticos de oligarquias estaduais dissidentes e reformistas. É possível compreender que esse grupo representou a oposição, defendendo o rompimento com a política vigente da época. Enquanto setores da oligarquia dissidente desejavam aumentar seu poder político com o mínimo de transformações, os civis mais jovens, junto aos tenentes, desejavam rupturas com a política vigente. Defendiam a centralização do poder e reformas políticas e sociais.

Em carta de Virgílio para Antônio Carlos, ele discute sobre as sucessões presidenciais, em que a candidatura de Júlio Prestes estava para ser lançada. Fala sobre a violência do governo para garantir a candidatura, dizendo: “Agora, então, que o

---

revolução de 30, Porto Alegre, ERUS, 1983, reunindo textos e debates produzidos durante o simpósio promovido pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

<sup>47</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Sá. Op. cit., p. 404.

<sup>48</sup> O Partido Libertador concordou em participar da Aliança Liberal somente se o Partido Republicano do Rio Grande do Sul também aderisse ao programa revoltoso. Para mais, ver: CASTRO, Maria Helena de Magalhães. O Rio Grande do Sul no pós-30: de protagonista a coadjuvante. In: GOMES, Ângela Maria de Castro (coord.). Regionalismo e Centralização Política: Partidos e Constituintes nos anos 30. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

<sup>49</sup> PANDOLFI, Dulce. “Os anos 1930: as incertezas do regime”. In: FERREIRA, Jorge. & DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: volume 2 O tempo do nacional-estatismo*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2003.

Presidente da República parece querer enveredar para o terreno das violências [...] não respeitar direito e passar por cima de tudo, todos.”<sup>50</sup>

Em resposta ao movimento aliancista, Washington Luís utilizou de intensa violência para detê-los, como era de costume na época. Virgílio de Mello Franco em maneira de deslegitimar o governo de Washington Luís, escreveu: “removendo funcionários, demitindo e impondo compromissos, chamando até ao Palácio do Catete todos os desgostosos, todos os indesejáveis, procurava o Sr. Washington Luís estimular em benefício da candidatura do seu válido os despeitos e as paixões.”<sup>51</sup>

Em discurso proferido em setembro de 1929, quando era deputado estadual por Minas Gerais, ele afirmou que a tradição da política brasileira atribuía ao presidente da República um papel de “coordenador das forças políticas nacionais, para, de acordo com as tendências que estas manifestem, orientá-las no sentido de as congregar em torno de um nome”.<sup>52</sup> Assim, criticou Washington Luís que, por agir “como uma criança zangada, emburrou, bateu o pé, e diz que quer porque quer. Quer porque quer! A ele não importa que o país esteja cansado, malferido e sangrando ainda. O Brasil, no seu entender, não há de conhecer a liberdade política.”<sup>53</sup>

Virgílio também discursou em outubro de 1929, informando sobre a boa receptividade que tinha tido a candidatura de Getúlio Vargas e João Pessoa nos estados aquém de Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Usa de seu discurso para desvalorizar a candidatura de Júlio Prestes, dizendo: “E quem é esse general? O Brasil, até bem pouco tempo, não o conhecia senão muito vagamente. Não há muito era apenas político municipal.”<sup>54</sup> Aponta que a razão para Washington Luís teimar com essa candidatura é por ele precisar fazer “barulho, para que a Nação não ouça o desmoronar do seu mirabolante plano financeiro; para que a Nação não ouça o estrondo que dará o plano de valorização do café quando rebentar de vez.”<sup>55</sup>

E como alternativa para melhorar a situação do país, Virgílio defendeu, nesse discurso, que a Aliança Liberal era a única esperança de salvação, pois dela, segundo Virgílio, faziam parte os “homens de responsabilidade e de mentalidade política amadurecida, entre eles: Antônio Carlos, Arthur Bernardes, Eptácio Pessoa, Wenceslau

<sup>50</sup> Carta do Virgílio a Antônio Carlos, 8 de outubro de 1928. Arquivo Virgílio de Mello Franco, série Correspondências, CPDOC-FGV.

<sup>51</sup> FRANCO, Virgílio Alvim de Mello. Op. cit., p.113.

<sup>52</sup> Discurso proferido na Câmara de Minas Gerais pelo deputado Virgílio de Mello Franco. Este discurso foi publicado em: A campanha liberal em Minas. *O Jornal*, 14 de setembro de 1929, p. 3.

<sup>53</sup> Idem.

<sup>54</sup> Discurso publicado em *Diário Carioca*, 15 de outubro de 1929, p. 2.

<sup>55</sup> Idem.

Braz, Mello Vianna, Getúlio Vargas, Assis Brasil, Borges de Medeiros, José Joaquim Seabra e João Pessoa”. Estes querem fazer no Brasil “uma pátria organizada e não anárquica, como dizem os reacionários recalcitrantes [...] queremos uma harmoniosa colaboração entre os Estados para cimentar, cada vez mais, a unidade da Pátria”.<sup>56</sup> Por fim, defendeu que a Aliança Liberal estava organizando a República democrática, que parecia ser a finalidade lógica da evolução nacional brasileira.

É possível perceber nos discursos proferido pelo Virgílio, na Câmara de Minas Gerais, que ele foi apoiador fervoroso da Aliança Liberal. Ele, inclusive, fez parte dela. Usou de seu cargo de deputado estadual de Minas Gerais, cargo que ele exerceu durante a formação da Aliança Liberal, para defender a candidatura de Getúlio Vargas.

O modo utilizado por Virgílio para dar legitimidade ao merecimento de Vargas para ser presidente foi desvalorizando Washington Luís e, conseqüentemente, Júlio Prestes.

Virgílio também usou do jornalismo para propagar as ideias aliancistas e refutar as ações de Washington Luís. Em 1929 e 1930, anos que constituíram a formação da Aliança Liberal e a candidatura de Getúlio Vargas para presidente da República, Virgílio foi colaborador do jornal *Diário Carioca*, publicando artigos semanais.<sup>57</sup> Tais publicações eram temas políticos, sempre defendendo os interesses aliancistas.

Em 1929, Virgílio escreveu artigo criticando Washington Luís, afirmando que ele seguia um provérbio francês que dizia “minta, minta, porque sempre alguma coisa há de ficar.”<sup>58</sup> Defendeu, ainda, que o presidente seria julgado pelos historiadores e cronistas do futuro, que fariam a justiça que seus contemporâneos não fizeram. Em outro artigo, publicado em 1930, Virgílio escreveu:

“Pouco imaginoso, do seu natural, supôs o presidente Washington que, para realizar os seus propósitos, as suas ambições de mandão de aldeia, deveria começar por intimidar o sr. Antônio Carlos, roncando forte no papo, como fazem os besouros. [...] Mas, como os roncões só não bastassem, viu-se o presidente da República na contingência de passar das ameaças á agressão. [...] A capital da República assistiu, ontem, exatamente no mesmo sítio em que a cidade nasceu, o mais empolgante espetáculo de civismo de que há memória da metrópole. Fechadas, que foram, por ordem do governo federal, todas as portas

---

<sup>56</sup> Idem.

<sup>57</sup> Virgílio de Mello Franco iniciou sua colaboração no *Diário Carioca* em 28 de novembro de 1929, com o artigo “O estilo é o homem”. Suas publicações tinham a finalidade de defender os interesses da Aliança Liberal, sendo, portanto, a maioria de seus artigos pautados em críticas à Washington Luís e Júlio Prestes e defesa da candidatura de Getúlio Vargas.

<sup>58</sup> Virgílio de Mello Franco. “O estilo é o homem”, *Diário Carioca*, 28 de novembro de 1929, p. 1.

das salas de conferencias e dos teatros, aos candidatos liberais á suprema magistratura da Nação, foram eles para a praça publica, num “meeting” monstro, ler, diretamente ao povo, o seu programa de governo. O governo, pois, longe de diminuir o brilhantismo do “meeting”, contribuiu, ao contrário, para que ele tivesse uma projeção nunca sonhada, nem mesmo pelos mais optimistas adeptos da causa da Aliança Liberal. O espetáculo daquela formidável massa humana tem um sentido grave, que não deve ter escapado nem mesmo ao entendimento elementar do nosso honrado presidente. Imagino que, depois do drama da Câmara dos Deputados, o “meeting” de ontem, também, contribuirá para deter, nos seus escusos, o governo faccioso que terá de presidir ao pleito de 1º de março. Ele que se contenha enquanto é tempo, porque ainda é tempo!”<sup>59</sup>

Neste artigo Virgílio faz referência ao episódio ocorrido no Rio de Janeiro, quando Washington Luís proibiu que os salões e os teatros sediassem os discursos de Getúlio Vargas. Isto ocasionou na escolha por uma praça pública, local que permitiu mais ouvintes que os salões e teatros capacitavam.

No início deste capítulo citei Osvaldo Aranha no prefácio do livro *Outubro, 1930*, em que ele afirma que Virgílio agiu “em todas as horas, animaste os vacilantes, reconfortaste os fracos, articulaste os fortes, ligando-nos a todos e em todos os transes. Ninguém te excedeu moral e materialmente na hora da conspiração”<sup>60</sup>. A função de Virgílio no momento da conspiração foi angariar apoiadores, conversar com os políticos, trocar mensagens entre Antônio Carlos e Epiácio Pessoa. Foi agente de ligação entre o governo do seu estado e os aliancistas. Virgílio comentou: “Eu, que era, de certo modo, o agente de ligação do setor mineiro com os demais, vivia todo o tempo em viagens do Rio para Minas e de Minas para S. Paulo e vice-versa.”<sup>61</sup>

Inicialmente, a Aliança Liberal pautava-se na defesa pela candidatura de Getúlio Vargas através do diálogo e propaganda, como foi visto nos discursos da Câmara dos Deputados e nos artigos de jornais publicados pelo Virgílio. No entanto, temendo que Washington Luís forçasse as eleições e a candidatura de Júlio Prestes, os aliancistas mais extremados, entre eles, João Neves, Flores da Cunha, Afrânio de Mello Franco e Virgílio de Mello Franco, iniciaram a preparação do movimento armado.

Júlio Prestes foi eleito presidente. Como era comum na época, ocorreram fraudes e violências eleitorais, gerando descontentamento político entre os adversários. Assim, um grupo de aliancistas, inconformados com a derrota, iniciou conversações com o intuito de fazer revolução. Buscaram aproximação com lideranças da época do

<sup>59</sup> Idem. “Ainda é tempo”, 3 de janeiro de 1930, p. 2

<sup>60</sup> ARANHA, Osvaldo. Prefácio. In: FRANCO, Virgílio Alvim de Mello. Op. cit., p. XXII.

<sup>61</sup> Idem, p. 159.

movimento tenentista, as quais eram, ainda, força expressiva no contexto, devido a sua experiência militar e prestígio político.

Esses políticos defendiam a instauração do voto secreto e da Justiça eleitoral. Tratava-se da proposta de viabilizar o funcionamento da democracia liberal pautada nas liberdades individuais e na representação política. Segundo Bobbio,

“atribuir a alguém um direito significa reconhecer que ele tem a faculdade de fazer ou não fazer algo conforme seu desejo e também o poder de resistir, recorrendo em última instância, à força (própria ou dos outros), contra o eventual transgressor, o qual tem em consequência o dever (ou a obrigação) de se abster de qualquer ato que possa de algum modo interferir naquela faculdade de fazer ou não fazer.”<sup>62</sup>

Após a derrota das urnas nas eleições de março de 1930, Virgílio enviou telegrama a Antônio Carlos, datado de seis de março, dizendo que as eleições haviam sido fraudulentas. Virgílio, juntamente com José Américo de Almeida, Osvaldo Aranha, Batista Luzardo e outros, utilizando da justificativa das fraudes eleitorais, estava disposto a alcançar o poder pelo caminho das armas, se necessário.<sup>63</sup> Estes homens passaram a ser conhecidos como “tenentes civis”.<sup>64</sup>

É importante salientar que o termo “tenentes civis” não é ingênuo. Ele reflete a importância desses personagens no movimento, bem como expressa a importância que foi o tenentismo. Ser chamado de tenente civil é não apenas valorizar o indivíduo e sua participação, como também o movimento tenentista ocorrido na década de 1920.

As propostas do tenentismo pautavam-se no voto secreto, no combate à corrupção administrativa e às fraudes eleitorais. Defendiam a liberdade de imprensa e a de pensamento. Pretendiam a correção do excesso da descentralização federativa. Segundo Mário Lanna, “Por essa inserção, o tenentismo é, antes de tudo, um movimento revolucionário. Como salvador da pátria, denunciava a desmoralização dos costumes políticos pelas oligarquias, que deveriam ser banidas da política, por

---

<sup>62</sup> BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e Democracia*. São Paulo: Brasiliense, 2000, p. 12.

<sup>63</sup> FAUSTO, Boris. Op. cit.

<sup>64</sup> Boris Fausto em seu livro *A revolução de 1930: historiografia e história* faz referência aos “tenentes civis”, como ficaram conhecidos Osvaldo Aranha, Pedro Ernesto, Virgílio de Melo Franco, Carlos de Lima Cavalcanti e João Neves da Fontoura. Dulce Pandolfi no capítulo “Os anos 1930: as incertezas do regime”, publicado no livro *O Brasil Republicano: O tempo do nacional-estatismo* também faz referência ao termo.



corromperem as instituições, em específico as forças armadas.”<sup>65</sup> Foi por defender essas propostas tenentistas que Virgílio e outros jovens foram conhecidos como tenentes civis, além do fato deles defenderem o movimento armado, junto com os tenentes.

Houve grande dificuldade em realizar o movimento, visto que a luta armada era tida como em último caso e não possuía o apoio absoluto dos três estados da Aliança Liberal. Virgílio apresentou muitas vezes os desânimos que ocorriam em Minas Gerais, principalmente devido a Antônio Carlos, o governador do estado, ser refratário à ideia de revolução.

Além das dificuldades ocorridas neste estado para que se firmasse a decisão da Revolução, o Rio Grande do Sul também sofreu algumas divergências internas. No entanto, Osvaldo Aranha, em carta para Virgílio, salientou:

“A distancia desfigura os factos. Nossa união e nossa causa são bem maiores do que esses erros. Estou aqui para servir um ideal. Quero apenas que na situação me deixaram confiem em minha acção. Tudo será resolvido bem. Affectuosos abraços a todos vocês aos quaes me sinto cada vez mais unido.”<sup>66</sup>

Mesmo com as divergências nos estados aliancistas, Virgílio e Batista Luzardo iniciaram diálogos para que a Revolução fosse efetivada. Além da responsabilidade em diálogos para que concretizasse a revolução, Virgílio possuiu papel importante em conseguir empréstimo para Minas Gerais da quantia de três mil contos, em acordo firmado com os outros estados da Aliança Liberal. Osvaldo Aranha tinha encomendado 16 mil contos de reis em armamentos da Tchecoslováquia, sendo seis mil contos de encargo de Minas. No entanto, a crise de desvalorização do café deixou este estado em difíceis condições financeiras, sendo necessário pedir empréstimos. Houve dificuldades em conseguir créditos devido ao receio que os investidores tinham das represálias do governo.

Foi através dos custeios de Virgílio que Minas conseguiu, da Companhia Brasileira de Energia Elétrica, adiantamento de três mil contos sobre um contrato ainda não em vigor. Em carta de Virgílio para Lindolfo Collor a respeito desse empréstimo ele escreveu:

---

<sup>65</sup> LANNA JÚNIOR, Mário Cléber Martins. Tenentismo e crises políticas na Primeira República. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: volume 1 O tempo do liberalismo excludente*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2010.

<sup>66</sup> Carta de Osvaldo Aranha para Virgílio de Mello Franco, datada de 15/10/1930. Arquivo Virgílio de Mello Franco, série Correspondências, CPDOC- FGV.

“obtidos graças a meus esforços junto aos Drs. Guilherme Guinle e César Rabelo, os quais os obtiveram do Sr. Paul McKee, então presidente da Companhia Brasileira de Energia Elétrica [...] por adiantamento de um contrato quando nenhum Banco do Rio de Janeiro quis emprestar ao Estado de Minas’. Esse fato é confirmado pelo Dr. Raul Fernandes que, como consultor da Companhia, foi ouvido sobre o adiantamento.”<sup>67</sup>

O movimento revolucionário já vinha sendo preparado. Um novo fato contribuiu, então, para intensificar o apoio da sociedade para a revolução. João Pessoa foi assassinado. A tragédia ocorreu em 26 de julho de 1929. O motivo para o assassinato de João Pessoa foi passional e não político.<sup>68</sup> No entanto ele foi transformado em mártir do movimento que se articulava.<sup>69</sup> Em carta de Getúlio Vargas à Borges de Medeiros, ele abordou sobre a situação política:

“Como já deve ser de seu conhecimento, o assassinio do presidente (da Paraíba) João Pessoa causou funda impressão em todo o país. Nesta capital, o povo manifestou-se energicamente em concorridos comícios de protestos... Não devo, porém, ocultar-lhe que há aqui acentuada tendência revolucionária, principalmente entre os dirigentes do Partido Libertador e alguns prezados amigos nossos... O atual momento político é bastante delicado. De uma parte, dizem os libertadores que ou o governo (gaúcho) faz a revolução ou eles rompem conosco quebrando a frente única. De outra, são os nossos companheiros que, mais exaltados, se manifestam francamente em favor do movimento armado”<sup>70</sup>

A ideia sobre a importância desse ocorrido para a efetivação da Revolução também pode ser compreendida segundo as perspectivas de Bonifácio de Andrada, em que ele afirmou que vários fatores geraram clima favorável à revolução, entre os quais estavam diversas acusações de fraudes, o descontentamento popular após a crise

<sup>67</sup> NABUCO, Carolina. Op. cit., p. 9.

<sup>68</sup> O mandatário do assassinato foi João Duarte Dantas, seu adversário político, jornalista. Sua residência havia sido invadida por elementos da polícia, supostamente a mando de João Pessoa. Foram apreendidos documentos de João Duarte Dantas. Segundo Hélio Silva, “entre os papéis recolhidos havia a correspondência amorosa de João Dantas com uma moça da cidade, de rara beleza e conhecida como poetisa. No abandono da literatura havia cartas diversas, por demais íntimas, recordando e fixando momentos comprometedores. Pois esses papéis foram tirados da residência de João Dantas e publicados pelo órgão oficial da Paraíba, A União. Mais ainda: o mesmo periódico divulgou um aviso de que havia escritos impubescíveis mas que estavam à disposição de quem os quisesse consultar na redação. A moça teve de sair do estado”. A moça era a professora Anaide Beiriz. Para mais, ver o verbete João Pessoa, disponível em: CPDOC-FGV.

<sup>69</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. Op. cit.

<sup>70</sup> Carta de Getúlio Vargas a Borges de Medeiros datada em 29/09/1930. Arquivo Getúlio Vargas, GV, 30.07.29. Citada em FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. *A crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006. 26f. Para mais, ver também: FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. Op.cit.

econômica de 1929 e o rompimento da política oligárquica. Mas o que efetivamente acelerou a revolução foi o assassinato de João Pessoa.<sup>71</sup>

Virgílio, na data do assassinio de João Pessoa, estava em Porto Alegre. Lá permaneceu até a revolução, sendo participante dos planos políticos. Foi um dos líderes da conspiração. Após sua chegada, sondou com os aliancistas suas opiniões sobre o movimento armado, então telegrafou a Arthur Bernardes informando que o Rio Grande do Sul faria a revolução com ou sem Minas.

Em Belo Horizonte, tal informação gerou descontentamento. Antônio Carlos, então, telegrafou a Getúlio Vargas dizendo que Virgílio não representava o pensamento mineiro, ao mesmo tempo em que Francisco Campos, em nome do presidente Olegário Maciel, indagou a Osvaldo Aranha se tal informação passada pelo Virgílio era verdadeira.<sup>72</sup>

Decidido finalmente pelo movimento armado, houve divergências quanto a data para acontecer. Inicialmente foi pensada na data de 25 de agosto de 1930, sendo o movimento considerado deficiente para eclodir, a data foi adiada. A data do dia 3 de outubro foi pensada, então, quando houve o regresso de Lindolfo Color, no dia 20 de setembro.

O norte indicou três datas. Minas Gerais preferiu, entre os dias indicados, o três de outubro e, assim, o Rio Grande do Sul aceitou a decisão referente à data. Sobre a confirmação da decisão do dia só souberam Virgílio, Getúlio Vargas, Osvaldo Aranha, Góis Monteiro, João Alberto, Maurício Cardoso e Lindolfo Color. Virgílio, portanto, compunha o grupo que liderou o movimento político e militar que resultou na Revolução de 1930.

Para a realização do movimento armado, o 8º Regimento da Infantaria, localizado em Passo Fundo e comandado pelo Coronel Estêvão Leitão de Carvalho, possuía importante papel a desempenhar devido a sua localização estratégica situada no extremo norte do Rio Grande do Sul, próximo à Santa Catarina. Quando ocorresse a revolução, as tropas seguiriam de Passo Fundo para Santa Catarina.

Visando ter o apoio do Coronel Estêvão Leitão de Carvalho, indivíduo importante para o sucesso da revolução, Osvaldo Aranha pediu a Virgílio que se entendesse com o coronel, pois ele era amigo de seu pai. Estêvão Leitão recusou

---

<sup>71</sup> Para mais, ver: ANDRADA, Bonifácio de. A revolução de 30. In: *Anais do VI Seminário de estudos mineiros: a revolução de 1930*. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1987.

<sup>72</sup> NABUCO, Carolina. Op. cit., 1962

participar da revolução, mas prometeu sigilo sobre a ida de Virgílio ao regimento. Além dessa visita houve troca de cartas. Virgílio escreveu que seu dever era ficar ao lado deles, que representava o desejo da nação. Respondeu-lhe o coronel:

“As razões que o sr. invoca para convencer-me de que devo aderir a rebelião, prestes a explodir, contra o Governo da República, serviu justamente para firmar a minha decisão de permanecer fiel ao meu dever de soldado, obediente às leis e à autoridade legalmente constituída.[...] Se a nação está consigo. Se ela quer uma revolução, quebra os moldes políticos que livremente escolheu e na Constituição que nos rege, que o faça: a nação é livre de fazê-lo, o soldado não. Fico, pois, onde sempre estive. Não aceito o honrado convite, porque seria trair o meu dever de soldado, que estou resolvido a cumprir, com a força do meu comando.”<sup>73</sup>

Com a recusa do Coronel Estevão Leitão de Carvalho, durante a Revolução, o 8º regimento foi sitiado, sem meio de reabastecimento. O coronel foi preso e a infantaria se rendeu. O mesmo ocorreu com os outros regimentos.

Na madrugada do dia dois para o dia três de outubro de 1930, data que iniciou a revolução, Virgílio, Osvaldo Aranha e o coronel Góis Monteiro reuniram-se com Getúlio Vargas no Palácio do Governo, no Rio Grande do Sul. O intuito deste encontro foi confirmar o início do movimento armado para aquele dia e ler o manifesto redigido por Vargas para quando eclodisse a revolução. Esta reunião na madrugada demonstra o envolvimento de Virgílio de Mello Franco com a Revolução de 1930, pois se tratou da elite do movimento. Evidencia, também, o envolvimento de Virgílio com Getúlio Vargas, que é importante para compreender, posteriormente, o afastamento e oposição de Virgílio a Getúlio.

No dia três de Outubro de 1930, às cinco e meia da tarde, a Revolução iniciou em Porto Alegre, ocorrendo a dominação de todas as guarnições militares da cidade, com exceção do 7º Batalhão de Cavalaria, comandado pelo coronel Benedito da Silva Acauã, cujo percebeu que não havia condições para lutar e rendeu-se através de “rendição condicional”, redigida por Virgílio.

Virgílio participou do movimento sendo responsável pelos diálogos que se fizeram entre os aliancistas. Havia correspondências de Virgílio com Góis Monteiro, Getúlio Vargas, Osvaldo Aranha, Afrânio de Mello Franco, Coronel Lúcio Esteves, entre outros. As notícias que circulavam no país iam com o nome de Virgílio de Mello

---

<sup>73</sup> Carta de Leitão de Carvalho para Virgílio, 3 de outubro de 1930. Arquivo Virgílio de Mello Franco, série Correspondências, CPDOC- FGV.

Franco. Houve, por ocasião, um radiograma remetido à Pernambuco que foi captado pelo governo. Isto acarretou na prontidão das tropas pernambucanas frente ao movimento. Além disto, o governador de Pernambuco telegrafou para o Rio de Janeiro a seu sucessor eleito Senador José Maria Belo informando sobre o rádio de Virgílio que fazia menção ao movimento.<sup>74</sup> No entanto, no dia 4 de outubro, a revolução rompeu em Pernambuco e, nesse mesmo dia, o governador do estado já fora retirado de seu posto.

Em São Paulo, Virgílio foi responsável pelas conversações com João Alberto e Miguel Costa para definir quem seria interventor deste estado. Os planos políticos de Getúlio Vargas determinavam que os governos estaduais deveriam ser regidos por pessoas participantes da revolução. Sendo assim, a posse de Francisco Morato para interventor paulista, nomeado pela Junta Governativa do Rio de Janeiro, foi questionada. Miguel Couto defendeu o afastamento de Francisco Morato, enquanto que João Alberto levou uma credencial assinada por Getúlio Vargas permitindo a continuidade no cargo do interventor.

Diante desse impasse, Virgílio, encaminhou a discussão com Francisco Morato. O pretendido por Virgílio era não entrar em conflito com os militares. Assim, ele conversou com Assis Brasil para definir sobre o cargo. Apontou os riscos que poderiam advir com o conflito entre as posições políticas dos militares e dos civis. Por fim, propôs que ninguém assumisse a interventoria de São Paulo, cujo governo seria exercido pelo “excelente ministério já organizado, com a assistência do Sr. João Alberto, que, na sua qualidade de delegado militar da revolução, se encarregaria da manutenção da ordem e do escoamento das tropas.”<sup>75</sup>

No entanto, o militar Francisco Morato não concordou com a proposta de Virgílio. Este, então, usou de suas relações pessoais com João Neves para interceder na decisão. Após reunião de Virgílio e Francisco Morato, João Neves e participantes do Ministério, Francisco Morato acatou a proposta feita por Virgílio.

No Rio de Janeiro, Virgílio foi procurado por Caio Monteiro de Barros, para interceder junto a Juarez Távora e Osvaldo Aranha pela nomeação de Macedo Soares para o cargo de interventor do estado. Em carta de Caio Monteiro de Barros para Virgílio, ele comentou que Plínio Casado, governador empossado durante a revolução, sairia do cargo, pois era de seu desejo. Barros afirmou que Macedo era merecedor por ter sido vítima do governo oligárquico, enquanto Levy, concorrente de Macedo Soares

---

<sup>74</sup> NABUCO, Carolina. Op.cit.

<sup>75</sup> FRANCO, Virgílio de Mello. Op.cit., p. 263.

para a interventoria, não possuía relações com os ideais aliancistas. Escrevendo a Caio Monteiro de Barros, Virgílio de Mello Franco foi taxativo:

“Levy foi revolucionário? Não. Pelo menos ninguém sabe disso. Levy sofreu perseguições? Levy esteve na cadeia? Levy teve necessidade de expatriar-se? Levy conspirou? Levy foi elemento de ligação? Levy trabalhou pela revolução? Levy brigou? Levy organizou gente para brigar pela revolução? Levy fez campanha jornalística contra o governo passado, afrontou o Washington, teve qualquer atitude que se conheça? Nada disso. Por conseguinte, ele não está nas condições de ir para o Estado do Rio de Janeiro, quando nós temos um revolucionário autêntico como Macedo Soares e com a folha de serviços a causa como a deste.”<sup>76</sup>

É interessante perceber que a carta argumenta sobre o merecimento de Macedo Soares a partir de sua ligação com a revolução, bem como o não merecimento de Levy por não ter sido aliancista. Foi essa a situação política regida no Brasil após a Revolução de 1930: o interventor era nomeado e subordinado diretamente ao presidente da República. Os primeiros interventores foram vinculados à Aliança Liberal, podendo-se afirmar que, nos primeiros anos do processo revolucionário, ocorreu o fenômeno da “militarização das interventorias”<sup>77</sup>

Na carta, Barros ainda pediu a intervenção de Virgílio junto a *O Jornal*, de posse de Assis Chateaubriand para que este auxiliasse a favor das aspirações que queriam Macedo na direção do estado. Pediu também a intervenção de Virgílio a *Esquerda* e a *Batalha*, no mesmo sentido.

No arquivo não se verifica a resposta de Virgílio a Barros e é sabido que Plínio Casado permaneceu no cargo até 29 de maio de 1931, ocupando posteriormente Nena Barreto. No entanto, o pedido de intercessão feito por Barros, implica na importância acreditada que Virgílio teria para a realização da posse de Macedo Soares para interventor do Rio de Janeiro.

Virgílio de Mello Franco foi um dos articuladores principais do movimento revolucionário ocorrido em outubro de 1930. Participou através da propaganda da Aliança Liberal, de seus discursos na Câmara de Minas Gerais quando exercia o cargo de deputado estadual, bem como através dos artigos publicados no *Diário Carioca*, importante veículo de informações propagador das ideias aliancistas. Virgílio usou

<sup>76</sup> Carta de Caio Monteiro de Barros para o Virgílio de Mello Franco datada em 7 de novembro de 1930. Arquivo Virgílio de Mello Franco, série Correspondências, CPDOC- FGV.

<sup>77</sup> GOMES, Ângela Maria de Castro; PANDOLFI, Dulce Chaves; TEIXEIRA, Maria Tereza Lopes. *Regionalismo e centralização política: partidos e constituinte nos anos 30*. Nova Fronteira, 1980, p. 345, apud PANDOLFI, Dulce. Op. cit., p. 18

muitas vezes de sua rede de amizades para conseguir firmar acordos que contribuíram na efetivação da revolução. Durante a revolução, Virgílio foi responsável por conversações e acordos políticos.

Após a vitória em outubro de 1930, diversos cargos públicos foram distribuídos entre os atuantes favoráveis a Revolução, porém Virgílio não aceitou nenhum. Ele passou o final de 1930 e o início de 1931 doente. Recuperado, redigiu seu testemunho sobre a Revolução, no livro *Outubro, 1930*, o qual foi publicado em julho de 1931 e obteve grande sucesso, possuindo quatro edições em dois meses.

O livro é relato de memória, depoimento de Virgílio de Mello Franco sobre a Revolução de 1930 e as conjunturas políticas que antecederam o movimento armado. Nesta obra encontramos a paixão do personagem sobre a política e suas pretensões para o evento que participou. São expostas suas ideias e opiniões quanto à política nacional. É, portanto, livro indispensável para a compreensão do pensamento de Virgílio de Mello Franco.

### ***Outubro, 1930: As memórias de Virgílio de Mello Franco***

A obra *Outubro, 1930*, como o título sugere, trata de relato de memória sobre a Revolução de 1930 e a conjuntura política anterior ao movimento.

O prefácio do livro foi escrito por Osvaldo Aranha. O pedido de Virgílio para que Aranha escrevesse o prefácio não foi casual. Além de serem amigos e aliados nas ações políticas, Osvaldo Aranha foi, junto a Virgílio, um dos protagonistas da Revolução de 1930, evento que o livro se propõe a abordar. No prefácio, Aranha escreveu:

“Lembro bem do tempo da Academia, das nossas ideias, das nossas afeições. Foi uma amizade de estudantes, a nossa, dessas que vivem na escola e que a vida desfaz. Separou-nos a luta. Fui para o Sul. Ficaste no Centro. Nada indicava os dias que iríamos viver juntos. Nada indicava que a afeição da juventude se iria transformar, pelos acidentes da política, na nossa amizade de hoje.”<sup>78</sup>

Está evidenciada, através da escrita do Osvaldo Aranha, a relação de proximidade existente entre ele e Virgílio. O autor do prefácio ainda fez menção à participação que ambos tiveram na Revolução de 1930, fazendo críticas ao modo de

---

<sup>78</sup> ARANHA, Osvaldo. Prefácio. In: FRANCO, Virgílio de Mello. Op. cit., p. XIX.

governar anterior ao movimento. Sobre a política oligárquica, Aranha afirmou que “ouvir o povo, confiar na representação, acreditar na liberdade, apelar para a justiça, eram estultices que provocavam risotas nos regabofes governamentais”<sup>79</sup> Por assim ser, a Aliança Liberal era considerada “comédia ridícula de políticos fracassados”<sup>80</sup> pelos governistas. No entanto, foi “o maior movimento cívico da história brasileira. A todos excedeu, sob todos os aspectos, político, militar, moral e nacional.”<sup>81</sup>

Este discurso de Aranha deve ser entendido dentro do contexto em que foi escrito. Um ano após a vitória no movimento revolucionário, era pretendido, pelos tenentistas, legitimar a revolução, bem como valorizar a “República Nova”. A memória, portanto, que Osvaldo Aranha descreve sobre a Primeira República e a Revolução de 1930 foi construída “sob influência dos códigos e das preocupações do presente, por vezes mesmo em função dos fins do presente.”<sup>82</sup>

Virgílio, assim como Osvaldo Aranha no prefácio, também no seu livro refletiu sobre a política brasileira anterior à Revolução de 1930. Ele problematizou, principalmente, como ocorriam as sucessões presidenciais. É notório os elogios a uns e diversas críticas a outros. Analisando, portanto, as opiniões de Virgílio quanto aos presidentes do Brasil, percebe-se que ele seguiu a apreciação mineira da época. Dessa forma, os presidentes apoiados pelo Partido Republicano Mineiro foram elogiados por Virgílio, enquanto que os não pertencentes à indicação pelo PRM foram criticados.

Para elucidar a análise, é válido fazer menção à narrativa de Virgílio. Ele aborda as sucessões presidenciais desde a proclamação da República. Faz críticas sobre a sucessão de Marechal Floriano, bem como de Prudente de Moraes e Rodrigues Alves, afirmando que eles foram decisivos na eleição do candidato que procederia.

Virgílio apontou uma exceção no jogo político de que o candidato indicado pelo atual presidente era o eleito: na sucessão de Afonso Pena isto não ocorreu. Quando Afonso Pena morreu, o vice-presidente, Nilo Peçanha, assumiu. O então Presidente desejava ser sucedido por Pinheiro Machado, o qual não foi apoiado por Minas Gerais, repelindo, assim, a candidatura deste. Houve, então, a escolha pelo nome de Hermes da Fonseca, efetivando sua candidatura e posse.

---

<sup>79</sup> Idem, p. XXI.

<sup>80</sup> Idem.

<sup>81</sup> Idem.

<sup>82</sup> LABORIE, Pierre. "Memória e opinião." In: AZEVEDO, Cecilia; ROLLEMBERG, Denise; BICALHO, Maria Fernanda; KNAUSS, Paulo. *Cultura Política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2009, p. 80.



Virgílio deixa evidenciado em seu livro a admiração e apoio que tem pelo governo Venceslau Brás que exerceu seu mandato durante a Primeira Guerra Mundial. Mesmo diante de apreensões que moviam todos os países, o Brasil teve a economia em crescimento. Segundo Virgílio, “o Sr. Venceslau Brás foi sempre homem acompanhado por uma estrela que nunca se apagou...”<sup>83</sup>

É possível interpretar que o favorecimento por Venceslau Brás e Afonso Pena é devido a eles serem mineiros, indicados pelo PRM. Dessa forma, Virgílio os defende ardorosamente. Enquanto que os opositores ao PRM, como é o caso de Hermes da Fonseca e Nilo Peçanha, é evidenciado o desgosto que ele possui por seus governos.

Esta observação é vista também ao falar sobre o segundo governo de Rodrigues Alves que, ao falecer, foi sucedido por Delfim Moreira. O então vice-presidente em exercício foi apoiado por Minas Gerais, havendo diversos ministros mineiros, entre eles, Afrânio de Mello Franco, pai de Virgílio. Sobre o governo de Delfim Moreira, Virgílio afirmou:

“apesar de o presidente em exercício também estar gravemente doente e da delicadeza da situação, em virtude do falecimento do presidente eleito e do colapso do após-guerra, o período que vai de novembro de 1918 a julho de 1919 assinala-se, nos anais de nossa história republicana, como um dos mais felizes.”<sup>84</sup>

A opinião e sentimentos de Virgílio de Mello Franco estão presentes também na narrativa sobre Epiácio Pessoa, tido como homem de “talento, cultura, patriotismo e bravura pessoal [...], único filho do Nordeste brasileiro que até hoje atingiu a presidência da República”<sup>85</sup> Porém, Virgílio não foi admirador de seu governo, afirmando que nele houve diversos erros.

As análises feitas sobre a Primeira República por Virgílio carregam discursos do período em que ele escreveu o livro – 1931 – com reinterpretações do passado. Há, portanto, uma interação entre o vivido e o aprendido, o vivido e o transmitido.<sup>86</sup>

Sobre a sucessão presidencial de Epiácio Pessoa, Virgílio dedicou parte significativa de seu livro defendendo a candidatura de Artur Bernardes e, assim, opondo-se à de Nilo Peçanha. É importante salientar que Virgílio em seu livro *Outubro*,

---

<sup>83</sup> Idem, p. 9.

<sup>84</sup> Idem.

<sup>85</sup> Idem, p. 11

<sup>86</sup> POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Revista Estudos Históricos*, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

1930, fez detalhado relato sobre a campanha de Arthur Bernardes, as eleições e como se procedeu à comprovação de falsificação das cartas publicadas no *Correio da Manhã*. Ele valorizou a candidatura e o merecimento do Arthur Bernardes para ser presidente da República.

Isto pode ser entendido pela proximidade de Virgílio com o governo Arthur Bernardes, na época das eleições de 1922, uma vez que Virgílio foi o responsável pela comprovação da falsidade das cartas. Mas além desse fato, pode ser compreendido também por ser Arthur Bernardes o representante do Partido Republicano Mineiro em 1931, momento em que Virgílio também possuía representatividade no Partido, e escreveu seu livro de memórias.

No entanto, ele não mencionou sua ida à Europa, sua participação em comprovar a falsidade das cartas, nem tão pouco, sua relação com Arthur Bernardes. Por quê?

Michael Pollak e Alessandro Portelli<sup>87</sup> são estudiosos das relações entre memória e história. Nestes trabalhos é demonstrado que o não dito, o que é silenciado, é tão importante quanto o que é falado. Segundo Hebe Mattos: “Aqui, como em todo o processo de construção de memória coletiva, os episódios narrados são tão importantes quanto aqueles que são esquecidos ou sobre os quais – de forma eloquente – simplesmente se silencia.”<sup>88</sup> Outra reflexão a partir destes estudos sobre memória, é que esta é seletiva. Virgílio em seu livro, ao fazer as escolhas do que ele pretende narrar, está selecionando o que considera que deva ser lembrado. Da mesma maneira que não é casual seu silêncio em relação a determinados itens. Ele esquece porque não quer lembrar.

Corroborando com essa argumentação, é possível pensar que a não menção de Virgílio no livro *Outubro, 1930* sobre sua participação no desenrolar do episódio das cartas falsas não é irrelevante. Uma possível interpretação da razão de ele não mencionar é por não querer ser lembrado por esse episódio, ou ser associado a ele. Afinal, Arthur Bernardes governou sob estado de sítio, perseguiu duramente o movimentos sindical e o movimento tenentista. Para os opositores do regime, Bernardes surgia como a síntese de todos os males da Primeira República.

---

<sup>87</sup> Ver: POLLAK, Michael. Op.cit.; PORTELLI, Alessandro. "O massacre de Civitella Val di Chiana". In: Ferreira, Marieta de M. e AMADO, Janaína. *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1996.

<sup>88</sup> MATTOS, Hebe. "Memórias do cativo: narrativa e identidade negra no antigo sudeste cafeeiro". In: RIOS, Ana Lugão e MATTOS, Hebe. *Memórias do Cativo. Família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 53-54.

O objetivo de *Outubro, 1930*, foi narrar a situação política brasileira antes da Revolução de 1930 e o desenrolar da revolução por alguém que participou sendo um dos líderes do movimento. É dar seu testemunho à posteridade. Ele escreveu o que desejava que as pessoas se lembrassem. Por assim ser, é possível compreender que ele não deseja ser lembrado por ter relações diretas com Bernardes.

Isso pode decorrer do fato de após a Revolução de 1930, Getúlio Vargas ter tido estratégia política de romper com o poder oligárquico e centralizar as forças políticas no seu governo.<sup>89</sup> Dessa forma, Bernardes foi personagem que passou a representar o atraso, o que desejava ser superado. Virgílio, nos primeiros anos posteriores à revolução, foi apoiador fervoroso do governo Vargas. Portanto, uma interpretação possível da razão do silêncio de Virgílio com sua relação direta com Bernardes é não desejar ser relacionado com seu governo. Assim, ele conseguiu valorizar o governo de Arthur Bernardes sem, contudo, estar relacionado a ele.

Sobre a sucessão de Arthur Bernardes, houveram negociações entre os partidos de Minas Gerais e São Paulo para a escolha do candidato, que foi o paulista Washington Luís, mas que foi lançado por Minas Gerais. Virgílio de Mello Franco narrou em seu livro o esgotamento que a Nação vivenciava neste contexto devido ao governo de Arthur Bernardes. Refletiu que a população desejava paz: “Nenhuma eleição presidencial foi tão tranquila quanto a do Sr. Washington Luís. A Nação cansada, ferida por todos os lados com alvião de ponta aguda, que já nem mais tirava chispas de fogo – só almejava, só bradava pela paz.”<sup>90</sup> No entanto, Virgílio defendeu que o governo de Washington Luís foi o contrário do que os brasileiros desejavam:

“as perspectivas não podiam ser melhores para o governo do sr. Washington Luís. Mas desgraçadamente, o presidente da República não só não correspondeu à simpatia com que foi recebido pela Nação, como excedeu, em brutalidades inúteis e violências desnecessárias, tudo quanto dantes era conhecido.”<sup>91</sup>

Sobre a sucessão presidencial de Washington Luís, Virgílio afirmou que o Presidente, com medo de perder seu prestígio pessoal e até a segurança de seu governo após a morte de Carlos de Campos, governador de São Paulo, articulou que tal cargo fosse ocupado por Júlio Prestes. A seguir, segundo Mello Franco, Washington Luís deu

---

<sup>89</sup> Ver: SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

<sup>90</sup> FRANCO, Virgílio de Mello. Op. cit., p. 69.

<sup>91</sup> Idem, p. 70.

indícios de seu propósito em se fazer substituir, na presidência da República, por Júlio Prestes, “apresentando-o sempre, em toda parte, como uma sorte de “delfim” ou Príncipe de Gales...”<sup>92</sup>

Ao longo do livro, Virgílio demonstrou que as sucessões presidenciais eram determinadas pelo governo vigente da época e pelo acordo entre os partidos de Minas Gerais e São Paulo para saber quem lançaria a candidatura. Sobre a alternância de governo entre São Paulo e Minas Gerais, Virgílio descreveu como desalentadora e fastidiosa monotonia.<sup>93</sup>

É sob esse contexto de descontentamento com as sucessões presidências e discordando da candidatura de Júlio Prestes, candidato de São Paulo, para presidente do país, que o PRM, propôs para o Partido Republicano do Rio Grande do Sul e o Partido Libertador do Rio Grande do Sul, estado esse com a terceira maior representatividade política, que se aliassem para a indicação de outra candidatura, divergente da indicada pelo governo.

Dessa forma, Afrânio de Melo Franco, pai de Virgílio, iniciou os diálogos com Assis Brasil. Havendo o interesse dos gaúchos, começam as negociações.<sup>94</sup> Virgílio afirmou que no pensamento de Washington Luís, ao ser anunciado oficialmente a candidatura de Júlio Prestes, os diálogos e iniciativas para outro candidato se encerrariam, visto em:

“julgando-se dono e senhor da situação política de todo o país, o presidente da Republica não tinha inquietações. Na sua opinião, o ocupante do Catete comandava, através dos 20 governadores, outras tantas brigadas eleitorais. Para ele, candidato do governo era candidato vencedor, e tudo o mais bobagem...”<sup>95</sup>

É destacado em *Outubro, 1930* que o governo vigente tinha influência na decisão e na vitória do candidato para a presidência. No entanto, a Aliança Liberal pretendia acabar com essa prática. Na citação acima, Virgílio fez crítica à posição de Washington Luís, em que ele acreditou ser “dono da situação política de todo o país”. Mas até esse período quais eram os limites para as iniciativas sucessórias oriundas do presidente vigente? Virgílio apontou, ao longo de seu livro, que a candidatura do presidente era um acordo entre Minas Gerais e São Paulo. É pautando-se nisso que

---

<sup>92</sup> Idem, p. 73.

<sup>93</sup> Idem, p. 62.

<sup>94</sup> O Partido Libertador e o Partido Republicano do Rio Grande do Sul se uniram para lançar a candidatura de Getúlio Vargas. Esta coligação foi denominada Frente Única Gaúcha.

<sup>95</sup> FRANCO, Virgílio de Mello. Op. cit., p. 81.

Washington Luís acreditava que colocaria fim às iniciativas aliancistas de propor outro nome além do sugerido pelo governo.

Após a decisão de que o candidato representante da Aliança Liberal seria Getúlio Vargas, Virgílio relatou que foi enviada carta desse candidato e também do então governador de Minas Gerais, Antônio Carlos, a Washington Luís para que ele soubesse da confirmação da candidatura de Getúlio Vargas à presidência. Washington Luís respondeu dizendo ser Júlio Prestes apoiado por todos os estados brasileiros, com exceção de Minas Gerais e Rio Grande do Sul. A Paraíba, ainda não havia se manifestado.

Getúlio Vargas deixou para o Partido Republicano Mineiro tomar a decisão final de continuar com sua candidatura. Sendo a resposta afirmativa, Vargas pretendia conseguir fórmula conciliatória para a sucessão presidencial. Sobre Getúlio, Virgílio o descreveu:

“o sr. Getulio Vargas era, e é, um expoente dos defeitos e das virtudes da nossa raça. Homem de inteligência clara, bondoso e tolerante, a forma objetiva e concreta do seu patriotismo levava-o a temer não por si, mas pelo país os excessos da peleja bravia a que este seria arrastado pela intolerância do presidente da República. A verdadeira expressão da sua bondade nacionalista aconselhava-o a sacrificar tudo, a bem da tranquilidade de todos.”<sup>96</sup>

É importante atentar para a opinião de Virgílio de Mello Franco sobre Getúlio Vargas. Nesse período Virgílio foi defensor importante de Vargas, descreve-o como inteligente, bondoso, tolerante, patriota. Fez menção à sua “bondade nacionalista”, que se sacrificou para “tranquilidade de todos”. Sua opinião sobre Vargas mudará com o tempo.

Para que houvesse uma forma conciliatória de resolver a questão da sucessão presidencial de Washington Luís, Getúlio Vargas pediu a Afrânio de Mello Franco que enviasse uma carta ao ex-presidente Epiácio Pessoa, que nesse momento estava na Europa, a fim de conversar com Washington Luís, no intuito de convencê-lo a evitar luta fratricida. Tal carta foi descoberta pelo governo e publicada em jornal.

Quando Epiácio Pessoa chegou ao Brasil, Virgílio relata que o governo de Washington Luís estava utilizando de intensa violência para deter os aliancistas. Ele apresenta que chegando as eleições, “o governo da República perdeu, com a luta, a

---

<sup>96</sup> Idem, p. 101

noção dos seus deveres e da sua compostura. Desde o chefe de estado até os funcionários facciosos, só havia uma preocupação: forçar por todos os meios a vitória do candidato do presidente da República.”<sup>97</sup>

Virgílio denunciou que a violência do governo ocorreu no país inteiro. Na Paraíba houve a demissão do fiscal do Lyceu. No entanto foi sustada a publicação do ato até que a vítima se declarasse favorável à candidatura Prestes. O governo removeu e exonerou vários telegrafistas; demitiu o procurador da República; demitiu e transferiu empregados do porto; chamou ao Rio de Janeiro o diretor do Serviço de Algodão; demitiu o chefe do Serviço de Profilaxia extinguindo-o, ao mesmo tempo, para escarmento do Sr. João Pessoa, esse serviço. A Paraíba devia ao Banco do Brasil mil e quinhentos contos, garantidos por títulos do valor real de dois mil e oitocentos contos. Essa dívida foi cobrada para ser liquidada imediatamente.<sup>98</sup>

Outra demonstração de violência foi quando, a fim de impedir um comício no Espírito Santo, o governo provocou tumulto e a polícia disparou tiros, ocorrendo 20 mortes e 60 feridos. Em Montes Claros- MG, o governo remeteu oitocentos homens armados para garantir a estadia de Carvalho Brito e Mello Viana na cidade. Esses homens caminhavam pela cidade e, ao passarem em frente à casa de João Alves, um dos homens armados que o acompanhavam, jogou uma bomba e ocasionou a morte de João Alves. Reagindo a isso, homens armados que acompanhavam o falecido atiraram em seus capangas, generalizando-se, assim, o conflito. O resultado foi diversos mortos e feridos.<sup>99</sup>

O governo agiu principalmente nos estados dissidentes, sobretudo em Minas Gerais e na Paraíba, colocando esses estados como fora da lei:

“partindo da preliminar de que ter candidato à presidência da República é estar fora da lei, o presidente da República riscou aqueles três estados do mapa da nossa ordem constitucional, procurando desmontar por todos os meios e modos, os serviços federais nos seus territórios, indo até o extremo limite de perturbar a organização da justiça. As estradas de ferro, os telégrafos, os correios, o banco oficial, tudo enfim que dependia do governo federal passou a ser arma de agressão, nas mãos de uma facção política inescrupulosa e arbitraria.”<sup>100</sup>

---

<sup>97</sup> Idem, p. 120

<sup>98</sup> Idem.

<sup>99</sup> Idem.

<sup>100</sup> Idem, p. 122

É preciso historicizar tal ação de Washington Luís em considerar que “ter candidato à presidência da República é estar fora da lei”. Naquele momento histórico, havia um modelo vigente que tendia a controlar as disputas eleitorais a presidência da República. O candidato indicado pelo governo vigente era o que tinha garantida sua eleição.<sup>101</sup> Por assim ser, Washington Luís discordou da mobilização da Aliança Liberal e agiu de maneira discricionária para impedir a eleição de Vargas. Essa era a maneira utilizada pelo governo para controlar a oposição. Para os membros mais extremados da Aliança Liberal essas violências realizadas pelo governo traziam mais pessoas favoráveis às ideias aliancistas. Virgílio destacou:

“Nós outros, elementos mais extremados da Aliança Liberal, e que já então éramos francamente revolucionários, assistíamos a todos esses degradantes espetáculos com a seguinte mentalidade: quanto pior melhor... O governo federal, com os seus desmandos, fazia, junto aos elementos mais vacilantes, uma propaganda revolucionária muito mais eficaz do que a que nós próprios realizávamos.”<sup>102</sup>

Quando ocorreram as eleições, Júlio Prestes foi eleito presidente. Como de costume, ocorreram fraudes, compra de votos, sonegação. Virgílio critica as eleições e o resultado destas. Defendeu que o resultado se deu devido às diversas fraudes eleitorais, através de fechamento de urnas, negação de boletins, não instalação de mesas, adulteração fiscal, compra de votos, invasão de mesas com policiais, eleições antecipadas, sonegação. Essa situação política gerou um maior descontentamento político entre os aliancistas.

É importante ter em vista, que este jogo eleitoral, em que há fraudes, não foi praticado apenas pelo governo de Washington Luís, mas era rotineiro no contexto da República Oligárquica. O discurso opositor a essa prática fraudulenta de eleições é construção da memória dos revolucionários de 1930. Eles mesmos a praticaram nos anos anteriores quando participaram ativamente da política oligárquica. Como muito bem explica Pollak: “A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõe uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irreduzíveis.”<sup>103</sup> É portanto,

---

<sup>101</sup> Para mais, ver: FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. Op. Cit.

<sup>102</sup> FRANCO, Virgílio de Mello. Op.Cit., p. 153.

<sup>103</sup> POLLAK, Michael. Op. cit., p. 9

reinterpretação do passado em função de legitimar as batalhas do presente, no caso, do governo provisório instaurado após a revolução.

Após a perda nas urnas devido às fraudes, um grupo da Aliança Liberal iniciou conversações para realizar um levante armado, com o intuito de depor Washington Luís, antes mesmo de Júlio Prestes assumir a presidência.

Virgílio descreveu em seu livro as dificuldades de realizar a revolução, visto que a luta armada era tida como em último caso e não possuía o apoio absoluto dos três estados da Aliança Liberal. Virgílio apresentou os desânimos que Minas Gerais obteve muitas vezes, principalmente devido a Antônio Carlos, o governador do estado, possuir supremo horror à ideia de revolução, mas pressionado pelo seu compromisso com o Rio Grande do Sul e possuindo indivíduos dispostos a pegar em armas, esse estado não desistiu.

Além das dificuldades ocorridas em Minas Gerais, para que se firmasse a decisão da revolução, o Rio Grande do Sul também sofreu algumas divergências internas. Virgílio discorre que enquanto Borges de Medeiros declarava na imprensa que a campanha presidencial havia se encerrado em 1º de março, Assis Brasil afirmava que a Frente Única Gaúcha iria, com seus aliados, às últimas consequências dos antecedentes estabelecidos. “Assim, pois, no caos rio-grandense, ao mesmo passo que um general mandava enrolar a bandeira, o outro dava ordens para que se desfraldasse a sua...”<sup>104</sup>

Mesmo com as divergências nos estados aliancistas, Virgílio e Batista Luzardo iniciaram diálogos para que a revolução fosse efetivada, sendo Virgílio um animador em momentos de desistência, percebido em correspondências entre os aliancistas. Os dois fizeram diversas viagens pelo país angariando aliados:

“eu, que era de certo modo o agente de ligação do setor mineiro com os demais, vivia todo tempo em viagem do Rio para Minas e de Minas para S. Paulo e vice-versa. A polícia fazia-me a honra de fazer seguir todos os passos que eu dava no Rio de Janeiro. Mas como eu sabia que era seguido, não me foi nunca difícil sair sem que os javerts do sr. Coriolano de Goes se apercebessem [...] Levava sempre um amigo em minha companhia. Assim, comigo viajaram, várias vezes, o Dr. Pedro Ernesto, o sr. Amaro Lanari, o Major Carlos Eiras e o Capitão Leopoldo Néri da Fonseca.”<sup>105</sup>

---

<sup>104</sup>FRANCO, Virgílio de Mello. Op. cit., p. 146

<sup>105</sup> Idem, p. 159



Virgílio de Mello Franco teve grande importância nos diálogos para a concretização da coligação entre os estados, como é possível perceber na carta enviada por Virgílio de Mello Franco a Epitácio Pessoa, no dia 7 de setembro de 1929, em que diz: “Na campanha cívica em que estamos empenhados, cabe-me muita responsabilidade como um dos precursores da política de entendimento com o Rio Grande do Sul.”<sup>106</sup> Ele era o principal intermediário entre os tenentes e os veteranos chefes políticos no Rio de Janeiro.

Além da responsabilidade em diálogos para que concretizasse a revolução, foi visto anteriormente que Virgílio possuiu papel importante em conseguir empréstimo para Minas Gerais da quantia de três mil contos, a metade do valor que esse estado deveria pagar, em acordo firmado com os outros estados da Aliança Liberal.

Sobre esse acontecimento, é interessante analisar a narrativa de Virgílio. Ele descreveu em seu livro que José Bernardino Alves Junior percorreu todos os bancos nacionais e estrangeiros, os quais se recusaram a fazer negócio com Minas Gerais, receosos das represálias do governo federal. Assim sendo, coube a Virgílio conseguir custear através de empréstimos da Companhia Brasileira de Energia Elétrica, um adiantamento de três mil contos sobre um contrato ainda não em vigor.

Ao mesmo tempo em que ocorriam as conspirações entre os aliancistas, o governo repreendia tudo que ele sabia, com violência. O estopim para os membros da Aliança Liberal ocorreu com o assassinato de João Pessoa no dia 26 de julho de 1930, em Recife. O assassinato de João Pessoa foi assimilado com as manobras de detenção do governo aos aliancistas. Assim Virgílio apontou:

“o baque do corpo de João Pessoa sobre a terra sacudiu de uma forma dramática a Nação inteira, ecoando dolorosamente em todas as consciências. Nenhum brasileiro compreendia o crime da Rua Nova, em Recife, sem ligar à figura dos assassinos a dos membros do governo desatinado, ao qual a fatalidade entregara João Pessoa inerte e desprevenido.”<sup>107</sup>

No dia do acontecido, Virgílio estava chegando no Rio Grande do Sul. Assim, ele descreveu a insatisfação popular diante da morte de João Pessoa e a exigência de vingança que as multidões faziam. Respondendo a multidão, Osvaldo Aranha prometeu “vingança” através da revolução.

---

<sup>106</sup> NABUCO, Carolina. Op. cit., p. 5.

<sup>107</sup> FRANCO, Virgílio de Mello. Op. cit., p. 183.

Os planos revolucionários ocorriam com sucesso no Rio Grande do Sul. Porém, nos estados do Norte, Minas Gerais e Rio de Janeiro havia problemas internos devido às pressões do governo, ocasionando as dúvidas quanto executar a revolução. Em *Outubro, 1930*, Virgílio descreveu sua importância nos diálogos a fim de incentivar a participação dos aliancistas e não permitir desistências.

O movimento sofreu divergências na proposta da data para acontecer. Inicialmente foi pensada na data de 25 de agosto de 1930, estando o movimento considerado deficiente para eclodir, a data foi adiada. Apesar da data não decidida, o movimento se tornava algo sem volta: “Estou certo de que qualquer um de nós preferia suicidar-se a ter que voltar atrás... Assim, estabelecemos, logo de saída, uma preliminar a saber: fossem quais fossem as circunstâncias, a nossa decisão de marchar para a revolução era já sem alternativa.”<sup>108</sup>

Apesar dos recuos da data para a revolução acontecer poder ser interpretado como fragilidade do movimento, Virgílio utiliza do otimismo para pensar que tais recuos de datas fizeram o governo pensar que a “revolução nada mais era do que um sonho de meia dúzia de exaltados”<sup>109</sup>, sendo então surpreendidos quando o movimento foi efetivado. Sobre o movimento, Virgílio afirma em seu livro:

“enquanto caminhava silenciosamente ao lado do sr. Osvaldo Aranha, ia rememorando, um a um, os episódios da luta. Através de uma nuvem, galopavam-me na cabeça, como uma lanterna mágica, os indignos episódios da campanha. As tropelias do Congresso; as violências da polícia; os dramas de Guaranhuns, de Vitória, de Natal e de Montes Claros; as fraudes eleitorais; o reconhecimento de poderes; a tragédia de Princesa e o assassinio de João Pessoa- foram, todos, fatos por tal forma graves que o morticínio e o drama sangrento na véspera iniciados estavam plenamente justificados.”<sup>110</sup>

É possível compreender que a memória que Virgílio de Mello Franco registrou sobre a Revolução é de um evento que trouxe justiça, pôs fim à violência do governo e às fraudes eleitorais.

Estudar o livro *Outubro, 1930* é uma maneira de conhecer a Revolução de 1930 a partir das ideias de um tenentista civil, Virgílio de Mello Franco, que lutou na Aliança Liberal desejando melhorias para a política e a sociedade brasileira. A partir do livro há uma compreensão das ideias de Virgílio sobre a política anterior a 1930 e também sobre

---

<sup>108</sup> Idem, p. 202.

<sup>109</sup> Idem, p. 211.

<sup>110</sup> Idem, p. 243.

o que almejavam os revolucionários. É uma importante fonte, pois foi produzida por um dos protagonistas da revolução um ano após a eclosão do movimento.

Entre as mudanças abordadas por Virgílio em seu livro, defendidas pelos revolucionários, estava o fim da política oligárquica em que a sucessão presidencial era decidida pelos governantes estaduais e eram revezados entre a indicação ora por Minas Gerais, ora por São Paulo, além do presidente da República ter grande influência nessa escolha. O programa aliancista defendia também o voto secreto, independência do Judiciário, reforma escolar, reforma administrativa, liberdade de imprensa e de pensamento, anistia para os revolucionários de 1922, 1924, 1925-1927, moralização do Poder Legislativo, fim da violência cometida pela polícia à mando do governo e adoção de medidas econômicas protecionistas para produtos de exportação além do café. Defendia, por fim, melhorias sociais, como a extensão do direito à aposentadoria, regulamentação do trabalho da mulher e da criança e aplicação da Lei de Férias.<sup>111</sup>

Virgílio de Mello Franco em *Outubro, 1930* apresenta sua participação na Aliança Liberal e na Revolução de 1930, defendendo para o leitor a importância que ele teve para que o movimento eclodisse. Ele fez viagens convencendo pessoas para que se aliassem à causa; conseguiu empréstimo de três mil contos para Minas Gerais, a metade do valor que esse estado deveria dar para investimentos em armamentos; era da ala dos líderes revolucionários, sendo responsável principalmente pelas conversações políticas.

*Outubro, 1930* reproduz a versão de Virgílio sobre esses e outros acontecimentos que levaram à vitória da revolução, como mostra também momentos de desânimos e fracassos. No livro há o sentimento do autor sobre o movimento. A emoção da escrita, a paixão que ele defende ou critica os personagens é reprodução de sua memória, condizente com seus ideais e sentimentos.

Dessa forma, é percebido em seu livro que ele fez questão de enfatizar que a Revolução ocorreu para encerrar um sistema político do qual ele e outros aliancistas não concordavam, embora tivessem participado no passado, visando à transformação das práticas políticas, que deveria culminar com o encaminhamento de um novo projeto para a política no Brasil.

Virgílio usa da memória que ele possuía do evento e de sua participação nele para dar legitimidade aos argumentos contidos no livro, afirmando ser a verdade – a sua

---

<sup>111</sup> Para mais, ver: Verbete Aliança Liberal, disponível em CPDOC-FGV.

verdade – aquilo que escreveu, como é visto nas advertências iniciais que o autor escreve:

“descrevendo a campanha da Aliança Liberal, sei que uso, por vezes, de uma linguagem talvez viva demais. Para justificar qualquer azedume de expressões que porventura se note, sou forçado a assinalar a circunstancia de que a minha perspectiva foi a dos que assistiram ao drama do palco, e não da plateia... Escrevendo e publicando este livro, outro fim não tive senão o de fornecer uma contribuição pessoal, **para que mais tarde não se falseis a História**. Fiz bem? Fiz mal? O futuro dirá.”<sup>112</sup> [grifo meu]

Virgílio estava preocupado para que “não falseiem a verdade”, ou seja, para que a Revolução de 1930 fosse lembrada e pensada a partir do que ele pensa como verdade – a sua narrativa dos acontecimentos e da memória sobre ele mesmo. Ele fez sua escrita visando os leitores do futuro, para que aqueles que não participaram, nem ao menos “da plateia”, pudessem conhecer a ambiência da política republicana da época e os âmbitos traçados para que ocorresse a Revolução de 1930. Sobre a posição de Virgílio quanto ao proprietário da verdade dos fatos é visto também:

“testemunha presencial da urdidura revolucionária e da fase de luta, percebi, logo depois da vitória, que a história estava sendo mal contada, exatamente por aqueles que melhor a conheciam e que, por circunstancias especiais, mais discretos deviam ser. Nada mais fiz do que levantar a ponta do véu...”<sup>113</sup>

É percebido nessa citação que Virgílio de Mello Franco pensa que os relatos que estavam sendo feitos por pessoas que participaram da Revolução eram errôneos, uma vez que Virgílio não partilhava dessas memórias e opinião sobre o evento.

A relação atribuída entre a memória de Virgílio de Mello Franco sobre os acontecimentos anteriores e durante a Aliança Liberal e a Revolução de 1930 com a ideia de posse da verdade sobre o evento pode ser compreendida a partir da tese de Pierre Laborie. Esse historiador propõe que “a memória intervém na fabricação da opinião pela influência das representações dominantes do passado. Por sua vez, a opinião tem papel decisivo na validação social e na legitimação da memória ao dar credibilidade a seu discurso por meio de sua divulgação [...]”<sup>114</sup>. Laborie também

<sup>112</sup> Advertência do Autor, p. XVIII. In: FRANCO, Virgílio de Mello. Op. cit.

<sup>113</sup> Notas para a 4a. edição. In: FRANCO, Virgílio de Mello. Op. cit., p. 267.

<sup>114</sup> LABORIE, Pierre. Op. cit., p. 80-81.

articula que a memória é o espaço em que um ponto de vista é articulado como a veracidade do fato, visto em:

“faz-se da autenticidade, justamente atribuída à memória, uma espécie de garantia e de certeza de verdade. Por deslocamentos sucessivos, passa-se da memória portadora de uma verdade à memória lugar e expressão da verdade sobre o passado. O que era uma narrativa, uma representação ou um ponto de vista sobre o passado torna-se a história desse passado.”<sup>115</sup>

A partir dessas ideias de Laborie, é possível entender que o discurso de Virgílio sobre sua narrativa da “verdade dos fatos” deriva de sua memória sobre os eventos e ações ocorridas no período da Aliança Liberal, que deram legitimidade à sua opinião, tornando-a, a partir de seu discurso, a verdade dos acontecimentos. Virgílio de Mello Franco deixou, para a posteridade, a maneira como ele gostaria de ser lembrado no futuro sobre sua participação no movimento civil-militar que transformou em passado a Primeira República.

---

<sup>115</sup> Idem, p. 92.

## **Capítulo 2 – De “Ariel” a opositor: Virgílio de Mello Franco e o governo Vargas**

### **Virgílio de Mello Franco: Política e partidos políticos no Governo Provisório**

Os primeiros anos posteriores à Revolução de 1930 foram caracterizados por continuidades e descontinuidades políticas. Demonstrando, assim, instabilidade que se apresentou nas lutas e nos choques ocorridos entre as distintas forças sociais que, então, disputaram espaço político maior no cenário nacional.

As forças sociais em embate, seja no âmbito administrativo municipal, estadual ou federal, foram, na definição de Dulce Pandolfi, as oligarquias dissidentes dos grupos políticos tradicionais, principalmente dos estados mais fortes da federação, e dos tenentistas e seus aliados civis.<sup>116</sup> Os primeiros pretendiam apenas reformas políticas, mas defendendo a continuidade do federalismo e da ordem oligárquica anterior a 1930. Os segundos, além de reformas políticas moralizantes, eles pleiteavam outros tipos de modificações, inclusive de cunho social.

Os militares que conhecidos no movimento tenentistas, neste contexto, não representaram, apenas, o movimento político-militar ocorrido no Brasil na década de 1920 e na Revolução de 1930. O tenentismo abrangia os ideais revolucionários característicos dos que participaram da Aliança Liberal. Mário Lanna Júnior escreveu: “É, antes de tudo, um movimento revolucionário. Como salvador da pátria, denunciava a desmoralização dos costumes políticos pelas oligarquias, que deveriam ser banidas da política, por corromperem as instituições, em específico as forças armadas.”<sup>117</sup> A eles estavam aliados muitos políticos identificado com reformas, conhecidos como “tenentes civis”. Tratava-se do grupo reformista que apoiava o Governo Provisório de Vargas e exigia reformas para pôr fim à dominação oligárquica e ao liberalismo político.

O governo instaurado após a Revolução de 1930 passou a substituir os cargos políticos administrativos que eram ocupados pelas oligarquias tradicionais por aliados reformistas. Assim, grupos de tenentes e de revolucionários civis se reuniram com Getúlio Vargas a fim de discutir sobre os cargos políticos e estratégias de governo. Este grupo foi denominado pela imprensa opositora de “gabinete negro”. Entre os participantes deste grupo, destacavam-se: Osvaldo Aranha, José Américo de Almeida, Juarez Távora, Pedro Ernesto Batista, João Alberto Lins de Barros, Plínio Casado,

---

<sup>116</sup> Por: PANDOLFI, Dulce. Op.cit., p. 17.

<sup>117</sup> LANNA JÚNIOR, Mário Cléber Martins. Op. cit., p. 347.

Virgílio de Mello Franco, Ari Parreiras, Pedro Aurélio de Góis Monteiro e José Fernandes Leite de Castro.

A partir destas reuniões foi proposta a criação de partido que representasse as propostas revolucionárias. Assim, foi fundado o Clube 3 de Outubro, o qual Otávio Malta escreveu que “seria o instrumento vivo, buliçoso, de formulação da política tenentista”.<sup>118</sup>

O programa se dividiu em duas partes: política e social. Segundo Pandolfi,

“além das críticas ao federalismo oligárquico, do programa do clube contavam a defesa de um governo central forte; a intervenção do Estado na economia; a representação corporativa eleita por associações profissionais reconhecidas pelo governo; a instituição de conselhos técnicos de auxílio ao governo; a eliminação do latifúndio mediante tributação ou simples confisco; a nacionalização de várias atividades econômicas e dos transportes; a exploração estatal dos recursos hídricos e minerais; e a implantação da legislação trabalhista.”<sup>119</sup>

Isso acarretaria na minimização do poder incontestável do estado, que era expressão da força das oligarquias.<sup>120</sup> O programa a ser discutido consistiu, segundo Carone:

“Trabalhar pelo engrandecimento do Brasil. Propagar a grandeza da brasilidade. Combater sistematicamente as preocupações de regionalismo. Pugnar pela uniformização das leis, justiça e ensino. Obrigatoriedade do ensino primário. Ensino profissional gratuito. Gratuito ensino secundário. Cultura física. Só comprar o que for genuinamente nacional, salvo quando não existir similar no país. Fazer intensa propaganda contra as companhias estrangeiras que exploram oscilações cambiais para aumento de preço. Combater sistematicamente o luxo.”<sup>121</sup>

É possível entender que os tenentes e os reformistas almejavam organização centralizadora e intervencionista do Estado. Defendiam modelo de Estado antiliberal, uma vez que a crítica à oligarquia confundia-se com a crítica ao liberalismo, visto como utópico e desvirtuador dos ideais republicanos.<sup>122</sup> Houve também, como é possível perceber na citação acima, preocupação com a economia e com a questão social, vista

<sup>118</sup> MALTA, Octavio. *Os Tenentes na revolução brasileira: Edição ilustrada*. Vol. 47. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1969, p. 50-51 apud CARONE, Edgard. Op.cit., p.177.

<sup>119</sup> PANDOLFI, Dulce. Op. cit., p. 22.

<sup>120</sup> Para mais, ver: CARONE, Edgard. Op.cit.

<sup>121</sup> A Platéia, 17-12-1931, apud Carone, 1975, p. 381

<sup>122</sup> Para mais, ver: GOMES, Ângela de Castro (org). Op.cit.

na defesa, pelos tenentes, da gratuidade do ensino e valorização do produto comercial brasileiro.

As oligarquias tradicionais defendiam o federalismo como organização política do país. Insistiam, portanto, na continuidade da autonomia estadual e na limitação dos poderes da União.

Durante o Governo Provisório foram adotadas medidas intervencionistas e centralizadoras, inspiradas nas reivindicações do grupo reformistas, representadas no Clube 3 de Outubro. Na área social foram promulgados decretos e leis de proteção ao trabalhador: criação do Ministério do Trabalho, o trabalho da mulher e do menor foi regulamentado; jornada de trabalho no comércio e indústria fixada em oito horas; criação da carteira de trabalho; ampliação do direito a pensões e aposentadorias. No campo o governo exerceu maior controle sobre a produção e comercialização dos principais produtos agrícolas brasileiros.<sup>123</sup>

Em Minas Gerais, o período de 1930-33 foi marcado por contradições e instabilidade na política. O Clube 3 de Outubro, neste estado denominado de Legião Liberal Mineira, foi fundado em fevereiro de 1931 por Francisco Campos, Gustavo Capanema e Amaro Lanari. Contou com apoio do presidente estadual Olegário Maciel. A organização assumiu caráter oficial.<sup>124</sup>

Inicialmente, a Legião Liberal não tinha propósito de ser partido político e sim agremiação com finalidade de formar mentalidades revolucionárias. Por assim ser, conseguiu a adesão do PRM, junto com a figura Arthur Bernardes – símbolo da oligarquia. Segundo Bruno de Almeida Magalhães:

“A legião de Outubro organizou-se não como um partido político, mas como uma entidade destinada a formar uma mentalidade revolucionária, em face das novas condições em que o país começava a viver. Daí, o apoio que recebeu das principais figuras da revolução, a começar pelo próprio Bernardes. Cedo, porém, verificou-se que o rótulo da entidade resumia-se numa farsa: um simples ardil para afastar Bernardes da obra revolucionária, realizando, assim, o anelo da reação republicana.”<sup>125</sup>

---

<sup>123</sup> PANDOLFI, Dulce. Op. cit.

<sup>124</sup> Para mais, ver: Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

<sup>125</sup> MAGALHÃES, Bruno de Almeida, *Arthur Bernardes- estadista da República*, Rio de Janeiro: José Olympio, 1973, p. 217 apud BOMENY, Helena Maria Bousquet. A estratégia da conciliação: Minas Gerais e a abertura política nos anos 30. In: GOMES, Ângela de Castro (org). *Regionalismo e Centralização Política: Partidos e Constituinte nos Anos 30*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980, p. 148



Arthur Bernardes foi consagrado, após Revolução de 1930, como representante da oligarquia tradicional e da agora chamada “República Velha”, época pretendida ser superada pela “República Nova”, pelo grupo civil-militar reformista.

Do mesmo modo que a Legião Liberal Mineira possuiu em sua agremiação oligárquicos, o PRM era composto também pela participação de políticos reformistas. Virgílio de Mello Franco, em 1931, atuou como interventor do Partido Republicano Mineiro:

“Temos a honra de enviar a vex a seguinte indicação que acaba de ser votada unanimemente (sic) pelo congresso do partido republicano mineiro; o partido republicano mineiro representado pelos novecentos delegados aqui presentes de 211 dos 215 municípios e fiel interprete dos sentimentos de todo o povo de Minas Geraes assegura a vex o mesmo leal apoio que lhe vem prestado desde as memoráveis jornadas da Aliança liberal e da revolução de outubro na finda e fundada esperança de que vexc se apressara em garantir a este estado um regimem (sic) de tolerância liberdade moralidade administrativa e justiça sob novo interventor que inspire confiança ao povo mineiro e a nação digne se vex aceitar os protestos do nosso mais alto apreço. Arthur Bernardes, Presidente; Almor Prata, secretário; Affonso Penna Junior, Levindo Coelho, Eduardo Amaral, Camillo Chaves.”<sup>126</sup>

Virgílio possuía reconhecimento em Minas Gerais pela sua atuação na Revolução de 1930, mas também por sua vinculação ao PRM no período anterior a 1930. No entanto durante o período do Governo Provisório de Getúlio Vargas, o PRM representou oposição. O partido tornou-se símbolo das oligarquias tradicionais, do atraso, da oposição.

Seria contraditória a atuação do Virgílio como interventor do Partido Republicano Mineiro, sua ligação com ele, se pensar nas ideias do partido, uma vez que Virgílio era “tenente civil”, consagrado assim principalmente pelas semelhanças como os ideários tenentistas. No entanto, é preciso compreender que Virgílio dialogava tanto com os políticos das oligarquias tradicionais quanto com os reformistas, além do fator principal: o PRM, em 1931 não era concebido, ainda, como opositor ao governo federal. Isto só ocorrerá em 1932, quando o partido apoiou os paulistas no movimento pró-constituente.

Em 1931 as disputas entre oligarquias tradicionais e reformistas civis e militares não eram delimitadas por partidos políticos, como foi apresentado, na Legião Liberal

---

<sup>126</sup> Telegrama da direção do Partido Republicano Mineiro ao Virgílio de Mello Franco, datado de 17/08/1931. Arquivo Virgílio de Mello Franco, série Correspondências, CPDOC- FGV.

tinha participantes da oligarquia, bem como o PRM agremiava reformistas. Havia, no entanto, clara disputa por poder.

Segundo a historiadora Helena Bomeny, o presidente do estado, Olegário Maciel, demonstrava incapacidade de estabilizar a política mineira que apresentava conflito entre o grupo reformista e a oligarquia tradicional, o que ocasionou na intervenção, ainda que tímida, do governo provisório no estado, pretendendo substituir o interventor. “O presidente mineiro, entretanto, resistiu não só às dificuldades de estruturar seu governo, em face das sucessivas lutas entre os grupos oligárquicos, como a tentativa de deposição sofrida em agosto de 1931, com a conivência de membros do Governo Provisório.”<sup>127</sup>

De acordo com Bomeny, Olegário Maciel sofreu tentativa de golpe pela oligarquia tradicional. Isto ocorreu, pois eles desejavam que o chefe de governo do estado fosse ocupado por representante de seus interesses. Assim, em substituição a Olegário Maciel, assumiria Virgílio de Mello Franco. Esse golpe ocorreu quando, em 18 de agosto, a comissão executiva do PRM conclamou seus correligionários para uma convenção, com o propósito de redefinir a linha político-partidária e estabelecer programa de ação para atuar na nova conjuntura. O “grande equívoco” ou “18 de agosto”, como o episódio ficou conhecido, não foi apenas convenção partidária. Ela terminou na tentativa de deposição de Olegário Maciel, chefe do governo estadual.

O então Presidente do estado de Minas resistiu à tentativa do golpe através do apoio da Força Pública, de Gustavo Capanema e Amaro Lanari, que logo contataram Francisco Campos no Rio de Janeiro. Contou também com a ajuda de Antônio Carlos, Wenceslau Brás e outros que eram contra a saída de Maciel.

A carta enviada por Hugo Soittuer a Virgílio de Mello Franco – o qual substituiria Olegário Maciel –, após o episódio “18 de agosto”, elucida o pensamento dos apoiadores da tentativa do golpe. Nela, ele escreveu:

“O desgoverno Olegário Maciel não conta com 15% da população e nem com a solidariedade integral da força pública, por isso que a indisciplina lavra nos quartéis. (...) A revolução foi obra de dois homens: do sr. e do Ministro Oswaldo Aranha e portando ninguém com mais autoridade do que os senhores para dar a palavra decisiva sobre os acontecimentos mineiros.”<sup>128</sup>

---

<sup>127</sup> BOMENY, Helena. Op. cit., p. 142

<sup>128</sup> Carta de Hugo Soittuer a Virgílio de Mello Franco, datada de 21/08/1931, Arquivo Virgílio de Mello Franco, série Correspondências, CPDOC- FGV.

Sheila Baggio apresentou em sua dissertação os tramites ocorrido neste episódio. Em 15 de agosto iniciaram-se os trabalhos da convenção. Virgílio foi de Rio de Janeiro a Minas Gerais para, então, participar. Em 17 de agosto regressou ao Rio de Janeiro visando angariar o apoio de Vargas ao golpe. No dia seguinte ocorreu a tentativa de deposição de Olegário Maciel. O jornal *Estado de Minas* publicou sobre o episódio:

“Segundo ouvimos no Grande Hotel teria ficado assentado com o sr. Virgílio de Mello Franco, que anteontem regressava de auto para o Rio, que o autor de “Outubro,1930” telefonaria, depois de um entendimento com Getúlio Vargas, quanto à permanência do sr. Olegário Maciel no governo de Minas. Caso o Chefe do Governo Provisório resolvesse manter o sr. Olegário Maciel no cargo que vem ocupando, e disso os perremistas teriam conhecimento através do sr. Virgílio de Mello Franco, então se tentaria a sublevação da Força Pública, com o fim de depor o Presidente Olegário.”<sup>129</sup>

Virgílio, posteriormente, em discurso na Câmara, procurou explicar o motivo de sua visita ao Rio na ocasião:

“Temendo um choque de consequências e extensão imprevisíveis, consegui que o ilustre Sr. Arthur Bernardes concordasse com a minha vinda ao Rio de Janeiro, a fim de expor ao então chefe do Governo Provisório, em toda sua gravidade, a situação a que chegáramos em Minas. Infelizmente, porém, já era tarde. Na mesma noite em que parti de Belo Horizonte desencadeou-se a tormenta com a explosão de um movimento que esteve a pique de depor o Presidente Olegário Maciel”<sup>130</sup>

O “18 de agosto” teve o apoio de Osvaldo Aranha, então ministro da Justiça do governo Vargas. Para Bomeny, o apoio de Osvaldo Aranha nesse golpe pode ser interpretado como projeto de Aranha em controlar o estado. Virgílio seria preferido por ser vinculado a ala tenentista. Segundo Bomeny:

“A participação de Osvaldo Aranha na articulação de um golpe contra Olegário Maciel pode ser ligada a seu projeto de controlar esse estado. A perspectiva de abertura do cargo político máximo do estado favoreceria a nomeação de um interventor estreitamente vinculado às mais “legítimas” correntes tenentistas. Desde a vitória do movimento revolucionário, Osvaldo Aranha vinha defendendo a nomeação de Virgílio de Melo Franco para a interventoria, alegando ser ele o político capaz de integrar Minas à revolução. A profunda ligação política de Virgílio com Aranha e a afinidade ideológica que alimentava

<sup>129</sup> Foi sufocada integral e rapidamente a subversão da ordem pública nesta capital. Estado de Minas. Belo Horizonte, 19 de agosto de 1931, p. 1. Apud BAGGIO, Sheila. Op. cit., p. 101.

<sup>130</sup> NABUCO, Carolina. Op. cit, p. 76

com uma ala do tenentismo faziam dele um candidato potencialmente favorável para a inserção de Minas no processo de rearranjo das forças políticas a ser implementado pelo movimento de 1930. Para a facção do Governo Provisório mobilizada por um projeto de centralização política, contava a favor de Virgílio de Melo Franco o fato de ser um político “novo”, suscetível ao novo modelo político e ao descomprometimento com a estrutura oligárquica que prevalecera no aparelho de estado durante décadas.”<sup>131</sup>

Bomeny reconhece a “profunda ligação política” e a “afinidade ideológica” entre Virgílio de Melo Franco e Osvaldo Aranha, salientando que Virgílio compartilhava das ideias revolucionárias, o que o caracterizava como “candidato potencialmente favorável para a inserção de Minas no processo de rearranjo das forças políticas a ser implementado pelo movimento de 1930”. No entanto, é preciso ir além, e avaliar as relações entre Virgílio e Osvaldo Aranha.

Como foi demonstrado no primeiro capítulo, Virgílio de Melo Franco e Osvaldo Aranha possuíam relação afetiva, eram amigos há anos, antes da Revolução de 1930, em que participaram juntos. Por assim ser, é possível interpretar que a razão do apoio de Aranha no golpe de “18 de agosto” é não só de cunho ideológico e político, mas também pessoal.

Após o fracasso do golpe, houve manifestações sobre o possível envolvimento do governo provisório com o movimento. Isto gerou abalo nas relações do governo Vargas com Olegário Maciel. A atitude do Governo Provisório foi a de tentar reconquistar a confiança do presidente de Minas. Era necessário equilibrar as forças entre as oligarquias tradicionais e os reformistas civis e militares deste estado, uma vez que São Paulo já demonstrava descontentamento com o governo federal. Se Minas Gerais se unisse à causa paulista haveria concentração de forças, o que acarretaria no enfraquecimento do governo provisório. Nesse sentido, Vargas propôs o “acordo mineiro”, que consistiu na coligação da Legião Liberal, ou seja, o governo chefiado por Olegário, e o PRM, a numerosa facção do antigo partido que obedecia à orientação de Artur Bernardes.

O acordo foi assinado em 20 de fevereiro de 1932 por Gustavo Capanema, representando o governo estadual; Venceslau Brás, pela Legião Mineira; e Virgílio de Melo Franco, pelo PRM. Ele foi a origem do Partido Social Nacionalista, o qual, em seu programa estabeleceu:

---

<sup>131</sup> BOMENY, Helena. Op. cit., p. 57.

“Os dois partidos, diante da situação excepcional que o Brasil atravessa e na qual todos os verdadeiros patriotas devem consagrar o pensamento e a acção aos destinos do paiz, consideram imperativo de patriotismo a unificação das forças políticas em Minas Geraes, afim de que possa o Estado cumprir integralmente os seus iniludíveis deveres para com a Nação. No empenho de estreitarem, de modo perfeito, os vínculos dessa cooperação resolvem os órgãos diretos dos dois partidos constituir numa comissão mista de seis membros, tirados em igual numero de cada partido, com o encargo de estudar as constituições, os rumos, os programas e as ideologias dos dois partidos, com o fim de compatibiliza-los e apresentar estatutos e programas de uma só agremiação partidária. [...] Obrigam-se, solenemente, os dois Partidos: 1º) a reduzir, ao mínimo indispensável a atividade partidária, concentrando todo o esforço comum na obra de reerguimento e construção do Estado e da República; 2º) a examinar, com a maior lealdade e grande espírito de cooperação, as situações dos municípios, de forma que em todos eles rime a genuína vontade da maioria, concretizada tanto na constituição de seus governos, como na organização de seus directorios políticos, sem quaisquer artifícios impostos por inverso partidarismo e com geral beneplácito e plenas garantias para todos; 3º) a reconhecer e premiar na distribuição de postos de atuação e responsabilidade, os sinceros devotamentos e os serviços desinteressados e leais, à campanha liberal e a revolução, em que pese a serviços ocasionais prestados por elementos sem tais qualificativos no período na luta acesa entre os dois partidos; 4º) a agir no cenário federal, em perfeita união de propósitos e objetivos, inspirados nos altos deveres de Minas Gerais para com a comunhão brasileira e acordes com a tradição histórica que lhe conciliou a justa e inteira confiança do Brasil.”<sup>132</sup>

O PSN constituiu-se, portanto, em partido que uniu as forças antagônicas de Minas Gerais. Agremiaram políticos oligárquicos tradicionais e os reformistas do grupo civil-tenentista, cabendo, portanto, que eles resolvessem, entre eles, as disputas pelo poder estadual. Tal iniciativa representou a estratégia política de Vargas em equilibrar as forças políticas, pois instabilidades nos governo estaduais poderiam acarretar em divergências e insatisfação com a política do governo federal.

Virgílio de Mello Franco, pouco tempo depois da fundação do PSN, em 30 de abril de 1932, foi homenageado com jantar no Grande Hotel de Belo Horizonte. O jornal Minas Gerais publicou que a razão do banquete foi “homenagem aos serviços que o jovem político mineiro prestou ao Brasil, através de sua atuação no movimento revolucionário de 1930”.<sup>133</sup> Carolina Nabuco entende que o jantar foi para “festejar o aparecimento de um partido de coligação em que o homenageado – saudado pelo orador

<sup>132</sup> Carta a Virgílio de Mello Franco, fevereiro de 1932. Arquivo Virgílio de Mello Franco, série Correspondências, FGV-CPDOC.

<sup>133</sup> BANQUETE ao dr. Virgílio de Mello Franco. Minas Gerais. Belo Horizonte, 1 de maio de 1932, p. 9-10. Apud BAGGIO, Sheila, Op. cit., p. 110.

oficial, Carlos Pinheiro Chagas, como articulador do Partido Social Nacionalista – trabalhou com afinco”<sup>134</sup>

As razões da homenagem podem ter sido pela atuação de Virgílio na Revolução de 1930, pela contribuição na fundação do PSN ou, até mesmo, pelos dois motivos. É importante compreender que Virgílio possuía prestígio em Minas Gerais devido suas atuações políticas. Osvaldo Aranha não compareceu ao jantar. No entanto, enviou telegrama a Virgílio que dizia:

“A nenhuma festa da Revolução desejaria comparecer mais do que a que te tributam os teus nobres e valorosos patrícios – e desejava para levar o meu testemunho do quanto que fizeste para sua vitória e estas fazendo para sua consolidação – teus títulos podem os homens querer desconhecer, mas a história terá que registrar – afetuoso abraço – Osvaldo Aranha.”<sup>135</sup>

Dias depois do jantar em homenagem ao Virgílio, o PSN teve seu fim. Isto ocorreu devido grande divergência de opiniões entre os reformistas e a oligarquia tradicional. O desfecho ocorreu em início de maio de 1932, quando Venceslau Brás renunciou à direção do PSN, enquanto Virgílio de Mello Franco desligou-se de seus quadros. Após a saída de Virgílio do PSN, Olegário Maciel, presidente do estado de Minas, enviou telegrama a ele pedindo sua permanência no partido:

“Acabo de ser cientificado de sua renuncia do cargo de membro da Comissão Executiva do Partido Social Nacionalista. Manifestando-lhe o meu pesar por essa sua resolução, faço ao patriótico e seu amor à terra mineira o meu apelo para que continue naquele posto onde ainda são necessários os seus serviços e onde estou certo a sua presença e reclamada por todos os demais dignos membros da comissão executiva. O Partido para cuja organização tanto concorreu o presado amigo não pode prescindir de sua colaboração na hora que empregamos os nossos maiores e mais sinceros esforços para a definitiva pacificação na política de nosso caro Estado de Minas.”<sup>136</sup>

Virgílio era figura importante do PSN, contribuiu em sua fundação e tinha diálogos com políticos oligárquicos e reformistas, sendo representante destes últimos. Já Venceslau Brás, era representante do grupo oligárquico tradicional. A permanência desses dois políticos implicava na continuidade do equilíbrio das forças divergentes em

<sup>134</sup> NABUCO, Carolina. Op. cit., p. 78.

<sup>135</sup> Telegrama de Osvaldo Aranha a Virgílio de Mello Franco, 1 de maio de 1932. Arquivo Virgílio de Mello Franco, série Correspondências, FGV-CPDOC.

<sup>136</sup> Radiograma de Olegário Maciel para Virgílio, 4 de maio de 1932. Arquivo Virgílio de Mello Franco, série Correspondências, FGV-CPDOC.

Minas Gerais. Olegário Maciel também enviou telegrama a Venceslau Brás pedindo sua permanência no partido. Ele aceitou. Virgílio, no entanto, não desistiu de sua decisão de sair do PSN, como é visto em radiograma enviado por Olegário Maciel a Virgílio de Mello Franco:

“Levo ao conhecimento do prezado amigo que nesta data dirigi a todos os membros da comissão executiva do PSN o seguinte despacho: Attendendo tão somente a motivos de ordem pessoal o sr. Dr. Virgílio de Mello Franco não pouse aceder as nossas instancias no sentido de continuar ele como membro eminente que era da comissão executiva do PSN o que com pezar levo ao seu conhecimento. No entanto e com o mais sincero prazer que lhe participo que o sr. Dr. Wescslau Braz cujo motivo de afastamento em vez de haver sido em consequência de ordem pessoal o foi consequente ao seu estado de saúde, resolveu embora com sacrifício e atendendo ao nosso appello continuar no cargo de presidente da comissão executiva do PSN. Assim não prevalecendo mais os motivos que determinaram a convocação que foi feita para 29 deste nesta capital julgo a mesma desnecessária, pelo que muito me confesso agradecido pela sua atenciosa resposta.”<sup>137</sup>

A atitude desses líderes decorreu de suas posições divergentes diante da participação do PSN na formação do bloco pró-Constituinte, ao lado da Frente Única Paulista e da Frente Única Gaúcha<sup>138</sup> no movimento revolucionário de 1932. Enquanto Virgílio era contrário à formação dessa coligação, Venceslau Brás defendeu a formalização dos entendimentos com os paulistas. Esse episódio marcou a dissolução do partido. Sobre a saída de Virgílio do PSN, o jornal *O Estado de Minas* publicou:

“Assegura-se que o principal (motivo) foi a atitude da comissão mista diretora da política mineira inclinando-se a apoiar a ‘frente única’ do Rio Grande, sem perder de vista o objetivo de aproximação da política dos Pampas e do Governo Provisório. Não concordando com a atitude da política mineira, o sr. Virgílio de Mello Franco, que talvez desejasse que esta tomasse uma posição mais próxima e tivesse um contato mais íntimo com o Governo Provisório, deliberou renunciar ao seu posto na Comissão Executiva do PSN”<sup>139</sup>

---

<sup>137</sup> Radiograma de Olegário Maciel para Virgílio, Arquivo Virgílio de Mello Franco, série Correspondências, FGV-CPDOC.

<sup>138</sup> A Frente Única Gaúcha desistiu do apoio ao movimento constituinte de 1932 após a posse, como interventor, de Flores da Cunha. Para mais, ver: Castro, Maria Helena de Magalhães. *O Rio Grande do Sul no pós-30: De protagonista a coadjuvante*. In: GOMES, Ângela de Castro (org). *Regionalismo e Centralização Política: Partidos e Constituinte nos Anos 30*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980.

<sup>139</sup> Os motivos da renúncia de Virgílio de Mello Franco. *Estado de Minas*. Belo Horizonte, 7 de maio de 1932, p. 1. Apud BAGGIO, Sheila. Op. cit., p. 115.

Em 1937, Virgílio se pronunciou sobre a fundação e também a causa de sua saída do PSN:

“Depois disso voltei a Belo Horizonte com credenciais do Governo Federal e do Partido Republicano Mineiro para negociar um acordo com o Governo do Estado e com a Legião Liberal. Depois de me entender com o Presidente Olegário Maciel e com o Sr. Wenceslau Brás, passei a negociar com o Sr. Capanema, então Secretário do Interior de Minas Gerais.

Ao cabo de longas e penosas démarches chegamos a acordo completo em virtude do qual fundiram-se, num só partido, a Legião Liberal e o Partido Republicano Mineiro. Da comissão diretora desse partido, que recebeu o nome de Social Nacionalista, fizemos parte dentre outros os Srs. Wenceslau Brás, Arthur Bernardes, Antônio Carlos, Ribeiro Junqueira, Mário Brant e eu.

Depois do acordo mineiro, pretendeu ainda, o sr. Getúlio Vargas, com o concurso da Frente-Única Rio-Grandense, promover a pacificação da política federal, por intermédio de um Ministério de Concentração Nacional. Convocou Sua Excelência, com esse objetivo, para uma reunião no Palácio Guanabara, os srs. Arthur Bernardes, Wenceslau Brás, Antônio Carlos e eu. Ao mesmo passo que tratava conosco, políticos mineiros, o chefe do Governo Provisório negociava também, no mesmo sentido, com as Frentes Únicas Paulista e Rio-Grandense, representadas pelo sr. João Neves.

Infelizmente, porém, não nos foi possível chegar a um acordo, e eu que era partidário da fórmula pacificadora renunciei ao meu posto na comissão executiva do Partido Social Nacionalista.”<sup>140</sup>

Virgílio possuiu participação importante na política mineira dos anos 1930 e, incluindo a fundação do PSN. No entanto deve considerar que este discurso é a memória de Virgílio sobre sua participação política. Ele recorda sobre os fatos de acordo com seu desejo de ser lembrado, de uma maneira determinada, no PSN.

Virgílio se apresenta como pacificador, contrário aos revoltosos de 1932, sendo, portanto esta a razão de sua renúncia do partido. Esta notícia corrobora com a afirmação que Virgílio desligou-se do partido devido às divergências ocorridas sobre o apoio aos revoltos de 1932. Virgílio foi opositor a tal proposta. Os integrantes do movimento revolucionários político de 1932 enviaram manifesto aos mineiros pedindo apoio para o movimento:

“Ao venerando presidente do Estado de Minas Geraes. Aos dirigentes de seus partidos políticos e a todo o brioso povo mineiro. (...) Foi em nome e a sombra de postulados inscriptos no programma da Alliança Liberal, que Minas Geraes, chamou as armas seus filhos; foi em nome desses princípios que em suas fronteiras se dispararam os primeiros tiros e se derramou o primeiro sangue de

<sup>140</sup> NABUCO, Carolina. Op.cit., p. 79-80.



brasileiros. (...) Entretanto são decorridos quasi dois longos anos e as promessas da Revolução ainda não foram cumpridas; e o Brasil inteiro descrê na capacidade da ditadura para as cumprir. A victoria é infalível e inevitável; porque com essas forças o que está em marcha é a consciência nacional, é a alma inteira do Brasil, que não quer morrer como nação culta e está de pé e unida para reger seu futuro glorioso.”<sup>141</sup>

Em resposta, Olegário Maciel, presidente do estado de Minas, publicou o decreto:

“A esse governo, por ser concretização da ordem revolucionária, Minas deu até agora, invariavelmente, o seu apoio. Minas não lhe faltará na hora perigosa, em que ele reclama sua fidelidade. Queira Deus, e – e aqui vai o mais ardente apelo do povo mineiro aos seus irmãos rebeldes – Queira Deus que as armas sejam ensarilhadas antes que o sangue dos brasileiros encha de novas e maiores amarguras a nossa Pátria, já tão cheia de inquietações. Se, porém, não for possível que a serenidade volte logo aos corações e a ordem aos espíritos, e si esta não é ainda a hora da paz, que os mineiros cumpram o seu dever.”<sup>142</sup>

É percebido no discurso de Olegário Maciel o apoio de seu governo à causa federal. Maciel participou na Revolução de 1930, sendo aliado de Getúlio Vargas. Foi o único presidente de estado que continuou no cargo após a posse de Vargas na chefia do Governo Provisório.<sup>143</sup> Por assim ser, e também devido à política getulista de aliança com Olegário Maciel, ele não se posicionou contrário ao governo federal.

A Frente Paulista do Rio Grande do Sul, por fim, não participou do movimento constitucionalista de 1932, devido à mudança da interventoria. Flores da Cunha ocupou este cargo. Ele se aliou ao governo federal e posicionou-se contra a revolta. Os revoltosos paulistas se enfraqueceram e perderam a batalha para o governo federal. Vargas, em maio de 1932, dois meses antes de eclodir a guerra civil em São Paulo, havia anunciado a instalação da Assembleia Nacional constituinte para maio do ano seguinte. Mesmo assim, em 9 de julho de 1932, São Paulo se levantou contra o governo.

A vitória militar sobre o movimento armado e as subseqüentes punições, como as demissões e exílios, eliminaram as lideranças oligárquicas. Assim foi o caso de Arthur Bernardes, que, como já foi salientado, tornou-se símbolo da dominação oligarquia da Primeira República. Ele apoiou os paulistas na Guerra Civil de 1932.

<sup>141</sup> “Manifesto aos Mineiros”. Arquivo Virgílio de Mello Franco, série Correspondências, FGV-CPDOC.

<sup>142</sup> Manifesto do Presidente de Minas Gerais, 15 de julho. Arquivo Virgílio de Mello Franco, série Correspondências, FGV-CPDOC.

<sup>143</sup> Nos outros estados os presidentes de estados foram substituídos por interventores, que estavam ligados ou apoiavam os revolucionários de 1930.

Bernardes nunca ocultara sua defesa pela constituição. Dissidente das forças dominantes de Minas Gerais resolveu, então, apoiar o movimento de 1932. Após eclodir a revolta, tentou insurgir a Força Pública de Minas Gerais, a exemplo do que fazia Borges de Medeiros no Rio Grande do Sul. Tratou-se, pois, de tentativa de recuperação de seu poder. Apoiar a guerra civil de 1932 foi maneira de retomar a situação política do anterior a 1930, em que ele compunha a força dominante nos jogos de disputa pelo poder.

Virgílio de Mello Franco era muito próximo a Bernardes e foi defensor de seu governo nos anos 1920. No entanto, após o apoio de Bernardes aos paulistas, Virgílio rompeu politicamente com ele, como foi visto na notícia:

“Causaram grande sensação, nesta cidade, as declarações formais peremptórias do sr. Virgílio de Mello Franco de que não dá nenhum apoio ao PRM, nem tem entendimentos com os seus antigos correlegionários, nem qualquer ligação com eles, se não as de amizade pessoal.

Impressionou principalmente a declaração de que ele não o exclui o sr. Arthur Bernardes daqueles, que, a seu ver, devem ser punidos, pelo fato de terem participado do movimento paulista. À vista dessas declarações, feitas em entrevista ao “Diário da Tarde”, os perremistas que estavam tratando da organização do Partido mostram-se contrafeitos, porque faziam constar que contavam, para isso, com as simpatias do sr. Virgílio, que ele desmente.”<sup>144</sup>

Virgílio negou, nesta notícia, ter relações com o PRM e defendeu a punição dos participantes do movimento paulista, inclusive Arthur Bernardes. É importante contextualizar esse período para compreender a ação do Virgílio. Ele, que durante a Primeira República esteve vinculado ao PRM, compondo até mesmo sua diretoria em 1931, se afastou do partido quando este decidiu ir contra o governo federal.

Sua atitude foi devido ao fato de o partido compor-se por setores oligárquicos tradicionais, defensores do federalismo e da volta do governo existente antes da Revolução de 1930. Por possuir tais posições políticas, uma ala do PSN, que era oriunda do PRM, apoiou os paulistas na Guerra Civil de 1932, foi contrário ao Governo Provisório de Vargas. Virgílio, nesse período, apoiava Getúlio e seu governo, compartilhava das ideias reformistas. Por assim ser, não apoiou os revoltosos de 1932.

A vitória do governo federal sobre o movimento constitucionalista de 1932 representou em Minas Gerais, com a saída dos principais nomes vinculados às

---

<sup>144</sup> TRINDADE CRUZ. O sr. Virgílio de Mello Franco não dá nenhum apoio ao P R M. A voz da Revolução, *O Radical*, ano 1, nº 148, 2 de novembro de 1932.

oligarquias tradicionais, a reaglutinação das forças em torno do governo estadual. Bomeny<sup>145</sup> afirma que isto facilitou a estabilidade da política mineira com o governo provisório em 1932. Em 1933, novo partido foi fundado, o Partido Progressista, que foi aliado aos ideais políticos de Vargas.

### **Getúlio Vargas, o Partido Progressista Mineiro e o caso da interventoria mineira**

Ao finalizar o “acordo mineiro”, que aglutinou as forças políticas do estado, a estratégia do governo federal, em Minas Gerais, foi o de incentivar a fundação de novo partido, visando o apoio do governo estadual ao Governo Provisório. Este partido foi o Partido Progressista de Minas Gerais, fundado em 18 de janeiro de 1933.

O programa do PP seguiu os ideários da Legião Liberal Mineira, juntamente, com propostas do PRM. Consistiu em defender: criação de justiça eleitoral; independência do Poder Judiciário; liberdade de imprensa; expansão do crédito agrícola; colonização das terras devolutas; liberdade sindical; o barateamento dos custos da produção de café; a preservação das cidades históricas de Minas Gerais e também a criação de organismos culturais que incentivassem o aproveitamento de temas nacionais na música, na literatura e nas artes plásticas.<sup>146</sup>

Em um primeiro momento, o Partido Progressista foi comparado a Legião Liberal devido ao incentivo e intervenção do governo federal em sua formação, como é visto em carta de Virgílio de Mello Franco a Getúlio Vargas:

“De acordo com as instruções que do Sr. recebi, conversei longamente com o presidente Olegário Maciel e com o Capanema sobre a organização do futuro partido nacional. (...) Quanto ao primeiro, recebeu até com entusiasmo a ideia. Acontece, porém, que o Antônio Carlos, de parceria com o Washington, está preparando um par de botas que dará, a meu ver, numa segunda Legião. É pensamento do Antônio Carlos organizar em primeiro lugar o partido mineiro, de cuja comissão executiva seremos excluídos todos os moços, com exceção do Capanema que, de resto, está também sendo hostilizado fortemente pelo Andrada. Ao presidente Olegário Maciel mandou o Antônio Carlos, Wenceslau Brás, Ribeiro Junqueira, Washington Pires e Gustavo Capanema. Assim sendo o partido mineiro organizar-se-á com a fina flor dos “carcomidos”<sup>147</sup>

Ao contrário do que receou Virgílio, o Partido Progressista, se em um primeiro momento foi comparado a Legião Liberal, logo se mostrou diferente. A Legião reuniu

<sup>145</sup> BOMENY, Helena. Op. cit.

<sup>146</sup> Arquivo Virgílio de Mello Franco, série Correspondências, VMF c 32.02.00, FGV- CPDOC.

<sup>147</sup> Arquivo Getúlio Vargas, GV 32 10 27/3, CPDOC-FGV. Apud BOMENY, Helena. Op. cit., p. 178

nomes relacionados também à oposição do governo federal, o que no PP não ocorreu. Os políticos opositores ao governo provisório se aglutinaram em torno do Partido Republicano Mineiro que, a partir da Guerra Civil de 1932, se tornou símbolo da oposição.

Virgílio de Mello Franco teve papel importante no PP. Ele possuiu, segundo Bomeny, “ligação com uma ala tenentista, o que vale dizer, sua afinidade com a definição de um projeto político mais centralizador, e seu ponto de referência política substantivo: o estado de Minas Gerais, francamente adepto de um modelo descentralizado.”<sup>148</sup>

O Partido Progressista foi criado visando às eleições para Assembleia Constituinte, e os resultados foram como o desejado. Na votação de 3 de maio de 1933, o número de eleitores foram 311 374, o número de votantes 265 147 e o número final de votos apurados 245 344. Os candidatos eram 142. O número de deputados eleitos foram 37, sendo destes, 31 do Partido Progressista, e seis do Partido Republicano Mineiro.<sup>149</sup>

A bancada mineira na Assembleia Constituinte foi ocupada, portanto, pela maioria do Partido Progressista. Após esta vitória, houve debate sobre a indicação de Antônio Carlos para presidência da Assembleia Constituinte.

Dentro do Partido Progressista havia ala contrária à eleição de Antônio Carlos. Faziam parte dela Pedro Aleixo, Virgílio de Mello Franco e Bias Fortes. Em carta de Antunes Maciel a Vargas, lemos:

“Virgílio e Capanema estiveram comigo anteontem, por muito tempo. O primeiro resiste à candidatura Antônio Carlos. Debalde procurei convence-lo. Já se comunicou a respeito com João Alberto, que lhe é solidário e percebo que está procurando adesões, entre os deputados eleitos que já aqui se encontram. Vai incomodar pela certa. O melhor por enquanto é deixar esfriar o assunto.”<sup>150</sup>

Helena Bomeny afirma que, contrariando a indicação de Antônio Carlos para presidente da Assembleia, devido a sua “ligação explícita entre o presidente Olegário Maciel e o Partido Progressista e pela própria composição desse partido”,<sup>151</sup> foi pensado na indicação de Virgílio de Mello Franco, debate este que ocupou os debates no período

<sup>148</sup> BOMENY, Helena. Op. cit., p. 175.

<sup>149</sup> Fonte: Secretaria do Tribunal Superior de Justiça Eleitoral, in Anais da Assembleia Nacional Constituinte, 1933-34, vol. 12 (Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1934-37), p. 292. Apud BOMENY, Helena, Op.cit., p. 171.

<sup>150</sup> Arquivo Antunes Maciel , 33 08 25/1 apud BOMENY, Helena. Op. cit., p. 183

<sup>151</sup> BOMENY, Helena. Op. cit., p. 177.

de agosto a setembro de 1933.<sup>152</sup> Em carta de Afonso Arinos para Osvaldo Aranha, ele escreveu sobre este assunto:

“Seria uma derrota histórica, uma tremenda guinada do leme se a escolha recair sobre o Andrada. Seria, sobretudo, a orientação dos trabalhos no sentido das ideias que ele exprime imperativamente, a rala água com açúcar do liberalismo flor de laranja. A revolução, como uma Assembleia reacionária, iria no caminho do Thermidor, nas acomodações com o passado que infelicitou o Brasil e que ameaça ressurgir. O Brasil precisa de um Estado forte. E esse só os moços, que o sentem necessário, poderão criar...”<sup>153</sup>

Nos debates sobre a posse de Antônio Carlos para presidente da Assembleia Constituinte, algo aconteceu que modificou os tramites. Olegário Maciel, presidente do estado, morreu em 5 de setembro de 1933, acarretando instabilidade no estado de Minas. Este contexto foi marcado por disputas entre as forças políticas – reformistas e grupos oligárquicos tradicionais – em torno dos nomes indicados para a presidência da Assembleia e também da interventoria, como é possível ver na carta de Cristiano Machado para Antunes Maciel:

“A verdade é porém, que este acontecimento<sup>154</sup> [...] deixa aos responsáveis pela direção do país, nas pontas de um dilema evidente, a oportunidade de uma larga e necessária conciliação de espírito, ou a lamentável continuação de um estado de coisas que urgia ser corrigido. [...]

Mas a simples nomeação do Interventor poderá desanuviar os horizontes, abrindo largas perspectivas do país, como poderá igualmente perturbar uma e outra, abrindo mais funda ainda a divisão de um grande Estado da federação que se irmanou com o Rio Grande na luta de 1930 para marcar a linha de diferenciação de duas épocas na história político-social do Brasil.

Regredir aos processos, ao ambiente e ao ar impuro de outros tempos, seria um crime e um impossível. Mas equivalerá como uma tentativa criminosa a isso o significado da nomeação de quem possa, valendo-se da projeção de um cargo tão espinhoso, fazer reviver, pela expressão que signifique e pelas influencias a que se deixe seduzir, uma época contra cujos processos se levantou a Nação em armas.”<sup>155</sup>

<sup>152</sup> No entanto, não foi encontrado no Arquivo Pessoal de Virgílio de Mello Franco nenhum indício do interesse dele em ocupar o cargo de presidente da Assembleia Constituinte. Apenas é verificada a oposição de Virgílio ao nome de Antônio Carlos. Em carta de Virgílio a Vargas, ele indica o nome do General Barcelos para o cargo. (Carta de Virgílio de Mello Franco a Getúlio Vargas, Arquivo Getúlio Vargas, série Correspondências, 1933.11.10, CPDOC-FGV).

<sup>153</sup> Carta a Osvaldo Aranha, arquivo g.B. 33.08.12/2 apud Idem.

<sup>154</sup> Este acontecimento que ele se refere é a morte de Olegário Maciel e, conseqüentemente, a disputa em torno do nome para a interventoria mineira.

<sup>155</sup> Carta de Cristiano Machado para Antunes Maciel, VMF c 33.09.05-A, Arquivo Virgílio de Mello Franco, série Correspondências, CPDOC-FGV.

Cristiano Machado relatou, na carta acima citada, a importância do interventor no caso mineiro. Este seria o continuador dos interesses revolucionários de 1930, ao afirmar que “poderá desanuviar os horizontes, abrindo largas perspectivas do país” ou poderia propiciar o retorno à política oligárquica, relatado em “valendo-se da projeção de um cargo tão espinhoso, fazer reviver, pela expressão que signifique e pelas influencias a que se deixe seduzir, uma época contra cujos processos se levantou a Nação em armas.”

As disputas em torno do nome escolhido para interventor não representou, unicamente, o interesse das forças políticas mineiras, em ter na figura do interventor, seus ideais defendidos. As disputas, e conseqüentemente a escolha pelo candidato a esse cargo, estiveram relacionadas, principalmente, ao jogo político de Vargas, que consistiu em ter na figura do interventor, segundo Maria Helena Castro,

“um caráter suprapartidário, devendo situar-se necessariamente, acima das forças estaduais. O interventor era oficialmente um mediador: representante do Governo Provisório no estado e porta-voz dos interesses estaduais junto ao poder central. Sua legitimidade e força condicionavam-se à sua capacidade de representar e intermediar os interesses estaduais e os federais, sem que se reduzisse a um ou outro.”<sup>156</sup>

O interventor era, portanto, representante dos interesses estaduais, e, principalmente, aliado ao governo federal. Por assim ser, a escolha do interventor por Getúlio Vargas garantiria o equilíbrio das forças estaduais e federais.

Interessava a Vargas escolher candidato representante das posições reformistas e, ao mesmo tempo, que mantivesse afinidades com setores oligárquicos. Seguindo estes critérios, dois nomes foram prediletos a interventoria: Virgílio de Mello Franco e Gustavo Capanema.

Virgílio, junto a sua família, participou da política oligárquica. Compuseram a elite política do estado. Estiveram vinculados ao Partido Republicano Mineiro durante a Primeira República. Virgílio de Mello Franco era, pois respeitado pelas forças oligárquicas tradicionais. Já no período da Aliança Liberal e Revolução de 1930, Virgílio de Mello Franco se destacou como revoltoso, sendo conhecido como “tenente-civil”.

---

<sup>156</sup> CASTRO, Maria Helena de Magalhães. Op.cit., p. 52.

Durante os primeiros anos do governo provisório, Virgílio contribuiu com o governo de Vargas. Participou da fundação de partidos que eram favoráveis ao governo federal. Virgílio de Mello Franco oscilava, portanto, como descreveu Bomeny, entre duas forças antagônicas: “sua estreita ligação com uma ala tenentista, o que vale dizer, sua afinidade com a definição de um projeto político mais centralizador, e seu ponto de referência política substantivo: o estado de Minas Gerais, francamente adepto de um modelo descentralizado.”<sup>157</sup>

Se Virgílio de Mello Franco era, mesmo que ligado ao grupo oligárquico tradicional, representante dos reformistas, Gustavo Capanema foi o inverso. Ele era ligado às forças reformistas, mas consistia em representante das forças oligárquicas tradicionais.

Capanema foi de 1926 a 1930, Secretário do Interior do governo mineiro de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada. Ingressou ao mesmo tempo na vida política, elegendo-se, em 1927, vereador de Pitangui. Participou da Aliança Liberal, foi chefe de gabinete de Olegário Maciel, desde sua posse no cargo, em setembro de 1930. Participou da Revolução de 1930 nesta posição, e foi, logo depois, nomeado para Secretário do Interior de Minas Gerais. Após a morte de Olegário Maciel, presidente de Minas na data do ocorrido, Capanema foi designado Interventor do estado, enquanto Vargas não indicou outro nome.<sup>158</sup>

Como é percebido, Virgílio e Capanema possuíram trajetórias políticas semelhantes. Foram políticos tradicionais da Primeira República, compuseram a Aliança Liberal e foram aliados ao governo federal após a Revolução de 1930. No entanto, dentro do Partido Progressista de Minas Gerais, Virgílio era tido como representante legítimo dos interesses reformistas, enquanto Capanema dos oligárquicos tradicionais. Isto gerou grandes divergências entre os poderes dominantes no estado. O interventor era o representante dos interesses políticos, por isso houve grandes disputas em torno da indicação do nome. Sobre o interesse dos reformistas em aclamar Virgílio como interventor, vê-se na carta de Cristiano Machado para Antunes Maciel:

“Dentro do próprio partido oficial, de que foi organizador de acordo com o dr. Getúlio, aí tem o Governo Provisório um expoente da situação, insuspeito aos olhos e para a inteligência de todos os rio-grandenses, por se ter confundido na

---

<sup>157</sup> BOMENY, Helena. Op. cit. p. 175

<sup>158</sup> Para mais, ver: SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. Op.cit.

época pré-revolucionária e nos ardores da própria luta armada com a mais sincera e profunda expressão gaúcha. E esse elemento, não podendo ser suspeito ao governo nacional, é indubitavelmente uma expressão forte da nova geração mineira, em quem todo o Estado, e com ele os mais dignos representantes de seu passado, reconhece autoridade moral e intelectual para o exercício das delicadas funções da Interventoria. A designação do Virgílio para esse alto posto viria acalmar o espírito mineiro, do qual até hoje não pode a situação criada pela vitória de 1930 experimentar o vibrante anseio de colaboração e a sincera disposição de harmonia e projeção.”<sup>159</sup>

É possível compreender, a partir dos dizeres de Cristiano Machado, que ele considerava Virgílio digno do cargo de interventor. Isto devido a sua contribuição na fundação do Partido Progressista, o qual fora criado para ser partido defensor do governo Vargas; por ter participado, junto aos gaúchos, do movimento de 1930, lutando pela sua vitória. Virgílio era considerado legítima expressão do movimento revolucionário de 1930, bem como de seus ideais. Corroborando pela defesa da indicação de Virgílio de Mello Franco, Hélio de Rezende Faria escreveu a Virgílio:

“Falecendo o Presidente Olegário Maciel, vai entrar também o nosso Estado no regime de interventorias. Como legítimo expoente que é dos revolucionários brasileiros de 1930, cabe ao ilustre amigo, logicamente, a interventoria em Minas. [...] Peço desculpas pela minha intromissão neste caso. Faço-o, porém, como revolucionário autêntico que sou, tendo lutado pela causa revolucionária na imprensa, nos comícios populares, no pleito eleitoral e na campanha militar, de arma na mão.”

Hélio de Resende Faria se apresentou como tenentista e se considerou apto a posicionar-se sobre a interventoria mineira. Ele afirmou que Virgílio, por ser personagem importante da Aliança Liberal e representante legítimo do movimento tenentista, deveria ser indicado para o cargo. Octacílio Negrão de Lima, líder militar tenentista também, relatou sobre o apoio das tropas mineiras a Virgílio:

“Tenho sondado o ambiente da Força Pública. Verifico que ela receberá qualquer interventor com o respeito e o acatamento devido. Muitos oficiais superiores, porém, já me declararam que o seu nome, será recebido, não só com respeito e acatamento, mas com vivo entusiasmo. Não cito nomes, afim de não me tornar muito longo. Mas posso afiançar certa esta afirmação uma verdade. [...] Em resumo: Nossa situação, dentro do Estado, ganha dia a dia mais terreno. A Força Pública recebe com simpatia o seu nome. E a mocidade mineira verá,

---

<sup>159</sup> Carta de Cristiano Machado para Antunes Maciel, VMF c 33.09.05-A, Arquivo Virgílio de Mello Franco, série Correspondências, CPDOC-FGV.



na sua pessoa como Interventor, o prêmio dos sacrifícios feitos em 930 e 932.”<sup>160</sup>

Essa carta elucida o apoio da Força Pública do estado de Minas Gerais e também de personagens importantes da elite política mineira, como é Octacílio Negrão de Lima, a Virgílio ser o interventor mineiro. A Força Pública era responsável por manter a ordem pública e defender a integridade do estado. Eles seriam aliados de quem Vargas indicasse ao cargo, mas saber que o nome de Virgílio foi recebido por eles “não só com respeito e acatamento, mas com vivo entusiasmo” indica a representatividade que Virgílio possuía como tenentista.

Outra figura que teve destaque nos debates, como possível candidato ao cargo da interventoria mineira, foi Afrânio de Mello Franco, pai de Virgílio. Este, ao contrário do filho e de Gustavo Capanema, foi político tradicional, apoiou o governo provisório, mas seu prestígio era devido sua atuação na Primeira República. Em carta de Jarbas de Lery Santos a Virgílio, ele apresentou sua opinião sobre a disputa mineira:

“Estamos ansiosos pelo caso da interventoria, sendo opinião dos homens sensatos que o governo do Estado só poderá ser entregue a V. ou ao Dr. Afrânio. É esse o sentir da grande maioria dos bons mineiros, dos que querem ver Minas sair do abismo a que foi atirada. Só não pensa assim o pequeno grupo que V. bem conhece.”<sup>161</sup>

Nessa carta, Jarbas Santos declarou sobre o apoio que ele deu a Virgílio e, se assim não fosse, que o cargo deveria ser ocupado pelo seu pai. Na carta ainda é visto que “pequeno grupo” é contra a candidatura de Virgílio, sugerindo que estes não desejavam que Minas saísse “do abismo a que foi atirada.” Ele se referiu ao grupo oligárquico tradicional ao mencionar “grupo pequeno”, contrários a candidatura de Virgílio e defensor de Capanema. No entanto, os oligárquicos não se tratavam de grupo pequeno, mas sim de grupo grande, com expressivo poder no estado.

Além das forças antagônicas – reformistas civis e militares tenentistas e oligarquias tradicionais – representadas pelo apoio, respectivamente, a Virgílio de Mello Franco e Gustavo Capanema à interventoria mineira, houve divergências quanto o apoio

---

<sup>160</sup> Carta de Octacílio Negrão de Lima a Virgílio de Mello Franco, 05 de setembro de 1933, Arquivo Virgílio de Mello Franco, série Correspondências, CPDOC-FGV. Sobre a Força Pública de Minas Gerais ver: VISCARDI, Claudia M. Ribeiro, “A Força Pública em Minas Gerais na Primeira República”. *Locus, revista de História*. Juiz de Fora, n. 1, vol. 1, 1995.

<sup>161</sup> Carta de Jarbas de Lery Santos a Virgílio de Mello Franco, 26 de setembro de 1933, Arquivo Virgílio de Mello Franco, série Correspondências, CPDOC-FGV.

de Osvaldo Aranha e Flores da Cunha a estes candidatos. Isto evidencia a importância deste cargo não apenas em nível estadual, como também nacional.

Osvaldo Aranha era aliado e amigo de Getúlio Vargas. Foi ministro da Justiça entre os anos 1930 e 1931, e quando ocorreu o caso da interventoria mineira, era ministro das Finanças. Ele era, portanto, figura importante no governo Vargas.

Flores da Cunha também possuía importância no governo provisório. Foi nesse período, interventor do Rio Grande do Sul, estado que possuía grande importância devido sua força militar e participação na bancada da Assembleia Constituinte. Flores da Cunha era peça fundamental na estabilidade do governo provisório. Vargas, portanto, além de lidar com as forças políticas mineiras, necessitou lidar com duas figuras necessárias para o equilíbrio de seu governo – Aranha e Flores da Cunha. Flores da Cunha era defensor da candidatura de Gustavo Capanema. Em carta para Getúlio ele escreveu:

“Cumpre-me agora falar-te – e é o objetivo desta – com a franqueza e lealdade de sempre, sobre a situação de Minas Gerais. [...] O Dr. Capanema é o de matiz mais semelhante ao Rio Grande. E, com o Rio Grande como está e Minas solidária, terás a garantida a paz para o resto do teu governo provisório e para a tua presidência constitucional.

Agir de outro modo seria um erro imperdoável, como governante e como político; outra solução obrigar-me-ia a deixar também o meu cargo.”<sup>162</sup>

O argumento de Flores da Cunha para defender candidatura de Capanema para interventoria mineira é por ele se assemelhar ao matiz do Rio Grande do Sul. Afirma ainda que se escolher por ele terá a paz garantida por Minas e Rio Grande. No entanto, se escolhesse outro candidato, Flores da Cunha deixaria seu cargo, o que poderia acarretar na instabilidade de seu governo provisório. A reação de Vargas quanto à carta de Flores da Cunha foi de “franco repúdio. Não lhe respondeu pessoalmente e fez com que o interventor gaúcho tomasse conhecimento de seu desagrado através de um amigo comum (João Vieira de Macedo).”<sup>163</sup>

Osvaldo Aranha também escreveu para Getúlio. Sugeriu a indicação de Virgílio de Mello Franco:

“Nesse quadro figuram valores da Revolução [...] Dois, entretanto, destacam-se – excluindo o velho Afrânio – um pela sua ação preponderante no desenlace da

<sup>162</sup> Carta de Flores da Cunha a Getúlio Vargas, 4 de outubro de 1933, Arquivo Getúlio Vargas, série Correspondências, CPDOC-FGV.

<sup>163</sup> CASTRO, Maria Helena de Magalhães. Op. cit., p. 89

nossa vitória e na cooperação do seu governo e outro na leal cooperação governativa, que são Virgílio e o Capanema. [...] A minha opinião – que tenho razões para acreditar – é pelo Virgílio. Confesso-te que não delibera a amizade nesta preferência. [...] O Virgílio é um companheiro sem jaça, do mais puro caracter, [...] e de uma lealdade contigo e com o teu governo sem contrastes.”<sup>164</sup>

A decisão do chefe do governo entre Virgílio e Gustavo Capanema transitou nas divergências entre as forças políticas mineiras, e conseqüentemente, no interesse de Getúlio em equilibra-las, e também no apoio dado por Flores da Cunha e Osvaldo Aranha a dois políticos diferentes para o cargo. Um rompimento com a facção preterida causaria instabilidade em seu ministério e na Constituinte.

As disputas pelo cargo da interventoria mineira ocorreram no mesmo período que as divergências sobre a posse de Antônio Carlos para presidente da Assembleia Constituinte. Sobre esse contexto, carta de Virgílio de Mello Franco a Gustavo Capanema elucida o jogo político deste contexto:

“Dizem-me que, ainda ultimamente, conversando com um amigo comum teu e meu, você se teria mostrado receoso de que o caso mineiro pudesse ter como consequência um estremecimento entre nós. Ora, quanto a mim, este receio não me assalta. E não me assalta porque, colocada a questão entre nós dois, eu a considero nos seus legítimos termos.

Qualquer das soluções me convém. **Há ainda uma terceira solução que também seria de meu agrado: a nomeação de alguém que fosse uma legítima expressão da nossa ala. [...]**

**Sei que o Getúlio não tem tratado do assunto a não ser comigo, porque deseja solucionar o problema da presidência da constituinte antes.** Nestas condições ele aguarda a chegada do Flores e do Lima Cavalcanti para com estes e mais alguns líderes, resolver o caso. **Isto feito, ele deliberará sobre a interventoria mineira depois de – está claro – nos ouvir.** Isto é o que dele temos ouvido, eu e outros. [...]

Tudo indica que o Maciel pensa ainda em fazer o cunhado. Para isto conta o A. Carlos; e como a ele, Maciel, você e eu parecemos os candidatos mais citados.”<sup>165</sup>[grifo meu]

Virgílio escreveu que considerava justa a escolha pelo nome dele, Gustavo Capanema ou “alguém que fosse uma legítima expressão da nossa ala”. Ele, ao se referir a nossa ala, possivelmente, se refere aos jovens políticos revolucionários que defendiam os ideais reformistas, sem perder de vista os interesses estaduais. Também aponta na

<sup>164</sup> Carta de Osvaldo Aranha a Getúlio Vargas, Arquivo Getúlio Vargas, série Correspondências, CPDOC-FGV.

<sup>165</sup> Carta de Virgílio de Mello Franco a Gustavo Capanema, sem data. VMFc 33.09.05, Arquivo Virgílio de Mello Franco, série correspondências, CPDOC-FGV.

carta, que reconhecia que Getúlio Vargas possuía o interesse de solucionar o caso do cargo para a presidência da constituinte antes da interventoria mineira.

A escolha pelo presidente da Assembleia, bem como do interventor mineiro, se inserem na estratégia política de Vargas em se manter no poder como presidente da República. Ele sabia da importância da Assembleia na escolha do presidente. Dessa forma, articulou para que a constituinte fosse ocupada pela maioria dos partidos apoiadores do Governo Provisório, como foi o caso do Partido Progressista Mineiro, e também coordenada por um representante de seus interesses. Antônio Carlos respondia a essas pretensões e ainda era capaz de equilibrar as forças divergentes em Minas.

Virgílio, desejando ocupar o cargo de interventor de Minas Gerais, através de manobra política não mais se opôs a candidatura de Antônio Carlos para presidente da Assembleia Constituinte. E, desta forma, em 11 de novembro de 1933, Antônio Carlos foi eleito líder do PP por indicação do próprio Virgílio de Mello Franco.<sup>166</sup>

Decidido sobre a presidência da Constituinte, cabia a Getúlio Vargas nomear o interventor de Minas Gerais. Ele havia solicitado ao Partido Progressista que indicasse sete nomes para o cargo. Em resposta, o PP escreveu:

“Os abaixo-assinados, constituindo a maioria da Comissão Executiva do Partido Progressista, declarou que a vista da consulta que lhes é feita em nome do Sr. Chefe do Governo Provisório, indicam os nomes dos srs. Gustavo Capanema e Virgílio de Mello Franco para que o sr. Chefe do Governo Provisório escolha dentre eles o que deve exercer a interventoria mineira.

Considerando, entretanto, que o Sr. Chefe do Governo Provisório pede que lhe seja indicados não dois, mas sete nomes, os membros da comissão executiva abaixo subscritos acrescentam aos nomes dos Drs. Gustavo Capanema e Virgílio de Mello Franco, os dos ilustres mineiros Wenceslau Brás Pereira Gomes, Afrânio de Mello Franco, João Paulo Calgeras, Francisco Mendes Pimentel e Milton Soares Campos.”<sup>167</sup>

Getúlio Vargas pediu a Antônio Carlos que acrescentasse o nome de Benedito Valadares Ribeiro nas opções para o cargo de interventor.

Virgílio de Mello Franco e Gustavo Capanema eram prediletos ao cargo. No entanto, escolher um seria preferir a corrente oligárquica ou reformista do Partido

<sup>166</sup> A mudança de Virgílio na oposição à presidência de Antônio Carlos foi entendida por Helena Bomeny, como uma desistência deste cargo por Virgílio, já que ele visava algo maior – a interventoria do estado de Minas Gerais. No entanto, como foi relatado, não foi encontrado nenhum indício deste interesse do Virgílio em ser presidente da Assembleia. Sendo assim, uma possível interpretação para esta mudança do Virgílio em apoiar Antônio Carlos, é que ele, desejando ser interventor, reconheceu a importância de não ter Antônio Carlos como opositor a ele ocupar o cargo.

<sup>167</sup> Carta do Partido Progressista a Getúlio Vargas. 18 de outubro de 1933, Arquivo Virgílio de Mello Franco, série Correspondências, CPDOC-FGV.

Progressista, o que poderia acarretar na insatisfação com o governo provisório por uma destas representações políticas. Vargas, em estratégia política de não gerar o descontentamento destas facções com seu governo, escolheu por um terceiro – Benedito Valadares.

A decisão pelo nome de Valadares não era esperada, e não foi muito bem recebida entre os políticos mineiros e também na imprensa. Juscelino Kubistchek, em entrevista, demonstrou como foi a recepção em Minas sobre a solução da interventoria mineira:

“Todos receberam a nomeação de Benedito com uma gargalhada, ninguém esperava. Benedito não tinha, naquela altura, gabarito nenhum para... Um governador, um presidente de Minas era uma coisa muito importante; quase um presidente da República. Mas foi nomeado, e houve aquele escândalo, aquela gargalhada em Minas. Os próprios jornais publicavam: “Minas inteira dá gargalhadas.” Foi uma coisa.”<sup>168</sup>

Como foi abordado, as disputas pelo cargo da interventoria mineira representaram o antagonismo das forças políticas mineiras, com a busca da representatividade dos oligárquicos tradicionais e reformistas. Mas Vargas também precisou lidar com as posições de Osvaldo Aranha e Flores da Cunha. Sobre isto Maria Helena Castro escreveu:

“A demora da decisão do chefe do governo – como ele próprio afirmou a Flores da Cunha-, tinha “o propósito de evitar o afastamento de companheiros desavindos”<sup>169</sup>. Com efeito, se limitasse seu campo de ação à escolha de um dos dois candidatos, admitiria, de um lado, certa dependência do grupo escolhido e arriscaria, de outro lado, o instável equilíbrio das forças que o apoiavam. Um rompimento com a facção preterida acarretaria repercussões gravíssimas em seu ministério, bem como na Constituinte. Decididamente, Vargas precisava fugir dessa dicotomização de suas bases políticas.”<sup>170</sup>

Afonso Arinos, irmão de Virgílio e importante político brasileiro, salientou que a decisão de Vargas sobre a interventoria mineira decorreu principalmente pela disputa que se tinha entre Osvaldo Aranha e Flores da Cunha, gaúchos que desempenhavam importância no governo provisório, e não pelo contexto mineiro:

<sup>168</sup> OLIVEIRA, Juscelino Kubitschek de. *Juscelino Kubitschek II (depoimento, 1976)*. Rio de Janeiro, CPDOC, 1979. 77 p. dat, p. 47-48.

<sup>169</sup> Carta de Getúlio Vargas a Flores da Cunha, Arquivo Getúlio Vargas, G.V. 33 12 09, CPDOC-FGV.

<sup>170</sup> CASTRO, Maria Helena Magalhães. Op. cit., p. 93

“Se o quadro fosse só o de Minas, ele poderia ter nomeado o Virgílio, mas o que contou foi a situação do Rio Grande. Ele precisava manter a divisão entre os gaúchos para poder continuar no Catete. O grande apoio de Getúlio era o Rio Grande, o apoio armado e braço forte. Dividindo o Rio Grande, ele ficaria sem o risco.”<sup>171</sup>

No entanto, é preciso relativizar a análise. É possível compreender que Vargas não apenas teve que lidar com o caso gaúcho, mas também com o mineiro. Não seria possível nomear candidato que ocasionasse a instabilidade do apoio do governo mineiro. A solução sobre o caso do Interventor de Minas Gerais foi feita no intuito de não causar ameaça ao Governo Provisório e garantir que na Assembleia Constituinte houvesse maioria de defensores de Vargas, possibilitando, assim a eleição do Chefe do Governo Provisório à presidente da República, como afirma Bomeny:

“Com essa nomeação, Vargas conseguiu sair absolutamente vitorioso de uma disputa política que por três meses ocupou, com intensivas discussões, o contexto político nacional. Não só neutralizou a força de dois políticos de vulto nacional, como Aranha e Flores da Cunha como controlou o avanço da força política de Antônio Carlos, alertado pelo interventor baiano. Com um interventor “exclusivamente seu”, Vargas conseguiu inserir Minas no processo da Revolução de 30, sem as ameaças que resultariam da nomeação de Virgílio ou Capanema. Atendeu à reivindicação pública de nomear um mineiro, civil e progressista, revertendo-a, porém, em seu próprio proveito. Garantindo no governo do estado um chefe sem muitas vinculações e prestígio entre as forças regionais, Vargas assegurava para si a possibilidade de controlar a maior bancada da Assembleia Nacional Constituinte.”<sup>172</sup>

Virgílio de Mello Franco e Gustavo Capanema disputaram o cargo abertamente, ainda com a possibilidade de outros candidatos indicados pelo Partido Progressista. No entanto, a indicação do Benedito Valadares para o cargo surpreendeu a todos, principalmente por ele não ter sido sugerido pelo PP, Vargas pediu para que acrescentasse seu nome.

Sobre a indicação do nome de Valadares, Juscelino Kubistchek, em entrevista, comentou:

“A luta continuou. Antônio Carlos, que era um dos líderes da política mineira, presidente da Constituinte, também manobrava muito. Afinal, Getúlio resolveu

---

<sup>171</sup> O INTELLECTUAL e o político: encontros com Afonso Arinos / Org. Aspásia Camargo, Maria Clara Mariani, Maria Tereza Teixeira. Brasília, D.F.: Senado Federal: Dom Quixote; Rio de Janeiro: CPDOC/Fundação Getúlio Vargas, 1983. 460p. il. (Brasil-memória política; v.2), p. 115.

<sup>172</sup> BOMENY, Helena. Op. cit., p. 189

pedir uma lista, para escolher os nomes. Ele tinha que fazer uma encenação qualquer, para fugir da nomeação de Virgílio. Ao que me parece, ele não queria Virgílio, por causa de Osvaldo Aranha. Naquela ocasião, entregar Minas nas mãos de Osvaldo, era dar-lhe muita força. Getúlio chamou Antônio Carlos e disse: “Apresente-me uma lista de sete políticos mineiros para eu escolher, dentre eles, o futuro interventor.” Antônio Carlos saiu, reuniu todos e fez uma lista dos grandes nomes de Minas Gerais: o dele próprio, Capanema, Virgílio, Venceslau Brás, Mendes Pimentel (que era uma grande figura em Minas, advogado famoso) e mais dois ou três nomes igualmente famosos, e levou para Getúlio. Getúlio leu a lista, e disse: “Há um rapaz que esteve na Revolução com Dorneles, concunhado dele. Vocês não poderiam colocá-lo na lista?” Antônio Carlos disse: “Quem é, presidente?” Respondeu Getúlio: “É só para compor a lista, para aumentá-la um pouco; chama-se Valadares.” Antônio Carlos disse: “Ah, Benedito Valadares. Pois não, presidente, eu colocarei o nome dele na lista.” Antônio Carlos chegou em casa, mandou chamar imediatamente Benedito e disse: “Benedito, meus parabéns, você vai ser interventor em Minas.” Benedito caiu para trás: “O que é isso, presidente? O senhor está pilheriando comigo?” Ele disse: “Tenho certeza de que você vai ser.” E contou o episódio.”<sup>173</sup>

Ao analisar a entrevista de Juscelino sobre a política mineira, é necessário perceber que ele narra o evento, com base em suas memórias, muitos anos depois, mas não se deve tomar como verdade sobre o episódio. Ele corrobora com a ideia de que Vargas não desejava que Virgílio e Capanema fossem interventores e, como estratégia política, pediu que Antônio Carlos incluísse o nome do Valadares. Após a decisão de Vargas, Virgílio escreveu:

“Eu nunca lhe pedi nada, Senhor Doutor Getúlio Vargas.

Vaga a interventoria mineira, quando o senhor ainda se encontrava no Norte, não lhe dei um telegrama, não lhe escrevi uma carta, não pedi a ninguém para que, em meu favor, influísse sobre o senhor. Mas, não só com o senhor eu me mantive em atitude a mais discreta: não procurei, para tratar do assunto, nenhum dos seus ministros e nenhum dos próceres, destes muitos que por aí andam... depois do dia 24 de outubro de 1930.

No dia do seu regresso do Norte, tendo ido, como era do meu dever, espera-lo, o senhor próprio é testemunha de que só tornei a vela quando o senhor mesmo me chamou ao Palácio do Catete, para comigo tratar do assunto mineiro. **Depois disso, novamente convocado pelo senhor, fui informado de que era propósito seu nomear-me interventor em Minas.** Este seu pensamento foi pelo senhor próprio comunicado ao Osvaldo, ao Juracy, e ao João Alberto. Não, pois, por mim, mas pelo senhor, souberam estes três bons amigos das suas intenções. Retardada a solução do caso mineiro e não tendo sido efetivado o Capanema nem nomeado eu ou o Waldomiro (candidato do Ministro Maciel), o “Correio da Manhã”, começou a campanha contra o meu nome, campanha que, de crescendo em crescendo, chegou, agora a injúria e a calúnia.

<sup>173</sup> OLIVEIRA, Juscelino Kubitschek de. Op. cit., p. 40-44.

Nestas condições, venho agradecer ao senhor os seus bons propósitos a meu respeito e dizer-lhe o seguinte:

Eu não quero ser interventor em Minas, como não quis ser tabelião, como não quis ser ministro no Uruguai, como não quis ser diretor do Banco do Brasil, como não quis ser presidente do Conselho Nacional do Café e como não quis, talvez, ser ministro da Justiça.

**Vou renunciar amanhã o meu mandato de deputado para, sem garantias especiais, poder levar às suas últimas consequências a minha questão com o torpe indivíduo que, de dentro de uma carroça de lixo, quer se dirigir aos homens limpos.**<sup>174</sup>[grifo meu]

Por discordar da indicação de Vargas ao nome de Valadares para interventor, Virgílio de Mello Franco abdicou do cargo de líder da bancada do Partido Progressista na Assembleia Constituinte. Osvaldo Aranha, que era ministro da Fazenda<sup>175</sup> e Afrânio de Mello Franco, então Ministro das Relações Exteriores, renunciaram a seus postos no governo. Outras pessoas que apoiavam Virgílio também deixaram seus cargos políticos, como é o caso de Jarbas de Lery Santos. Para Virgílio, ele escreveu:

“Não precisa dizer a V. da dor e tristeza com que o nosso povo recebeu mais essa canalhice do Getúlio. Mas estou convencido de que isto não ficará assim, a natural reação virá. Conte V. nesta hora, como em qualquer outra, com a minha irrestrita solidariedade. Hoje entreguei o meu pedido de exoneração do cargo que exerço no Estado.”<sup>176</sup>

Ao contrário dos que apoiaram Virgílio e decidiram pedir a exoneração dos cargos políticos por eles assumidos, Flores da Cunha, defensor da indicação de Gustavo Capanema, apoiou Vargas em sua decisão. Maria Helena Castro escreveu:

“Flores da Cunha, entretanto, optou pela primeira alternativa<sup>177</sup> logo que tomou conhecimento dos pedidos de demissão de Osvaldo Aranha, Afrânio e Virgílio de Melo Franco. Em face do apelo que o ministro da Justiça lhe enviou, decidi imediatamente apoiar Vargas. Com efeito, a escolha de Benedito Valadares significava a preservação do status quo, predominantemente oligárquico, mantido por Olegário Maciel, Antônio Carlos (na presidência do PP e da Assembleia) e Capanema (em sua gestão interina do governo mineiro). A facção derrotada foi, efetivamente, a que apoiava Virgílio de Melo Franco e que pretendia “enquadrar Minas na Revolução”.”<sup>178</sup>

<sup>174</sup> Carta de Virgílio de Mello Franco a Getúlio Vargas, 26 de novembro de 1933, Arquivo Virgílio de Mello Franco, série Correspondências, CPDOC-FGV.

<sup>175</sup> Osvaldo Aranha irá, posteriormente, reassumir seu cargo na política varguista.

<sup>176</sup> Carta de Jarbas de Lery Santos a Virgílio de Mello Franco, 15 de dezembro de 1933, Arquivo Virgílio de Mello Franco, série Correspondências, CPDOC-FGV.

<sup>177</sup> A primeira alternativa consistia em apoiar a decisão de Getúlio Vargas na resolução da interventoria mineira.

<sup>178</sup> CASTRO, Maria Helena Magalhães. Op. cit., p. 93.



Para Maria Helena Castro, Virgílio de Mello Franco e seus defensores foram os que, efetivamente, foram derrotados, uma vez que a escolha por Benedito Valadares significou “a preservação do status quo, predominantemente oligárquico”, enquanto Virgílio e sua facção pretendiam “enquadrar Minas na Revolução”. O principal ganhador na indicação do interventor mineiro foi Getúlio Vargas. Ele conseguiu estabilizar as forças políticas em Minas, garantindo o equilíbrio na Assembleia e consequentemente sua indicação ao cargo de presidente da República.

No entanto, Virgílio não se contentou com a derrota. Tornou-se, após a decisão da interventoria mineira, opositor ao governo provisório. Utilizou de seu cargo de deputado estadual na Constituinte e representante do PP na bancada para propagandear contra o governo provisório.

### **Virgílio de Mello Franco: rumo à oposição de Getúlio Vargas**

Compreender a trajetória política de Virgílio de Mello Franco requer entendê-lo não apenas através de suas posições políticas, mas também em seus interesses pessoais. Ignorar essa dimensão de sua vida tornaria esta pesquisa insatisfatória. Segundo Hannah Arendt:

“O erro básico de todo materialismo político – materialismo este que não é de origem marxista nem sequer moderna, mas tão antigo quanto a história da teoria política- é ignorar a inevitabilidade com que os homens se revelam como sujeitos, como pessoas distintas e singulares, mesmo quando empenhados em alcançar um objetivo completamente material e mundano. Eliminar essa revelação – se isto de fato fosse possível – significaria transformar os homens em algo que eles não são; por outro lado, negar que ela é real e tem consequências próprias seria simplesmente irrealista.”<sup>179</sup>

A oposição de Virgílio de Mello Franco e sua família a Getúlio Vargas ocorreu logo após a nomeação de Benedito Valadares a interventoria. Afrânio e Virgílio de Mello Franco abdicaram de seus postos políticos e atuaram, logo em seguida, na Assembleia Constituinte, difamando e angariando divergentes ao governo provisório. Em discurso feito por Virgílio, quando de sua saída como presidente da bancada do PP, ele falou:

---

<sup>179</sup> ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 10 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001, p. 196

“Não renunciei às funções de líder da representação do Partido Progressista nesta Assembleia por um movimento de irritação ou despeito e sim, apenas, por ser voto vencido na Comissão Executiva do meu Partido e, em tais condições, já não mais poder considerar-me intérprete do pensamento da maioria da agremiação partidária a que pertença. De fato, não só divergi da escolha do atual interventor federal no estado de Minas, como do processo adotado para sua indicação. Devo acrescentar, todavia, que os motivos dessa divergência não interessam a esta Assembleia e sim somente ao povo mineiro, ao qual pretendo me dirigir oportunamente para prestar contas da atitude que assumi com sete outros membros da ilustre comissão diretoria do meu partido.”<sup>180</sup>

Creio ser preciso compreender o político também através de seu envolvimento pessoal. O rompimento de Virgílio de Mello Franco com Getúlio Vargas não foi oriundo de divergências políticas apenas, mas também de “um movimento de irritação ou despeito”, os quais Virgílio desejou negar em seu discurso.

O discurso não possui o compromisso com a verdade. Ele é, sempre, uma representação do desejo do orador em convencer o leitor, ou ouvinte, daquilo que se pronuncia. Virgílio desejou que sua saída do cargo de presidente da bancada do Partido Progressista fosse entendida por ser voto vencido na Comissão Executiva do PP e, dessa forma, não ser intérprete do pensamento da maioria da agremiação partidária a que pertencia.

Virgílio, realmente, não era mais intérprete do pensamento da maioria da bancada mineira. Como ele mesmo salientou, apenas sete membros, do total de 31, da comissão diretora do PP se aliaram a ele. No entanto, para compreender sua saída do cargo de presidente da bancada do Partido Progressista não se pode ignorar a insatisfação pessoal de Virgílio com Getúlio Vargas.

Ele se tornou opositor a Vargas. Através de sua atuação como deputado na Constituinte de 1934. Juntamente com outros deputados, ele se posicionou contra a atuação de Antônio Carlos na presidência da Assembleia, pedindo sua deposição do cargo. Em telegrama para Getúlio Vargas, Flores da Cunha escreveu sobre esse momento político:

“Comprometida com a [bancada mineira] como fica documentadamente conosco [pela carta de Antônio Carlos] solicito tuas providencias para que cessem tentativas de depô-lo presidência constituinte. Isso redundaria anulação assembleia e completo desprestígio tua pessoa e governo provisório.”<sup>181</sup>

<sup>180</sup> Brasil, Anais da Assembleia Nacional Constituinte, 1933-1934 (Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1934-37, 22vol) volume 5, pp. 222-4. Apud BOMENY, Helena. Op. cit., p. 192.

<sup>181</sup> Arquivo Getúlio Vargas, 33.12.26/2. Apud Idem., p. 191

Em resposta, Vargas se pronunciou:

“Situação criada oscila entre esta alternativa: renúncia Antônio Carlos presidência e Osvaldo liderança Assembleia, com possibilidade substituição Rio Grande presidência e Bahia liderança ou manutenção Antônio com saída Afrânio e Osvaldo. Qual tua opinião?”<sup>182</sup>

Flores da Cunha retrucou: “Forçado agora a renunciar mais do que ele serás tu o atingido. Além disso, perderemos na certa, o apoio e a colaboração da maioria da representação mineira. Será o fracasso da tua candidatura, não tenhas a menor dúvida.”<sup>183</sup> O interventor do Rio Grande do Sul demonstrou que a decisão de Vargas em destituir Antônio Carlos da presidência da Assembleia Constituinte, em favorecimento das articulações de Virgílio, acarretaria no enfraquecimento de sua candidatura para presidente da República, pois poderia gerar a insatisfação da oligarquia tradicional mineira, que era favorável a continuidade de Antônio Carlos na presidência.

A decisão de Getúlio Vargas para esse caso foi a de não intervir na presidência da Assembleia. Antônio Carlos juntamente com Waldomiro Magalhães, que assumiu a liderança do Partido Progressista na bancada da Assembleia no lugar de Virgílio de Mello Franco, minimizaram os riscos de um desequilíbrio na bancada mineira.

Com a preservação de Antônio Carlos na presidência da Assembleia e Waldomiro Magalhães em seu posto, a bancada mineira estava direcionada para a representação das oligarquias dissidentes, visto que ambos eram relacionados a tais posições políticas. Sobre esta situação, Virgílio, em discurso, comentou:

“Nós já sabemos que, do ponto de vista político, a manobra consiste em apagar os efeitos da Revolução de Outubro, pela destruição do partido que, embora não arregimentado, ela gerou. O outubrismo, o espírito revolucionário ou que melhor nome tenha, nada mais é do que a ânsia renovadora pela qual ardemos os que, de boa fé, entramos na campanha da Aliança Liberal e na Revolução de Outubro. (...) Com a tática que bem revela a sua habilidade política, o Governo, profundo conhecedor dos homens, elimina e substitui, um a um, os instrumentos afiados com que contou na hora incerta da peleja.”<sup>184</sup>

Nesse discurso Virgílio valorizou os participantes da Aliança Liberal e Revolução de 1930 e afirmou que o governo estava eliminando os “instrumentos

<sup>182</sup> Arquivo Getúlio Vargas, 33.12.26/3, CPDOC-FGV. Apud idem.

<sup>183</sup> Arquivo Getúlio Vargas, 33.12.26/4, CPDOC-FGV. Apud idem.

<sup>184</sup> Virgílio de Melo Franco, Anais, v. 7, pp. 371-2 apud BOMENY, Helena. Op. cit., p. 196

afiados com que contou na hora incerta da peleja”. Ao dizer isso, ele pronunciou que o Chefe do Governo Provisório precisou dos outubristas para alcançar o poder do país, no entanto, eliminou-os da participação política.

Este discurso pode ser interpretado como reclamação sobre a não valorização de Vargas a Virgílio, que foi importante participante da Revolução de 1930, mas é possível compreender também que Virgílio contesta as nomeações, feitas pelo governo provisório, de políticos oligárquicos tradicionais a cargos políticos, em detrimento dos revoltosos de 1930.

Neste mesmo discurso, ele falou:

“O governo revolucionário talvez tivesse conseguido realizar uma obra de vulto maior do que a que pôde levar a efeito se, apoiado na força com que contava, tivesse organizado a opinião pública em forte agrupamento partidário que fornecesse quadros vigorosos para os diferentes órgãos do Estado. Assim, teria podido guiar as massas com mão firme, conduzindo-as no sentido do desenvolvimento da produção e da coordenação das forças vivas da nacionalidade. Destruir-se-iam, nestas condições, segundo as expressões do senhor general Góis Monteiro, “a rotina, os preconceitos político-jurídicos e os vícios das antigas facções regionalistas que deveriam ter desaparecido”.”<sup>185</sup>

Virgílio se posicionou na Assembleia Constituinte contra as “antigas facções regionalistas que deveriam ter desaparecido”. Ele foi, portanto, contra o que a bancada mineira defendia.

O Partido Republicano Mineiro e o Partido Progressista de Minas Gerais possuíam posições políticas opostas. No entanto, ao que se referiu a Minas Gerais como estado representativo no âmbito do governo federal, eles se aliaram. Para o continuísmo da influência de Minas na República foi defendido o federalismo.

Virgílio de Mello Franco, ao se posicionar contrário ao regionalismo e defensor da centralização política ficou isolado na Assembleia, permitindo que o equilíbrio desejado na Assembleia por Antônio Carlos e Getúlio Vargas fosse garantido.

Houve na Assembleia Constituinte de 1934 disputas sobre o continuísmo de Vargas na chefia do país. Os opositores a Vargas não se agregaram na votação de um único personagem: Borges de Medeiros recebeu 59 votos; Góis Monteiro, quatro votos; Protógenes Guimarães, dois votos; Raul Fernandes, um voto; Artur Bernardes, um voto; Afrânio de Melo Franco, um voto; Oscar Weinschenck, um voto; Paim Filho, um voto;

---

<sup>185</sup> Idem, pp. 374. Apud Idem.

Levi Carneiro, um voto. Getúlio Vargas foi o mais votado para presidente do país, recebeu 175 votos.<sup>186</sup> Desta forma, Vargas foi eleito, em 17 de julho, presidente constitucional.<sup>187</sup>

Durante a Assembleia Constituinte, Virgílio se candidatou para as eleições da Câmara dos Deputados e Senadores. Ao invés de ser indicado pelo Partido Progressista, o qual dele fazia parte, seu nome foi transferido para a legenda Minas Autônoma. Em 17 de outubro de 1934 Virgílio foi eleito terceiro suplente. Carolina Nabuco afirma em seu livro, que ele ficou descontente com o cargo. Era esperado que fosse eleito a deputado ou senador. Segundo a autora: “houve, entre os que se interessaram pelos resultados de Minas, sem lhes acompanhar as manobras internas, algumas surpresas ao verem que Virgílio de Mello Franco, ex-líder da bancada mineira, não alcançara se não um lugar de terceiro suplente.”<sup>188</sup>

Próximo à data das eleições para a Câmara de Deputados e Senadores, Virgílio e seu irmão Afonso Arinos fundaram jornal em Minas Gerais, no intuito de se opor ao governo de Valadares. O periódico intitulou-se *Folha de Minas*. Afonso Arinos, em entrevista, comentou sobre a fundação:

“Quando foi (Valadares) nomeado interventor, através do *Estado de Minas*, comecei a escrever artigos contra ele, que fizeram muito sucesso. Depois, Chateaubriand passou a me controlar, a querer que eu lesse para ele os artigos pelo telefone, antes de publica-los, e resolvi deixar o jornal. Foi quando fundei o *Folha de Minas* para então atacar violentamente o Valadares.”<sup>189</sup>

Afonso Arinos apresentou, claramente, que o intuito de *Folha de Minas* era atacar violentamente Valadares. O repúdio ao interventor de Minas pela família Mello Franco foi oriunda da decisão de Vargas em não escolher Virgílio de Mello Franco para ser governador do estado de Minas Gerais. Exemplo de oposição foi o artigo publicado na *Folha de Minas*:

“Depois de São Paulo, tocou a Minas a honra de ser transformada em cancha dos políticos rio-grandenses. Morto o presidente Olegário Maciel, travou-se em torno da interventoria mineira a batalha campal dos interesses facciosos dos

<sup>186</sup> Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

<sup>187</sup> Getúlio Vargas obteve 175 votos contra 59 dados a Borges de Medeiros, 4 ao general Góis Monteiro e 9 distribuídos entre diversos outros candidatos. (PANDOLFI, Dulci. Op. cit., p. 28).

<sup>188</sup> NABUCO, Carolina. Op. cit., p. 94.

<sup>189</sup> O INTELLECTUAL e o político: encontros com Afonso Arinos / Org. Aspásia Camargo, Maria Clara Mariani, Maria Tereza Teixeira. Op. cit., p. 117.

gaúchos. O sr. Oswaldo Aranha tinha um candidato e o sr. Flores da Cunha outro. Puxa um num sentido, puxa o outro ao inverso, até que o sr. Getúlio Vargas entendeu resolver sozinho o caso mineiro, nomeando interventor o sr. Benedito Valadares, em quem nunca ninguém tinha pensado, nem o próprio nomeado. Logo de início, levantou-se um grande temporal, que ameaçou submergir tudo. Mas o exemplo paulista ainda estava muito vivo na memória dos homens. Depois de muito ronco, quase todos se acomodaram em torno da imprevista solução dada ao caso mineiro e começaram a fazer o que Demosthenes assegurava, isto é: de *asiri imbre disputare...*<sup>190</sup>

*Folha de Minas* teve duração efêmera. No ano seguinte a sua fundação, em 1935, após o estabelecimento do estado de sítio e da censura, o jornal fechou. Isto ocorreu devido à falta de lucros, causando a falência do periódico. Afonso Arinos relatou: “Durante muito tempo escrevi o editorial da Folha, fazendo uma oposição violenta ao Valadares. Depois, perdemos o controle do jornal porque ficamos (...) com dívidas na praça sem poder paga-las. E tivemos que vender o jornal.”<sup>191</sup>

Em 1936 iniciaram os debates em torno do candidato à presidência da República. Antônio Carlos foi cogitado para a presidência. Benedito Valadares, no intuito de neutralizar o nome de Antônio Carlos, propôs acordo para Virgílio e Cristiano Machado, apesar das divergências políticas de ambos. Virgílio de Mello Franco escreveu sobre o acordo:

“Fomos procurados pelo Benedito Valadares, o qual nos propôs um acordo político capaz de pacificar o Estado e, sobretudo, de afastar o Antônio Carlos da orientação política que, aos poucos, tinha este monopolizado. Você bem sabe que o velho Andrada sempre foi o nosso inimigo número um. Nestes termos, pois, a simples perspectiva de lhe podar as asas tinha para nós muita sedução. Estamos empenhados em contribuir para uma solução presidencial no sentido de escolha de um candidato que possa ser aceito por todas as correntes políticas.”<sup>192</sup>

Como resultado do acordo, Cristiano Machado, que representava Minas Gerais na Câmara Federal, tornou-se Secretário da Educação e Virgílio, que era terceiro suplente, se tornou Deputado Federal por Minas.

Para as disputas a presidência da República, em janeiro de 1937, os paulistas lançaram a candidatura de Armando Sales de Oliveira, então governador do estado. Em contraposição, às Oposições Coligadas, partido majoritário na Câmara Federal e ao qual

<sup>190</sup> *Folha de Minas*, 17 de outubro de 1934, p. 3.

<sup>191</sup> O INTELLECTUAL e o político: encontros com Afonso Arinos / Org. Aspásia Camargo, Maria Clara Mariani, Maria Tereza Teixeira. Op. cit., p. 117.

<sup>192</sup> Carta de Virgílio de Mello Franco a Juraci Magalhães, 10 de outubro. Apud NABUCO, Carolina. Op. cit., p. 96-97.

pertencia Virgílio, indicaram o nome de José Américo de Almeida. Ele possuiu apoio inicial de Getúlio Vargas.

Em 10 de novembro de 1937 foram encerradas as discussões sobre a presidência da República. Getúlio Vargas decretou o Estado Novo. Após a instauração da ditadura, Virgílio se afastou da política e dedicou-se aos negócios. Carolina Nabuco faz referência a confiança que ele fez a um amigo, em sua atuação como empresário: “O afastamento da política trouxe-me pelo menos uma vantagem. Fiquei rico.”<sup>193</sup> Sheila Baggio, no entanto, informa que Virgílio nunca foi, de fato, um homem rico. Mas neste momento ele melhorou sua condição financeira.<sup>194</sup>

Ele se dedicou a Sociedade de Terrenos Urbanos,<sup>195</sup> que administrava loteamento na Gávea, adquirido do Conde de Modesto Leal. A área era ocupada por prédios e casas de aluguel. Dedicou-se, também, à Companhia Pirapora, pequena organização que fornecia luz e energia a cidade mineira que levava o nome da empresa. A Companhia Pirapora possuía linhas de navegação no rio São Francisco e plantações, entre elas, o algodão. Também desenvolveu atividades de criações e lavouras em uma granja que adquiriu em Barbacena denominada Santa Maria.

Virgílio de Mello Franco foi importante político na década de 1930, fundou partidos políticos, esteve ligado as ideias reformistas e apoiou politicamente Vargas. Disputou a interventoria mineira em 1933, mas o escolhido para o cargo foi Benedito Valadares. Após o episódio, a família Mello Franco se posicionou contrária ao governo Vargas. Virgílio utilizou da imprensa e de seu cargo de deputado na constituinte de 1934 para fazer oposição ao governo federal e estadual. No entanto, não representou grande ameaça a Getúlio e Benedito Valadares. Instaurado o Estado Novo, Virgílio foi obrigado a abandonar a política, dedicando-se, então, aos negócios.

Compreender sua trajetória é reconhecê-lo nas dimensões política e pessoal. É estudar suas articulações e interesses políticos, mas também seus desejos pessoais, identificando suas emoções e, inclusive, neste período, decepções. A política pode ser interpretada como um jogo e, neste, Virgílio saiu perdedor, enquanto Getúlio Vargas e Benedito Valadares, os principais ganhadores. Mas como em todo jogo, a situação é possível de ser mudada. Virgílio viu esta chance em 1942.

---

<sup>193</sup> NABUCO, Carolina. Op. cit., p. 102.

<sup>194</sup> BAGGIO, Sheila. Op. cit., p. 162.

<sup>195</sup> Virgílio teve como sócio da empresa Otacílio Negrão de Lima, cuja parte foi depois adquirida por José Gonçalves de Sá.

## Capítulo 3 – Sob o signo da resistência udenista: Virgílio de Mello Franco e o fim do Estado Novo

### A Segunda Guerra e movimentos de oposição ao Estado Novo

Com a mudança política, advinda com o golpe que instaurou o Estado Novo, ocorrido em 10 de novembro de 1937, sob liderança de Getúlio Vargas, com apoio do Exército e de outros grupos políticos e sociais autoritários, Virgílio de Mello Franco se afastou da política. Dedicou-se aos negócios no Rio de Janeiro e em Pirapora, no estado de Minas Gerais. Trabalhou também com jornalismo, escrevendo artigos para *O Jornal*.<sup>196</sup> Virgílio teve importante contribuição nos movimentos de insatisfação e críticas ao Estado Novo, ocorridos a partir de 1942 – ano que o Brasil iniciou sua participação na Segunda Guerra Mundial ao lado dos Aliados.

No entanto, instituído o Estado Novo, Virgílio enviou carta ao ditador. Escreveu que a crise se alastrava no Governo, na União e nos Estados, onde os políticos não estavam sincronizados com os acontecimentos e aproveitavam da circunstancia para descansar. Enquanto isso, os adversários políticos e doutrinários conspiravam contra o regime instaurado em 1937. Virgílio narrou que políticos e militares pensavam em fazer movimento como o de 1932, em São Paulo. Os integralistas, ramificados dentro das Forças Armadas, organizavam uma revolução. A esquerda, por sua vez, enfraquecida naquele momento, esperava pacientemente a desordem, para, então, se manifestarem. Ele continuou:

“De V.Exa. só tenho recebido, ultimamente, manifestações de simpatia. Assim sendo, **todo o meu interesse está na permanência e consolidação do regime atual que, se nada tem para me dar, nada certamente me tirará.** Não é, pois, por interesse ou despeito, que vejo com pessimismo os dias do futuro. [...] Para que discutir novas teses, novas ordens de coisas, se o país inteiro parecia, e parece, indiferente a este ou aquele regime?”<sup>197</sup> [grifo meu]

É possível perceber que Virgílio escreveu a Vargas se posicionando favorável ao novo regime político instaurado em 10 de novembro de 1937. Virgílio de Mello Franco, como já foi apresentado, rompeu relações com Getúlio Vargas em 1933, quando do

<sup>196</sup> Participou também da Revista Diretrizes, dirigida por Samuel Wainer, com artigos semanais, em geral sobre política europeia. Auxiliou financeiramente a publicação da revista, conforme depoimento de Francisco de Assis Barbosa, concedido a Sheila Baggio.

<sup>197</sup> Carta de Virgílio de Mello Franco a Getúlio Vargas, 1 de março de 1938, Arquivo Virgílio de Mello Franco, CPDOC-FGV.



episódio da disputa pela interventoria de Minas Gerais. Ele foi também um dos principais opositores ao Estado Novo. Mas nota-se na carta que Virgílio não se mostrou contrário ou insatisfeito com o regime político autoritário, nem com o ditador.

Pessoas são influenciadas pelo contexto em que vivem, pelas ideias que circulam. Assim sendo, é preciso compreender a conjuntura da época para entender as mudanças de opinião de Virgílio. Em 1938 ainda não havia eclodido a Segunda Guerra Mundial. Virgílio de Mello Franco, como muitos outros, defendia, até então, a necessidade de governo autoritário. Em carta para Juracy Magalhães, datada de 15 de março de 1937, período que estava sendo decidido o candidato para a sucessão presidencial marcada para aquele ano – antes do golpe do Estado Novo –, Virgílio escreveu que a questão brasileira era puramente política e precisava de ordem e nada mais. Ordem implicava em autoridade e esta em hierarquia.<sup>198</sup>

Com a mudança que ocorreu no cenário mundial a partir de 1939, com o início da Segunda Guerra Mundial, e, principalmente, com a entrada dos Estados Unidos na guerra, lutando contra o fascismo, em 1941, as posições políticas se modificaram. Isto é observado não apenas no pensamento político de Virgílio de Mello Franco, mas também no comportamento da sociedade e do Estado.

Maria Helena Capelato<sup>199</sup> afirma que havia entre os ideólogos e funcionários do governo divergências de posições sobre o apoio ao Eixo e aos Aliados. Existia ala germanófila forte. Francisco Campos, ministro da Justiça, fazia elogios a Hitler. Filinto Muler, chefe da polícia política, e Lourival Fontes, diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), igualmente tinham esse posicionamento. O ministro da Guerra, general Eurico Gaspar Dutra, e o general Góis Monteiro também eram favoráveis à Alemanha. Eles defendiam que o rearmamento do Exército e a usina siderúrgica fossem financiados pelos alemães. No entanto, havia também defensores dos Estados Unidos, como é o caso do ministro das Relações Exteriores, Osvaldo Aranha. Vargas, com seu pragmatismo, jogava nas disputas entre Estados Unidos e Alemanha, tirando vantagens até onde pudesse.

Virgílio de Mello Franco seguiu orientações que se baseavam nas posições dos Estados Unidos. Assim, apresentou mostras de repúdio ao fascismo e aos países do Eixo

---

<sup>198</sup> Carta de Virgílio de Mello Franco a Juracy Magalhães, 15 de março de 1937. Arquivo Virgílio de Mello Franco, CPDOC-FGV.

<sup>199</sup> CAPELATO, Maria Helena. "O Estado Novo: o que trouxe de novo." In: FERREIRA, Jorge. & DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: volume 2 O tempo do nacional-estatismo*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2003.

quando iniciou a Segunda Guerra Mundial. Como jornalista, publicou artigos em *O Jornal*, entre 1940 e 1943, que apresentavam os acontecimentos da guerra e se posicionava contrário ao Eixo.

Em 1942, ele publicou conjunto de artigos que apresentou breve biografia dos líderes dos países que participavam da guerra. Escreveu sobre Churchill, apresentando-o como homem que obteve conquistas napoleônicas, com grandezas que independiam de seu sucesso na batalha. Churchill seria, segundo seus relatos, animador da resistência. Com ele, a Inglaterra não estaria desamparada<sup>200</sup>. Sobre Stálin, Virgílio se baseou na carta que Lenine enviou ao Comitê Executivo dos Sovietes, que dizia que Stalin tinha como propósito “subir, elevar-se sempre, cada vez mais, ainda quando tenha que passar sobre os cadáveres dos melhores revolucionários. Ele procura tornar-se um sátrapa à maneira de Abdul-Hamid”.<sup>201</sup> Virgílio concluiu dizendo que Lenine tinha razão em sua análise sobre Stálin.

Em artigo com título de “Mussolini”, Virgílio tentou desconstruir a impressão que alguns leitores tinham de que ele se interessava mais pelos homens de outros países que do Brasil. Ele escreveu: “Gostaria, por isso, de explicar, aos benevolentes amigos, que nada no mundo me apaixona mais do que os problemas e a vida do Brasil.”<sup>202</sup> Ele aproveitou para criticar o fascismo e os que compartilham de tais ideias:

“Os direitos dos homens, a democracia, a dignidade humana, o individualismo – a liberdade, enfim – tão dura e arduamente conquistados através de séculos, deixaram de ser, com o alastramento do fascismo, em grande número de países do ocidente, um estado natural de coisas. [...] De todos os países deste continente o Brasil é, precisamente, a meu ver, o mais atingido pelo fluxo e refluxo das ideias europeias.”<sup>203</sup>

Virgílio afirmou que o fascismo interrompeu o estado natural de coisas, que seriam os direitos dos homens, a democracia, a dignidade humana e o individualismo. Defendeu que o Brasil é o país da América em que as ideias europeias – fascismo e nazismo – mais atingem, ou seja, que elas são mais aceitas.

---

<sup>200</sup> “Um Cidadão do Universo”, Virgílio de Mello Franco, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 11 de janeiro de 1942, ano XXIII, p. 1.

<sup>201</sup> “Stalin”, Virgílio de Mello Franco, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 1 de fevereiro de 1942, ano XXIII, p. 1.

<sup>202</sup> “Mussolini”, Virgílio de Mello Franco, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 8 de fevereiro de 1942, ano XXIII, p.

1.

<sup>203</sup> Idem.

Ele continuou seu artigo fazendo breve biografia sobre Benito Mussolini. O descreve como grande homem, que sob certos aspectos pode se chamar de “bom ditador”. Mas que durante seus quase vinte anos de poder, a Itália despencou-se. Isso porque o “Duce” não soube ou não pode parar “a roda do destino”. Ainda sobre o fascismo, em outro artigo, Virgílio escreveu que este é:

“Diabólico mandamento de ódio, em cujo nome exterminam-se as populações polacas e servias, massacraram-se sistematicamente os judeus da Europa Central e na Rússia, executam-se, na França, reféns inocentes e indefesos e, na própria Alemanha condenam-se à morte os velhos e doentes ‘inúteis’, degradando-se por toda a parte a consciência humana e reduzindo-se ao silêncio as vozes que poderiam gritar a verdade.

Assim, pois, no momento em que na França, na Espanha, em Portugal e alhures – países dominados por um totalitarismo de aparência mais ou menos atenuada – a empreitada da propaganda prossegue, convém que todos tenhamos sempre presente a convicção de que a ‘nova ordem’ é uma impostura, cujo programa brada aos céus.

Que a mocidade que se aproxima e que nos vai julgar, mantenha sempre viva a flama sagrada do amor à liberdade. Só assim ela será fiel à vocação do Brasil”.<sup>204</sup>

O Estado Novo, mesmo que o governo não admitisse semelhança com os regimes nazifascistas, procurando enfatizar a originalidade de seu governo, compartilhava muitas das ideias postas em prática nesses regimes: legislação social, propaganda política e representação corporativista. Dessa forma, Virgílio, de uma maneira discreta e, talvez sem intenções ainda de derrubar o regime político, dava mostras de aversão a algumas características do Estado Novo.

Devido às posições políticas de Virgílio de Mello Franco e dos grandes elogios que tecia em seus artigos à Inglaterra, Noel Charles, embaixador britânico, escreveu telegrama a Virgílio. Na correspondência, ele agradeceu o artigo de autoria de Virgílio publicado em *O Jornal*, no dia 5 de outubro de 1942, que se intitulou “O milagre da eloquência”. O embaixador britânico escreveu: “A sua profunda compreensão e análise da personalidade e atividade de Winston Churchill são notáveis e desejo apresentar a V.S. os meus reconhecidos agradecimentos pela sua magistral apreciação”.<sup>205</sup>

<sup>204</sup> “Um falso dilema”, Virgílio de Mello Franco, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 24 de maio de 1942, ano XXIII, p. 1.

<sup>205</sup> Telegrama de Noel Charles (embaixador britânico) a Virgílio de Mello Franco. VMFc 43.04.18, Arquivo Virgílio de Mello Franco, CPDOC-FGV.

Segundo Carolina Nabuco,<sup>206</sup> devido ao entusiasmo de Virgílio ao narrar os fatos da Segunda Guerra Mundial, criticando o fascismo e elogiando os Aliados, ele foi convidado pelo governo inglês a visitar os campos de guerra. Seria levado aos pontos de maior interesse para a defesa da Inglaterra. No entanto, a viagem não foi realizada. Nabuco explica que a preferência por Virgílio como o brasileiro merecedor de tal homenagem pela embaixada britânica não parece ter coincido com a do governo brasileiro. Assim, houve empecilhos que não permitiram sua viagem.

Em início de 1942 ocorreu a Conferência Interamericana de chanceleres no Rio de Janeiro. O Brasil, representado por Osvaldo Aranha, propôs ruptura diplomática e comercial com o Eixo. Nos bastidores, Vargas e Roosevelt negociaram que os Estados Unidos rearmariam as Forças Armadas brasileiras e financiariam a construção de uma usina siderúrgica. Em troca, o governo brasileiro cederia às bases aéreas de Natal e Recife, cruciais para os aviões norte-americanos chegarem ao norte da África. O governo brasileiro rompeu com os países do Eixo. A reação veio em meados de agosto de 1942, quando submarinos alemães e italianos afundaram navios mercantes de nacionalidade brasileira, matando cerca de 1500 pessoas.<sup>207</sup> Após esse evento, diversas manifestações de repúdio ao governo nazista da Alemanha ocorreram pelo país.<sup>208</sup> O Brasil, no dia 22 deste mesmo mês, declarou guerra ao Eixo.

Após a declaração de guerra, Virgílio de Mello Franco enviou carta a Getúlio Vargas pedindo cargo em que pudesse participar de modo ativo no esforço de guerra. Ele escreveu:

“Tenho divergido mais de uma vez do governo de V.Ex. Ajudei, porém, a funda-lo e defende-lo em circunstancias difíceis. [...] Nunca tendo solicitado, para mim de V. Ex. ou de quem quer que seja encargos ou funções, recusei mais de uma vez posições. [...] Sinto-me, assim, perfeitamente a vontade para lhe fazer meu primeiro e último pedido: confie-me V. Ex. nesta hora sagrada de união nacional, uma função qualquer – de preferência militar – onde acaso meus serviços possam ser úteis ao país.”<sup>209</sup>

---

<sup>206</sup> NABUCO, Carolina. Op. cit.

<sup>207</sup> FERREIRA, Jorge. Contra a guerra, vamos à guerra. In FERREIRA, Jorge (org.). *O Rio de Janeiro nos jornais. Ideologias, culturas políticas e conflitos sociais (1930-1945)*. Rio de Janeiro, 7 Letras/FAPERJ, 2014.

<sup>208</sup> Japoneses e alemães passaram a ser hostilizados: estabelecimentos comerciais, empresas, residências, escolas, clubes foram atacados pela população em fúria.

<sup>209</sup> Carta de Virgílio de Mello Franco a Getúlio Vargas, 22 de agosto de 1942, Arquivo Virgílio de Mello Franco, CPDOC-FGV.

Getúlio Vargas respondeu-lhe através de telegrama que dizia: “Recebi tua carta de 22 corrente e tenho prazer declarar-lhe sempre tive melhor apreço suas qualidades pessoais de homem público. Não esquecerei utilizar os seus serviços na primeira oportunidade”.<sup>210</sup> Três dias depois, Ovídio Paulo Menezes Gil – Chefe de Gabinete de Getúlio Vargas – enviou carta a Virgílio designando-o, junto com Heitor Mota e Francisco Vieira de Alencar, a função de interventor do Governo Federal no Banco Alemão Transatlântico.<sup>211</sup>

Sobre o episódio, Virgílio publicou artigo em *O Jornal*. Nele transcreveu o diálogo que foi conversado nas cartas entre ele e Getúlio Vargas. Ele apresentou:

“Atendendo, sem dúvida, ao meu apelo, o honrado sr. Getúlio Vargas houve bem indicar meu nome, ao sr. ministro da Fazenda, para as funções de interventor do Banco Alemão Transatlântico. Embora eu tivesse preferido uma missão de outra natureza, como por exemplo a de servir junto a qualquer unidade das Forças Armadas, recebi com o maior desvanecimento a prova de confiança com que fui honrado pelo chefe da Nação. Serviço de guerra, como qualquer outro, minha nova função não terá remuneração, a nenhum título ou pretexto, pois quaisquer proventos que porventura me caibam eu os destino desde já, integralmente, aos Fundos de Guerra, que o sr. Ministro da Fazenda acaba de instituir, criando no Banco do Brasil uma conta especial para isto.”<sup>212</sup>

Virgílio, portanto, agradeceu publicamente o cargo que Getúlio Vargas o indicou, mas respondeu que preferiria outro cargo, como por exemplo, que permitisse servir junto às Forças Armadas. Outro fato importante é que ele escreve no artigo que abdicou da remuneração de seu trabalho, que ele doou todo seu benefício do emprego aos Fundos de Guerra. Não há documentos que comprovem a veracidade dessa informação. No entanto, pode-se perceber que ele desejava que sua imagem fosse de patriota, dedicado à guerra, sem benefícios com o cargo.

Em início de 1943 foi fundada a Sociedade dos Amigos da América, a qual tinha como objetivo “lutar pela preservação dos princípios de dignidade humana, contra as doutrinas nefandas e dissolventes do fascismo germânico, romano e amarelo e do

<sup>210</sup> Telegrama de Getúlio Vargas a Virgílio de Mello Franco, 22 de agosto de 1942, Arquivo Virgílio de Mello Franco, CPDOC-FGV.

<sup>211</sup> Carta de Ovídio Paulo Menezes Gil (Chefe de Gabinete de Getúlio Vargas) a Virgílio de Mello Franco, 25 de agosto de 1942, Arquivo Virgílio de Mello Franco, CPDOC-FGV.

<sup>212</sup> “Intervalo”, Virgílio de Mello Franco, *O Jornal*, Rio de Janeiro, 13 de setembro de 1942, ano XXIII, p. 1.

subfascismo indígena, o integralismo”.<sup>213</sup> Foi organismo de apoio aos Aliados na guerra. Reuniu militares, intelectuais e lideranças estudantis. Virgílio de Mello Franco participou da organização. No entanto, em agosto de 1944, Osvaldo Aranha renunciou ao cargo de ministro das Relações Exteriores, devido ao fechamento da Sociedade dos Amigos da América, quando tomaria posse como vice-presidente.<sup>214</sup> Virgílio enviou carta a Osvaldo Aranha demonstrando repúdio pela agremiação. Na carta ele escreveu:

“Fui surpreendido com tua saída do Governo, mas não me custou compreender os motivos de sua moral que a determinaram. Digo-te francamente que, no teu lugar, não me teria metido nesse ajuntamento da “Sociedade de amigos da América” – que sempre me pareceu tendenciosa e carente de identidade, como muitas vezes te declarei no nosso convívio fraternal.”<sup>215</sup>

A Sociedade dos Amigos da América organizou em maio de 1943 a “Semana Antifascista”. Em todos os estados do Brasil realizaram-se sessões e discursos que pregavam a liberdade. Em uma das sessões, ocorrida na Faculdade de Direito de Belo Horizonte, o professor Milton Campos discursou e, em seguida, foi lida mensagem de Virgílio de Mello Franco aos estudantes. Ele aconselhou aos alunos:

“Orientar todas suas faculdades criadoras e a totalidade dos seus esforços, para a defesa de certos direitos básicos pelos quais vale a pena lutar e vale a pena morrer, pois esta grande luta que se trava, em ultramar, é a luta de todos nós [...]. Na história das revoluções humanas só contam, só deixam vestígios os movimentos que revelam uma tendência, por mínima que seja, de verdade moral e de um impulso ideal. Este não é o caso do fascismo.”<sup>216</sup>

Os mesmos alunos desta instituição acadêmica, representados pelo Clube de Estudos Jurídicos, enviaram carta a Virgílio, datada em 11 de agosto, em que expressaram admiração e respeito pela campanha que ele estava desenvolvendo. Eles escreveram que se orgulhavam de poder contar com Virgílio como um dos “mentores mais avisados e honestos das gerações moças”.<sup>217</sup>

---

<sup>213</sup> Citado por: CARONE, Edgar. *O Estado Novo (1937-1945)*. São Paulo, Difel, 1976, p. 300.

<sup>214</sup> Sobre a renúncia de Osvaldo Aranha ao cargo de ministro das Relações Exteriores, ver a carta que ele enviou a Góes Monteiro. Disponível em: VMF 44.08.25c, Arquivo Virgílio de Mello Franco, CPDOC-FGV.

<sup>215</sup> Carta de Virgílio de Mello Franco a Osvaldo Aranha, 25 de agosto de 1944. Arquivo Virgílio de Mello Franco, CPDOC-FGV.

<sup>216</sup> Citado em: NABUCO, Carolina. Op cit, p. 154.

<sup>217</sup> Carta do Clube de Estudos Jurídicos da Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais a Virgílio, 11 de agosto de 1943, Arquivo Virgílio de Mello Franco, CPDOC-FGV.

### **Virgílio e o Manifesto dos Mineiros**

É possível perceber que Virgílio de Mello Franco era, já em 1943, reconhecido pela luta para a redemocratização do país. Foi ainda neste ano que ele, junto a importantes personagens políticos de Minas Gerais, assinou o Manifesto dos Mineiros. O documento foi a primeira manifestação pública de setores liberais contra o Estado Novo.<sup>218</sup> Publicado em 24 de outubro de 1943 – data que se comemorava o aniversário da Revolução de 1930 – o manifesto foi assinado por membros das elites mineiras. O texto original teve três versões, redigidos por Odilon Braga, Virgílio de Mello Franco e Dário de Almeida Magalhães. Pedro Aleixo, Milton Campos e Luís Camilo de Oliveira Neto contribuíram para o texto-fusão, de autoria de Virgílio de Mello Franco. Coube a Afonso Arinos a redação final. Virgílio de Mello Franco e Luís Camilo de Oliveira Neto se destacaram também na função de coletar assinaturas no Rio de Janeiro, e Pedro Aleixo, Milton Campos e João Franzen de Lima, em Minas Gerais.<sup>219</sup>

O documento contou com 92 assinaturas, limitando-se a personalidades tradicionais de Minas Gerais. Participaram políticos, intelectuais, advogados, consultores jurídicos, diretores de bancos e jornalistas. Entre os políticos encontram-se personalidades atuantes na Primeira República, como Afonso Pena Júnior, Mário Brant, Alaor Prata Soares, Adolfo Bergamini, Daniel de Carvalho, Francisco Mendes Pimentel, e os marginalizados do governo de Getúlio Vargas, como Virgílio de Mello Franco, Pedro Aleixo e Odilon Braga. Recusaram-se a assinar o Manifesto Venceslau Brás, por ter se afastado da política e não ter intenção em se envolver na vida pública; Bias Fortes, por fidelidade a Benedito Valadares, interventor de Minas Gerais; Antônio Carlos, por não querer desavenças com Vargas.

Foram impressos 50 mil exemplares em uma tipografia de Barbacena. Devido à censura, não foi possível publicar o manifesto na imprensa. Assim, a distribuição foi feita de mão em mão ou por baixo das portas. O documento foi dirigido ao povo mineiro. No início do texto eles afirmaram que não possuíam intenção de conduzir, agitar ou ensinar, pretendiam recordar eventos importantes. No entanto, eles criticaram o Estado Novo. Não seria, então, essa uma maneira de agitar, ensinar e conduzir? Eles escreveram:

---

<sup>218</sup>As formas organizadas de oposição à ditadura restringiam-se, até então, à ação da esquerda (socialistas e comunistas) e aos movimentos operário e estudantil, sobretudo no Rio de Janeiro, em São Paulo e em Recife, sempre clandestinos e sujeitos a severa repressão pelo Estado.

<sup>219</sup>Verbete Manifesto dos Mineiros, CPDOC-FGV.

“Limitar-nos-emos a notar que, em outros países, assim como vinha sucedendo no nosso próprio, idênticos resultados foram conseguidos sem o sacrifício dos direitos cívicos, o que demonstra não serem peculiares às formas autoritárias de governo. [...]

Condenamos, com firmeza, os erros, as corrupções e os abusos do regime transposto definitivamente em outubro de 1930. Mas se um desses abusos, aquele que antes de todos, deveria suscitar a Revolução foi precisamente o da hipertrofia do Poder Executivo, manifestação atávica do poder pessoal, nunca suficientemente condenado no Império e nos últimos tempos da chamada República Velha, caracterizado pela incidência da chefia suprema do Governo e da política nas mãos de um só homem, sempre desejoso de perpetuar-se mediante indicação de um sucessor; se, entre aqueles erros, os mais apontados entendiam como ludíbrio da opinião pública, traduzida em sufrágios, e com a opressão de estados de sítio ilegal se fizesse legal a sua perpetuidade e, por derradeiro, para obstar a hipertrofia do Poder Executivo, fosse este transformado em poder constitucional realmente único.”

Eles condenaram o autoritarismo, a falta de democracia e de liberdade. Eles prosseguiram o texto defendendo que é ilusória a tranquilidade e a paz que se tem no país, e que essas eram propícias aos negócios e ao comércio, mas nunca seria benéfica ao revigoreamento e à dignidade civil. Escreveram que o povo “reduzido ao silêncio e privado da faculdade de pensar e de opinar é um organismo corroído”. Denunciaram a suposta contradição existente no país desde que o Brasil declarou guerra ao Eixo. Sobre isso escreveram: “Se lutamos contra o fascismo, ao lado das Nações Unidas, para que a liberdade e a democracia sejam restituídas a todos os povos, certamente não pedimos demais reclamando para nós mesmos os direitos e as garantias que as caracterizam.”<sup>220</sup>

Virgílio de Mello Franco teve importante participação na elaboração do Manifesto dos Mineiros. Como já foi comentado, ele contribuiu na redação, na angariação de signatários e na distribuição do documento. Em entrevista concedida a Lúcia Hippólito, Afonso Arinos, irmão de Virgílio, afirmou que o manifesto teria sido ideia dele próprio, mas as articulações para sua feitura ficaram todas a cargo do irmão. Ele descreveu:

“O Virgílio era muito mais atuante do que eu no sentido da articulação política. Eu era talvez mais sugestivo do que ele, mas ele mais atuante do que eu. Então aquilo que eu tinha imaginado como uma simples hipótese, ele se atirou como uma presa em cima daquilo, como era do temperamento dele: obstinado e

---

<sup>220</sup>Manifesto dos Mineiros, nº de reg.: 4.928/80. Arquivo Virgílio de Mello Franco, CPDOC- FGV.



destemido, com capacidade de agremiação e tal. E ele centralizou as conversas aqui. Então começaram já os passos da redação.”<sup>221</sup>

Getúlio Vargas, em discurso proferido quando da inauguração do novo prédio do Ministério da Fazenda, a 10 de novembro de 1943, pouco tempo depois da divulgação do Manifesto, pronunciou que não havia tempo para “desperdiçar na interpretação de fórmulas ideológicas e no exame das conveniências políticas de simples finalidades eleitorais”. Chamou os signatários de “leguleios em férias”, conhecidos no cenário político “pelas suas tendências retardatárias”.<sup>222</sup>

O governo respondeu ao Manifesto dos Mineiros com retaliações.<sup>223</sup> Pessoas foram afastadas de seus cargos públicos, demitidas de empresas privadas.<sup>224</sup> Virgílio de Mello Franco foi exonerado de seu cargo de interventor do Banco Alemão Transatlântico. Ao saber disso, Virgílio escreveu carta a Getúlio Vargas em que disse:

“Logo que tive conhecimento, pelos jornais, do decreto que me exonera das funções de Interventor Federal no Banco Alemão Transatlântico. Se V.Exa. puder, ou quiser, se dar ao trabalho de ler a explicação que faço a seu Ministro [...] em relação ao desempenho que dei a missão que me foi confiado pelo governo, que eu aliás, só aceitei porque nos cumprimento de unidade teria reclamado da V. Exa. o meu direito de prestar ao país nesta situação e que todos

<sup>221</sup> Afonso Arinos - Manifesto dos Mineiros, Fita 1-A; 042, 14, p. 8. Arquivo Afonso Arinos, CPDOC-FGV.

<sup>222</sup> VARGAS, Getúlio- “A Nova Sede do Ministério da Fazenda”, in *A Nova Política do Brasil*, vol. X, Rio, José Olympio, 1944. Apud BENEVIDES, Maria Victoria. Op.cit., p. 36.

<sup>223</sup> Maria Victoria Benevides salienta que não houve, por parte do poder central, “nenhum tipo de sanção policial”. E acrescenta: “Isso confirma a situação privilegiada da elite”. (BENEVIDES, Maria Victoria. Op.cit., p. 36) No entanto, a análise das fontes apontam que houve retaliação pelo governo aos signatários do manifesto.

<sup>224</sup> Diversos banqueiros, signatário do Manifesto, sofreram as penas que foi possível impor-lhes. José Magalhães Pinto foi intimado a exonerar-se do cargo de diretor do Banco da Lavoura, a fim de que este não fosse também desapropriado. A mesma intimação receberam Cândido Naves e Gudesteu Pires, diretores do Banco de Comércio e Indústrias de Minas Gerais. De várias consultorias jurídicas foram demitidos ou aposentados: Afonso Arinos de Mello Franco (do Banco do Brasil); Milton Campos (da Caixa Econômica de Belo Horizonte); Mário Brant (do Banco Hipotecário Lar Brasileiro); Álvaro Mendes Pimentel (do cargo de advogado do Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais); Aduato Lúcio Cardoso (do Lóide Brasileiro); Ovídio de Andrade (do Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais e da Companhia Belgo-Mineira); Múcio Continentino (da Companhia Sul-Mineira de Eletricidade); Silvio Marinho (da Rede Mineira de Aviação). Afastados de seus cargos efetivos foram também diversos professores, como Tristão da Cunha, do Colégio Pedro II, e Bilac Pinto, da Faculdade Nacional de Direito, bem como funcionários ou profissionais de diferentes atividades. Entre outros, Antônio Neder, juiz de Direito em Mangaratiba; Otávio Murgel Dutra, da promotoria da Justiça Militar; Pedro Nava, médico da Assistência Municipal do Rio de Janeiro; Belmiro Medeiros Silva, escrivão da 5ª Vara Cível; Galba Moss Veloso, diretor do Instituto Raul Soares, de Belo Horizonte; José Maria Lopes Cançado, inspetor federal de ensino, e outros mais.

De firmas e empresas particulares, tiveram que se retirar Arthur Bernardes Filho (da Companhia de Seguros Equitativa), Augusto Couto, Antônio Vieira Cristo, Raul de Faria e mais alguns. Essas informações são encontradas em: NABUCO, Carolina. Op.cit., p. 150.

os membros da comunidade nacional tem o dever e direito de contribuir com os seus esforços em benefício da causa comum.”<sup>225</sup>

A biógrafa de Virgílio de Mello Franco relata que, “prevendo as dificuldades que seu nome poderia acarretar a diversas companhias privadas de que era diretor ou conselheiro, apresentou sua renúncia irrevogável à Companhia Nacional de Cimento Portland, ao Banco Brasileiro de Crédito, ao Banco Mercantil de São Paulo, à Companhia Miguel Tocantins e à Companhia Frigorífero Iguaçu”<sup>226</sup>.

Carolina Nabuco apresenta também na biografia “A Vida de Virgílio de Mello Franco”, que a origem do Manifesto dos Mineiros foi inspirada em um memorial escrito, na Argentina, por um grupo de destacados liberais. Neste documento eram defendidos princípios de *democracia efectiva y confraternización americana*, em momento que já se via apontar a ditadura na Argentina. A autora da biografia de Virgílio narra que no dia que chegou ao Rio de Janeiro, pela imprensa e pelo rádio, notícias do primeiro memorial argentino, Virgílio se encontrava, em seu escritório, com seu irmão Afonso Arinos, Odilon Braga, Magalhães Pinto e Antônio Neder. Durante o almoço, esse grupo discutiu a ideia de produzir documento deste tipo no Brasil.

Nabuco escreveu que Afonso Arinos, em discurso na Câmara, por ocasião da morte de Odilon Braga, relatou que foi em conversa no Banco do Brasil, onde ambos eram advogados, que surgiu entre eles a ideia de manifestarem em prol da democracia, mesmo que tal manifestação contasse apenas com poucos mineiros. A ideia foi adotada por Odilon Braga que se dedicou à redação do esboço. Virgílio de Mello Franco, empolgado com a proposta, redigiu um anteprojeto. Houve também um terceiro texto, este obra de Dario de Almeida Magalhães. Os anteprojetos foram discutidos em reunião na casa de Virgílio. Estiveram presentes Afonso Arinos, Odilon Braga, Luís Camilo de Oliveira Neto e Dario de Almeida Magalhães, cuja contribuição tomara também a forma de um texto completo.

Por fim, seria em almoço com a presença dos irmãos Mello Franco, de Dario de Almeida Magalhães, de Luís de Camilo de Oliveira Neto, José de Magalhães Pinto e Pedro Aleixo que o propósito fora consolidado. Decidiram dar a maior publicidade possível, em modo que a censura que o governo estabelecia, não conseguisse impedir.<sup>227</sup>

<sup>225</sup> Carta de Virgílio de Mello Franco a Getúlio Vargas, sem data, VMF c 43.11.00, Arquivo Virgílio de Mello Franco, CPDOC-FGV.

<sup>226</sup> NABUCO, Carolina. Op.cit., p. 151-152.

<sup>227</sup> Esta narrativa está em: NABUCO, Carolina. Op.cit., p. 136-137.

Maria Victoria Benevides apresenta outra origem do Manifesto dos Mineiros. No livro *A UDN e o Udenismo*, Benevides afirma que o documento foi resultado da conspiração iniciada a partir do Congresso Jurídico Nacional, realizado no Rio de Janeiro, em agosto de 1943. Nesse evento foi apresentado pela bancada mineira, com apoio das delegações carioca e baiana, tese sobre liberdades públicas. Esta foi sabotada por elementos governistas. A oposição abandonou o Congresso, surgindo, então, a ideia do Manifesto. Seus principais inspiradores foram Milton Campos, Virgílio de Mello Franco, Pedro Aleixo, Luís Camillo de Oliveira Neto, Afonso Arinos, Dario de Almeida Magalhães e Odilon Braga.<sup>228</sup>

Benevides, a partir da análise do livro *A campanha da UDN*, de autoria de Virgílio de Mello Franco, compreende que a motivação política da elaboração do Manifesto é mais realista, senão oportunista, “embora no discreto estilo das artes mineiras”.<sup>229</sup> Ela analisa que, quando a vitória dos aliados contra o Eixo parecia inevitável e Getúlio Vargas mostrava pretensões democratizantes, os mineiros tentaram recuperar a iniciativa política. Ela faz esta análise através do trecho escrito por Virgílio:

“Desvendando a transparente intenção do cônsul, os homens da resistência democrática, especialmente os de Minas conspiraram, a bem dizer, em segredo, para elaborar um Manifesto que logo se tornou conhecido com a denominação de Manifesto dos Mineiros. [...] Quando começou a mudar a sorte das batalhas e o imenso poderio militar e industrial americano passou a pesar na balança, o plano de nosso pequeno Napoleão III tornou-se de uma clareza meridiana. Ele surpreenderia o país com a mesma manobra de 1937, porém pelo avesso: no sentido da democracia.”<sup>230</sup>

Há na citação mostras da conspiração em segredo e da percepção por eles de que o Estado Novo dava mostras de retorno à democracia. No entanto, não se verifica que havia intenção, pelos mineiros, de recuperarem a iniciativa política do Brasil. Os signatários do Manifesto foram vários e diversos foram seus interesses na assinatura do documento, mas, de modo geral, não se pode afirmar que a intenção do manifesto seja este.

<sup>228</sup> Esta narrativa está em: BENEVIDES, Maria Victoria. *A UDN e o Udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. (Coleção Estudos Brasileiros; v. 51), p. 35.

<sup>229</sup> Idem.

<sup>230</sup> FRANCO, Virgílio de Mello. *A Campanha da UDN 1944-1945*. Zélio Valverde, 1946, p. 11. Apud BENEVIDES, Maria Victoria. Op.cit., p. 35.

Não há, ao longo do texto, proposta de derrubada do regime. Porém, há críticas ostensivas ao governo da época. Mesmo sem intenção concreta, o documento foi importante na história do Estado Novo. Ele foi a primeira manifestação pública de personalidades importantes de Minas Gerais, demonstrando a ruptura dessas figuras com Vargas e as estratégias criadas para burlar a censura.

Dias após a divulgação do Manifesto dos Mineiros, o presidente do Centro Acadêmico Onze de Agosto, da Faculdade de Direito de São Paulo, foi preso por manifestar ideias contrárias ao regime político do país. Em resposta, o Centro acadêmico publicou declaração de repúdio ao Estado Novo. Eles escreveram:

“Eis a razão que nos fez cumprir hoje o dever que muito adiamos. Eis porquê vimos, denunciar pública e solenemente o chamado ‘Estado Novo’ como regime político absolutamente incompatível com a democracia. Nós, os estudantes de Direito de São Paulo, temos como democrático o estado em que os cidadãos intervêm diretamente na investidura do poder, elegendo os seus governantes, fiscalizando eficientemente a sua atuação por intermédio de seus representantes do parlamento e pelo mais amplo e irrestrito Direito de crítica, através da liberdade de manifestação de pensamento em todas as formas, pela palavra escrita ou falada.

[...] Que venha as represálias. A nação brasileira saberá julgar-nos. [...] Esse manifesto foi redigido e assinado em 1º de novembro de 1943. Após esse fato a polícia de São Paulo depredou vergonhosamente o Centro Acadêmico XI de agosto, prendeu e espancou barbaramente moços indefesos.”<sup>231</sup>

É possível analisar que o Manifesto dos Mineiros foi relevante, entre várias razões já apresentadas, também por incentivar novas formas de manifestações, como o Manifesto dos Estudantes de Direito e, posteriormente, a Carta aos Brasileiros e a Declaração de Princípios do I Congresso Brasileiro de Escritores. Virgílio de Mello Franco, em seu livro *A campanha da UDN* chegou à mesma conclusão. Ele escreveu:

Do Manifesto Mineiro partiram todas as tentativas de articulação com os diferentes núcleos de resistência. Circularam os primeiros jornais clandestinos. O próprio Manifesto teve a sua divulgação proibida, mas circulou de mão em mão, suscitando outros projetos, como o de um Manifesto nacional. O nome do Brigadeiro Eduardo Gomes começou a aparecer como um signo até o dia em que, premido pela força das ideias, o grande soldado aquiesceu em sua candidatura. A notícia correu misteriosamente pelo país inteiro, chegou aos palácios governamentais, como uma sentença de morte. Em dezembro de 1944, a ditadura efetuava suas últimas prisões de natureza política. Alguns dos presos, que eram escritores, jornalistas e juristas, viram-se eleitos delegados do Distrito

---

<sup>231</sup> Manifesto dos estudantes de direito à nação brasileira, 1º de novembro de 1943, Arquivo Virgílio de Mello Franco, CPDOC-FGV.

Federal ao 1º Congresso Brasileiro de Escritores, que se encerrou declarando, em moção cuja leitura a assistência ouviu de pé, no Teatro Municipal de São Paulo, que era urgente adaptar a vida brasileira aos princípios democráticos.<sup>232</sup>

É, pois, este contexto de oposição ao Estado Novo e conspiração para sua derrubada que se compreenderá no próximo item.

### **1944, último ano do Estado Novo**

O ano de 1944 trouxera à Europa a vitória definitiva dos Aliados. Isto gerou no Brasil problemas ao governo autoritário. A oposição iniciou sua mobilização com objetivo concreto de derrubar o Estado Novo. Neste ano, personagens “ilustres”<sup>233</sup> do país pensaram em produzir manifesto nos moldes do Manifesto dos Mineiros, mas que se direcionaria a todos os brasileiros. Em carta de Virgílio de Mello Franco a Pedro Aleixo é possível avaliar a conspiração para a elaboração do documento:

Estou informado, pelos promotores do manifesto, que o documento será firmado por centenas de compatriotas, dos mais ilustres, em todos ou quase todos os estados do Brasil. Em S. Paulo, subscrevê-lo-ão os elementos mais representativos dos dois grandes partidos políticos; no Rio Grande do Sul, serão signatários elementos marcantes da antiga Frente Única; na Bahia, todos ou quase todos antigos parlamentares e professores das escolas superiores; em Pernambuco, antigos políticos, parlamentares, professores e intelectuais, e assim por diante. [...]

Sinto-me profundamente honrado com a prova de confiança que em mim depositaram os ilustres amigos, pretendendo-me a decisão definitiva.<sup>234</sup>

Virgílio de Mello Franco, assim como no Manifesto dos Mineiros, teve importante participação na conspiração para escrita deste documento, como é possível perceber na carta, quando ele agradece a confiança que os “ilustres” amigos depositaram, pretendendo a ele a decisão definitiva. No manifesto direcionado aos brasileiros foi denunciado contradição existente no apoio do Brasil às democracias, quando a política interna não a respeitava. Pediu-se a liberdade de pensamento, de imprensa, de direito de associação, sem exilados e presos políticos, sem medo da polícia secreta.<sup>235</sup> No entanto, o documento não foi publicado<sup>236</sup>.

<sup>232</sup> FRANCO, Virgílio de Mello. Op. Cit., p. 14-15.

<sup>233</sup> Segundo a carta de Virgílio de Mello Franco a Pedro Aleixo, 23 de abril de 1944. Arquivo Virgílio de Mello Franco, série Correspondências, CPDOC-FGV.

<sup>234</sup> Idem.

<sup>235</sup> Manifesto de assinatura de Frei Caneca aos “democratas do Brasil”. Arquivo Virgílio de Mello Franco, série Correspondências, CPDOC-FGV.

Ainda em 1944, em carta de autoria não identificada para o ministro da Guerra – Eurico Gaspar Dutra, é possível perceber que havia intenção de derrubada do Estado Novo através da colaboração do Exército. Na carta, foi escrito:

“Reflita V. Exa., Senhor General Dutra. Não há patriotismo nem espírito público em quem investe contra os extremismos e se locuplete com as vantagens do governo fascista que nos infelicita. [...] Só há um meio de por ordem no caos em que vivemos: RESTABELECER A LEGITIMIDADE DO PODER. Se V. Exa., em sua alta sabedoria e autoridade, não considera possível um plebiscito neste momento que, ao menos a coerência com os nossos aliados, se coloque o Brasil na estrada da Democracia, acabando com os órgãos característicos do totalitarismo, DASP, DIP e TRIBUNAL DE SEGURANÇA NACIONAL, instrumentos dóceis, facilmente manejáveis pelo ditador e sua família. SEM GOVERNO LEGAL NÓS NÃO TEREMOS ASSENTO A MESA DA PAZ. Sinta V. Exa. o momento histórico que atravessamos. O EXERCITO NACIONAL NÃO PODE CONTINUAR NO PAPEL DE VERDUGO DO POVO BRASILEIRO E DE EUNUÇOS OU JANISAROS do Sr. Vargas. SEJA O CAXIAS DA RESTAURAÇÃO DA LEGALIDADE, DA ORDEM E DA HONESTIDADE.” [grifo do autor da carta]<sup>237</sup>

Este documento, de 1944, é importante demonstração de conspiração com intuito de derrubar o Estado Novo. Solicitar ajuda ao ministro da Guerra para restabelecer a legitimidade do poder é pedir a atuação, ou pelo menos o apoio, das Forças Armadas contra o governo vigente.

João Mangabeira em discurso realizado em reunião solene do sete de abril de 1945, no auditório da Associação Brasileira de Imprensa, no Rio de Janeiro, afirmou que eram insubsistentes os rumores que circulavam de que o “movimento político democrático, que ergueu em toda a nação a candidatura do Major-Brigadeiro Eduardo Gomes, tenha o objetivo de chegar ao poder por meio de golpes ou revoluções”<sup>238</sup>.

Carolina Nabuco escreveu em seu livro *A vida de Virgílio de Mello Franco*, referindo-se aos participantes da União Democrática Nacional, que ninguém “entre os que se dispunham a trabalhar pela volta à democracia, pensava em consegui-la senão através da propaganda e persuasão. Nunca por um movimento armado. O país estava saturado de revoluções”<sup>239</sup>.

<sup>236</sup> Não foi encontrado documento ou relato que apresente a justificativa da não divulgação do documento.

<sup>237</sup> Carta sem identificação a Eurico Gaspar Dutra, VMFc 44.07.00/1, Arquivo Virgílio de Mello Franco, CPDOC-FGV.

<sup>238</sup> Citado em BENEVIDES, Maria Victoria. Op. cit., p. 26.

<sup>239</sup> NABUCO, Carolina. Op.cit., p. 158.

No entanto, a partir da leitura da carta enviada a Eurico Gaspar Dutra, a afirmação de Nabuco, bem como a de João Mangabeira são irreais. A oposição dava mostras, desde 1944, de acabar com o Estado Novo, mesmo se fosse através de golpe.

No final deste ano, Virgílio de Mello Franco, junto de Juracy Magalhães, Ari Parreiras, Prado Kelly e Juarez Távora, iniciaram a preparação para a fundação de partido nacional. O brigadeiro Eduardo Gomes seria o candidato à presidência da República. A escolha do sucessor foi devido, como analisou Maria Victoria Benevides, ele ter alto posto militar, legenda de herói e tradição de lutas democráticas aliadas a “nome limpo”, em todos os sentidos. Segundo ainda Benevides, “a candidatura do Brigadeiro resultara de decisão do movimento conspiratório de cúpula, ou seja, das articulações de dois políticos de expressão nacional, ambos de raízes tenentistas: Virgílio de Mello Franco e Juraci Magalhães.”<sup>240</sup>

Foi por causa dessas conspirações que Virgílio de Mello Franco foi preso em dezembro de 1944 quando regressava de viagem a São Paulo. Em carta a Pedro Aleixo, posteriormente escrita, ele narra sobre o período:

“Entre a assinatura do Manifesto e a famosa entrevista do Ministro José Américo, decorreu longo período, no qual nossas atividades tiveram de ocultar-se nas sombras do ‘underground’. [...] Se, porém, quiser você ouvir o Juracy Magalhães, o Juarez Távora, o Eduardo Gomes, o José Américo, certificar-se-á que eu, o Odilon, o Afonso, o Magalhães Pinto, o Luiz Camilo, estivemos em ação contínua, mantendo eu, em nome dos companheiros daqui e daí, contato ininterrupto com aqueles próceres da revolução de 30. A candidatura de Eduardo Gomes surgiu, preferentemente, de tais entendimentos.

Para confirmar o que digo, relembro que minha prisão foi determinada pelo fato de haver eu ido a S. Paulo congregar elementos que tornassem viável aquela candidatura. [...]

Antes mesmo de ser lançada de público, a candidatura Eduardo Gomes pareceu-nos que deveríamos preparar a organização, em Minas, do Partido que a deveria apoiar, uma vez que se achavam dissolvidos todos os partidos antigos, inclusive o P.R.M. e o Progressista. [...]

Com esse objetivo convocou você aí a primeira reunião de companheiros, ficando deliberado que o Dr. Bernardes, você, o Dario, eu, em comissão ficássemos incumbidos de organizar o novo partido. Recomendavam vocês, ainda, que, no caso de estarmos de acordo, fossem convidados a participar da aludida comissão o Afonso Penna e o Odilon Braga.”<sup>241</sup>

<sup>240</sup> BENEVIDES, Maria Victoria. Op. cit., p. 4.

<sup>241</sup> Carta de Virgílio a Pedro Aleixo, sem data, agosto de 1945. Arquivo Virgílio de Mello Franco, série Correspondências, CPDOC-FGV.

Na carta é demonstrada a importância de Virgílio de Mello Franco na fundação da União Democrática Nacional. Ele foi um dos articuladores de sua criação e também da candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes para a sucessão presidencial. É importante perceber que a conspiração para a fundação de partido nacional e a escolha de candidato para presidente da República antecede a proclamação de que haveria eleições.

As condições conjunturais e sob as quais se processou a criação dos novos partidos políticos começou a se delinear em fins de 1944 e início de 1945, quando as pressões da sociedade civil contra o Estado Novo atingiram seu ápice. Foi em 31 de dezembro de 1944, no banquete de passagem de ano oferecido pelas Forças Armadas que Getúlio Vargas anunciou oficialmente à nação que realizaria, em breve, reforma constitucional, a qual era necessária para a igualmente breve realização das eleições que conduziriam à redemocratização do Brasil.

### **O I Congresso Brasileiro de Escritores e a luta contra a censura**

O ano 1945 começou, portanto, com a proclamação de eleições em breve. O Estado Novo dava mostras de esgotamento. A oposição soube aproveitar dessa conjuntura e intensificou sua mobilização visando o fim da ditadura. Entre os dias 22 e 26 de janeiro deste ano ocorreu o I Congresso Brasileiro de Escritores. O evento contou com a participação de importantes personagens da vida pública do país e clamou por liberdade de expressão e sufrágio universal, direto e secreto.

Foi produzida no I Congresso Brasileiro de Escritores declaração que apresentou a necessidade do Brasil retornar aos princípios democráticos. No documento defendeu-se a legalidade democrática como garantia da completa liberdade de expressão do pensamento, da liberdade de culto, da segurança contra o temor da violência, e do direito a existência digna. Defendeu-se também a instalação de governo eleito pelo povo mediante o sufrágio universal direto e secreto. E, por fim, o pleno exercício da soberania popular em todas as nações como forma de garantir a paz e a cooperação internacional, assim como a independência econômica dos povos.<sup>242</sup> Virgílio de Mello Franco participou do evento fazendo seu discurso de abertura. Ele pronunciou:

“A tarefa do I Congresso Brasileiro de Escritores é precisamente a de definir e unificar a posição da inteligência brasileira diante dos problemas do seu tempo, especialmente o da estruturação institucional do país. [...]

---

<sup>242</sup> Participaram de sua redação Caio Prado Júnior, José Eduardo Prado Kelly, Alberto Guimarães Passos e Hermes Lima.



A colaboração com as ditaduras significa, para nós, uma conspiração contra a restauração do princípio jurídico da organização do Estado e da regeneração do sistema democrático de vida dos nossos países sul-americanos. Não vemos, portanto, isenção nessa corrente. Cumplicidade, eis o que ela traduz. Tal é o nosso pensamento sobre as relações entre os Estados Unidos e o Brasil, e por isto julgo interpretar bem o mandato que me foi conferido ao manifestar aqui esse pensamento, que é o da grande maioria dos escritores brasileiros. Assim colocamos a questão para que, juntos, possamos salvar o sagrado futuro da nossa amizade, a obra comum dos nossos antepassados, partindo do princípio de que só se entendem os povos livres. Queremos preservar a nossa união pela fidelidade aos propósitos comuns de liberdade e de justiça. Só assim teremos cumprido o dever que constitui uma das razões deste I Congresso Brasileiro de Escritores.”<sup>243</sup>

Ao contrário do Manifesto dos Mineiros, que foi importante documento subversivo contra o Estado Novo, mas que não apresentou real intenção de derrubada do regime, o I Congresso Brasileiro de Escritores teve o intuito de aglutinar forças para a luta pela redemocratização do Brasil. Foi proposta a conscientização e organização social para se opor ao regime autoritário. O evento foi, portanto, relevante no contexto de derrubada do Estado Novo. Foi manifestação com intenção de agremiar forças para lutar pelo seu fim e reuniu mais de duzentos intelectuais brasileiros e internacionais. Participaram também as agremiações Sociedade Brasileira de Autores Teatrais, Sociedade Amigos de Alberto Torres, o Conselho Bibliotecário de São Paulo, Academia Carioca de Letras, Academia Paulista de Letras, Sindicato dos Jornalistas Profissionais, União Nacional dos Estudantes, Pen Clube do Brasil, Liceu Literário Português e a Sociedade dos Homens de Letras do Brasil.

Percebendo a importância do I Congresso Brasileiro de Escritores é possível analisar a influência de Virgílio de Mello Franco na luta pela redemocratização do Brasil, visto que ele fez o discurso de abertura do evento. Entre diversos intelectuais no país, Virgílio foi o escolhido. Isto não foi ocasional, demonstrando o reconhecimento político que ele tinha.

Logo após o I Congresso Brasileiro de Escritores, grupo composto de jornalistas se reuniu para empenhar forças no sentido de pôr fim à censura e restituir à liberdade de imprensa no Brasil. Carolina Nabuco relata que Virgílio de Mello Franco, junto de Luís Camilo, propôs acordo entre todos os jornais do Rio de Janeiro para que fizessem rebelião. Todos deveriam estampar, no mesmo dia, notícia que fosse vedada pela

---

<sup>243</sup> Documento sobre o I Congresso Brasileiro de Escritores. VMF pi 45.01.00/2, Arquivo Virgílio de Mello Franco, CPDOC-FGV.

Divisão de Censura ou não submetida a ela. “Em frente de um movimento conjunto, não seria possível ao Ditador usar o recurso habitual de fechar ou fazer empastelar o jornal culpado”.<sup>244</sup>

Em oito de fevereiro de 1945 realizou-se almoço na sede da Associação Brasileira de Imprensa. Neste encontro compareceram diversos jornalistas e intelectuais do Rio de Janeiro. Estiveram presentes Paulo Filho (*Correio da Manhã*), Ozéas Motta (*Vanguarda*), Roberto Marinho (*O Globo*), Candido Campos (*A Notícia*), Macedo Soares, Danton Jobim (*Diário Carioca*), Georgino Avelino (*Portaria do Jockey Club*), Horácio de Carvalho Junior (*Diário Carioca*), Austregesilo Athayse (*Diário da Noite*), Virgílio Mello Franco, Herbert Moses (Associação Brasileira de Escritores), Mario Alves (*Correio da Manhã*), Horacio Cartier. Os convidados, mas que não compareceram, foram: Embaixador Adolf A. Berle Jr., Mario Magalhães, Costa Rego (*Correio da Manhã*), Elmano Cardim (*Jornal do Comércio*), Conde Pereira Carneiro (*Jornal do Brasil*), Barbosa Lima Sobrinho, Paulo Betterncourt (*Correio da Noite*). Faltaram responder Assim Chateaubriand (*Diários Associados*), que estava em viagem a São Paulo, e Leão Gondim de Oliveira.

Carolina Nabuco relata que certo dia apareceu no escritório de Virgílio de Mello Franco um jornalista moço e cujo talento impressionou-o à primeira vista. O jovem procurou Virgílio, pois soubera que ele estava empenhado na luta pelo fim do Estado Novo e apresentou-se para auxiliá-lo. O jornalista era Carlos Lacerda. Eles, junto dos outros jornalistas que participaram da reunião na Associação Brasileira de Imprensa, pensaram em modo de romper com a censura.

Assim, em 22 de fevereiro de 1945, o *Correio da Manhã*, arriscando-se a ser fechado, publicou entrevista de José Américo de Almeida concedida ao jornalista Carlos Lacerda. José Américo exigiu eleições livres e anunciou que já havia candidato à sucessão presidencial. Após a publicação, vários jornais procuraram José Américo para saber quem seria o candidato. A informação foi concedida a *O Globo*, que publicou o nome do brigadeiro Eduardo Gomes para candidato à sucessão presidencial. Segundo Jorge Ferreira, “a entrevista sinalizou à sociedade que os censores do DIP haviam se afastado das redações dos jornais. A ditadura dera sinais de cansaço”.<sup>245</sup>

<sup>244</sup> NABUCO, Carolina. Op cit., p. 165

<sup>245</sup> FERREIRA, Jorge. “Quando os trabalhadores “querem”: política e cidadania na transição democrática de 1945”. In: *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964*. Editora Record, 2005. p. 21-22.

O Estado Novo que já havia apresentando mostras de esgotamento, com a perda de um de seus importantes alicerces para sua permanência – a censura – estava com seus dias contados. Segundo Otávio Dulci, “o fim da censura representou, objetivamente, o fim da ditadura”<sup>246</sup>. Sobre a censura como pilastra do Estado Novo, Virgílio de Mello Franco se posicionou:

“Liberdade de imprensa implica liberdade de crítica. Ora, a ditadura não era capaz – como ficou depois demonstrado – de viver com liberdade de crítica. Por isto, a pouco e pouco, foi tentando vários expedientes para, novamente, amordaçar os jornais. Os últimos deles foram a decretação da chamada ‘Lei Malaia’, a que me referirei mais adiante, e a suspensão do fornecimento de papel ao ‘Diário Carioca’.”<sup>247</sup>

O pensamento de Virgílio de Mello Franco sobre a importância da censura para manter o Estado Novo é a visão da oposição sobre esse regime político. Virgílio criticou a falta de liberdade de imprensa ocorrida durante o Estado Novo e concluiu que a ditadura não era capaz de se manter com liberdade de crítica.

### **Os novos partidos políticos**

Vargas deu início ao processo de transição democrática. Em 28 de fevereiro foi promulgada a Lei Constitucional nº 9, que fixou o prazo de noventa dias para que fossem marcadas as eleições e determinou a elaboração de lei eleitoral. O código eleitoral do mês de maio de 1945, elaborado sob a supervisão do Ministro da Justiça Agamenon Magalhães, determinou que os novos partidos políticos devessem ter caráter nacional. Isto rompeu com a tradição política brasileira, que se constituía através de partidos regionais, o que permitia a oligarquização dos poderes públicos. O Decreto-Lei 7.586/1945 determinou:

“Art. 109. Toda associação de, pelo menos, dez mil eleitores, de cinco ou mais circunscrições eleitorais, que tiver adquirido personalidade jurídica nos termos do Código Civil, será considerada partido político nacional.  
Art. 110. Os partidos políticos serão registrados no Tribunal Superior e os seus diretórios – órgãos executivos estaduais – nos Tribunais Regionais.

<sup>246</sup> DULCI, Otávio Soares. *A UDN e o anti-populismo no Brasil*. Editora UFMG/PROED, 1986.p. 71

<sup>247</sup> FRANCO, Virgílio de Mello. *A campanha da UDN*. Editora Zélio Valverde, 1946, p. 22.

§ 1º Só podem ser admitidos a registro os partidos políticos de âmbito nacional.<sup>248</sup>

Para obter o registro de partido político nacional era necessário ter, no mínimo, dez mil assinaturas de eleitores, em cinco estados. Os partidos deveriam alcançar os níveis municipal, estadual e nacional.<sup>249</sup> Entre os partidos fundados estavam o Partido Social Democrático (PSD), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e a União Democrática Nacional (UDN) que dominaram o jogo político no Brasil durante os anos da experiência democrática (1945-1964).

A União Democrática Nacional foi oficialmente fundada em sete de abril de 1945.<sup>250</sup> Ela foi criada como movimento, frente de oposição, reunindo de antigos partidos estaduais e aliança política entre novos parceiros. A frente de oposição surgiu como movimento agregador das mais variadas tendências políticas e raízes históricas. Personagens como Arthur Bernardes – político que simbolizava a Primeira República, as quais foram combatidas na Revolução de 1930 –, Ademar de Barros – ex-interventor de São Paulo, e que não tinha a confiança das elites paulistas – e Osvaldo Aranha – amigo e aliado de Getúlio Vargas, ex-ministro das Relações Exteriores.

Visando identificar e compreender a diversificação que compunham a União Democrática Nacional, Maria Victoria Benevides dividiu os participantes em cinco categorias que indicam as origens, posições políticas e alianças. Tratam-se, então, das oligarquias destronadas com a Revolução de 1930; os antigos aliados de Getúlio Vargas, marginalizados após 1930 ou 1937; os que participaram do Estado Novo e se afastaram antes de 1945; os grupos liberais com forte indicação regional; as esquerdas. Todos, no entanto, tinham objetivo comum de apressar a queda de Vargas e suprimir

<sup>248</sup> Decreto-lei n. 7.586 de 28 de maio de 1945. Senado Federal, Subsecretaria de Informações. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=12285&norma=26767>. Visualizado em 6 de setembro de 2014.

<sup>249</sup> Foram fundados: União Democrática Nacional (UDN), Partido Social Democrático (PSD), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido Comunista (PC), Partido Social Progressista (PSP), Partido Republicano (PR), Partido Libertador (PL), Partido Democrata Cristão (PDC), Partido de Representação Popular (PRP), Partido Trabalhista Nacional (PTN), Partido Social Trabalhista (PST), Partido Republicano Trabalhista (PRT), Partido Socialista Brasileiro (PSB) e Movimento Trabalhista Renovador (MTR). Esses foram os partidos políticos que existiram no Brasil, com pequenas alterações, até 1965, quando todos os partidos políticos existentes no País foram extintos pelo Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965. Os registros dos partidos políticos e seus estatutos, manifestos, programas e compromissos estão disponíveis no site do Tribunal Superior Eleitoral. Visto em: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/registros-de-partidos-politicos-1945-a-1979>. Acessado no dia 6 de setembro de 2014.

<sup>250</sup> A escolha pelo sete de abril de 1945 foi para lembrar o outro sete de abril, de 1831, festejada data do liberalismo brasileiro.

seu regime político.<sup>251</sup> Virgílio de Mello Franco estava enquadrado na categoria dos antigos aliados de Vargas e que foram marginalizados ao longo do processo político.

Virgílio de Mello Franco foi personagem importante da União Democrática Nacional em seus primeiros anos. Além de participar da fundação do partido e da candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes, foi durante os anos 1945 e 1946 o secretário-geral do partido. Era, portanto, chefe responsável da campanha eleitoral, escolhido pelo candidato à presidente.<sup>252</sup>

O Partido Social Democrático (PSD), fundado em 17 de julho de 1945, teve sob sua liderança os interventores. Foi vinculado a Getúlio Vargas e constituiu-se como partido de centro, moderado, adepto dos princípios da democracia-liberal, mas também conservador. Sua fundação fora articulada desde o início do ano 1945. Em março já era sabido que o partido apoiaria o nome do ministro da Guerra, general Eurico Gaspar Dutra, como candidato à presidência da República. No dia três de abril, Dutra falou pela primeira vez como candidato, e no dia cinco foi organizada a comissão que elaboraria o programa do PSD.<sup>253</sup>

O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), fundado em 15 de maio de 1945, reuniu, sob a coordenação do Ministério do Trabalho, basicamente operários urbanos e sindicatos. Foi criado para atender os interesses dos trabalhadores. Por longos anos consagrou-se como veículo de atendimento aos interesses das pressões populares e condicionador do potencial reivindicativo e político dos trabalhadores. No contexto das eleições de 1945 o PTB não lançou candidato para presidente da República. No entanto, o apoio que o partido deu ao general Eurico Gaspar foi decisivo para sua vitória.<sup>254</sup>

Os três principais partidos eram relacionados ao getulismo e ao trabalhismo, seja por meio de apoio ou de oposição. Segundo Lucília de Almeida Neves Delgado:

“Entre as diferentes agremiações que se organizaram a partir da Lei Agamenon, três se destacaram e ocuparam o espaço da cena pública: a União Democrática Nacional (UDN), o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Esses partidos formaram uma estrutura triangular de poder e de disputa pelo poder. Todavia, durante os treze primeiros anos de sua

---

<sup>251</sup> BENEVIDES, Maria Victoria. Op.cit., p. 29-30.

<sup>252</sup> Informações disponíveis na ata de fundação da União Democrática Nacional.

<sup>253</sup> Para mais, ver: HIPOLITO, Lucia. *PSD e a experiência democrática brasileira (1945-64)*. Editora Paz e Terra, 1985.

<sup>254</sup> Para mais, ver: GOMES, Ângela Maria de Castro; D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. *Getulismo e trabalhismo: tensões e dimensões do Partido Trabalhista Brasileiro*. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1987; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *PTB. Do getulismo ao reformismo (1945-1964)*. São Paulo, Marco Zero, 1989.

existência, representaram duas forças nítidas e opostas que atuavam no cenário da vida nacional: o getulismo, incorporado e defendido principalmente pelo PTB, mas também apoiado pelo PSD, embora com menor ênfase e com estratégia peculiar; e o antigetulismo, que fez da UDN seu principal ancoradouro e baluarte.”<sup>255</sup>

### **O movimento queremista e o fim da ditadura**

Em dois de março de 1945, menos de dez dias após a entrevista de José Américo de Almeida, estudantes universitários filiados ao Centro Acadêmico Onze de Agosto promoveram comício na Praça da Sé, em São Paulo. Pregaram o fim do Estado Novo e a saída de Getúlio Vargas da presidência da República. No entanto, centenas de pessoas, de aparência humilde, chegaram à praça e começaram a vaiar os manifestantes. Em resposta, Rui Nazareth, presidente do Centro Acadêmico, aumentou os insultos a Vargas. Os trabalhadores, revoltados, gritavam: “Viva os trabalhadores!”, “Abaixo o P. R. P.” e “Nós queremos Getúlio”. A multidão, então, dominou a praça e os estudantes dispersaram.<sup>256</sup>

Foi nesse contexto de críticas ao governo e à personificação de Getúlio Vargas que o movimento queremista surgiu. Ele pode ser entendido como resposta dos trabalhadores em defesa da continuidade de Vargas na presidência da República.

Nos meses seguintes foi notada intensificação do movimento pela continuidade de Getúlio Vargas no poder. Fizeram parte trabalhadores, empresários que enriqueceram durante seu governo e muitos políticos. O Ministério do Trabalho deu apoio logístico ao queremismo. Contou, inclusive com o apoio dos comunistas. Sobre a participação dos comunistas no queremismo, Virgílio de Mello Franco, em carta a Pedro Aleixo, manifestou sua opinião:

“Julgo que devemos tentar agora desvanecer a nuvem de fumaça que a dupla Prestes- Getúlio espalha acentuando, cada vez mais a contradição entre as duas atitudes, até que o Exército, a Marinha e a Aeronáutica consigam ver claramente nos intuitos “Queremos-comunistas”, mediante provas concludentes da sua solécia e má fé. Este esforço, ligado ao que vocês estão fazendo numa

<sup>255</sup> DELGADO, Lucília de Almeida Neves. “Partidos políticos e frentes parlamentares”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2013.

<sup>256</sup> Para mais, ver: FERREIRA, Jorge. “Quando os trabalhadores “querem”: política e cidadania na transição democrática de 1945”. In: *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964*.

campanha verdadeiramente exemplar, pode nos dar a vitória completa e decisiva.”<sup>257</sup>

Virgílio apresentou na carta sua ideia de propagandear que a dupla Prestes-Getúlio era contraditória. Pretendia-se mostrar isso principalmente ao Exército, Marinha e Aeronáutica. Pode-se entender que ele almejava ter o apoio dessas forças para executar golpe, caso necessário, como ocorreu em novembro de 1945 para retirar Vargas do poder da República.

É notável que a população se identificava com Getúlio Vargas e desejava a permanência dele no poder. Através da nota no jornal *A Democracia* é possível compreender o sentimento e pensamento da população pró Getulio Vargas:

“Estão aí, como se sabe, dois candidatos à presidência, os senhores Eduardo Gomes e Eurico Dutra, e um terceiro, o senhor Getúlio Vargas, que deve ser candidato de algum grupo político oculto, mas é também, o candidato popular. Porque há dois ‘queremos’: o ‘queremos’ dos que querem ver se continuam nas posições e o ‘queremos’ popular... Afinal o que é que o senhor Getúlio Vargas é?

É fascista? É comunista? É ateu? É cristão? Quer sair? Quer ficar?

O povo, entretanto, parece que gosta dele por isso mesmo, porque ele é ‘a moda da casa’.”<sup>258</sup>

Ângela de Castro Gomes e Maria Celina D’Araujo defendem que o Queremismo foi resultado do suporte ideológico do trabalhismo,<sup>259</sup> o qual se consagrou pelas conquistas de direitos dos trabalhadores através da Consolidação das Leis Trabalhistas, e pela ampliação das indústrias que gerou crescimento econômico.

Jorge Ferreira corrobora a tese de Ângela de Castro Gomes e Maria Celina D’Araújo. Ele defende que o prestígio de Getúlio Vargas está vinculado à gratidão gerada através de troca simbólica, existente, principalmente, devido à conquista das leis sociais pelos trabalhadores. Segundo Ferreira:

“O impacto das leis sociais entre os assalariados não pode ser minimizado. Sem alguma repercussão em suas vivências, o governo Vargas não teria alcançado o prestígio que obteve entre os trabalhadores, mesmo com a avassaladora divulgação de sua imagem patrocinada pelo DIP. [...] O ‘mito’ Vargas não foi

<sup>257</sup> Carta de Virgílio a Pedro Aleixo, 9 de setembro de 1945. Arquivo Virgílio de Mello Franco, série Correspondências. CPDOC-FGV.

<sup>258</sup> *A Democracia*, 16 de setembro de 1945, apud Gomes; D’Araujo, 1987, p. 23

<sup>259</sup> GOMES, Ângela Maria de Castro; D’ARAÚJO, Maria Celina Soares. *Getulismo e Trabalhismo: Tensões e dimensões do Partido Trabalhista Brasileiro*. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1987.

criado simplesmente na esteira da vasta propaganda política, ideológica e doutrinária veiculada pelo Estado. Não há propaganda, por mais elaborada, sofisticada e massificante, que sustente uma personalidade pública por tantas décadas sem realizações que beneficiem, em termos materiais e simbólicos, o cotidiano da sociedade. O ‘mito’ Vargas – e o movimento que decorre dele, o queremismo – expressava um conjunto de experiências que, longe de se basear em promessas irrealizáveis, fundamentadas tão somente em imagens e discursos vazios, alterou a vida dos trabalhadores.”<sup>260</sup>

A oposição ao Estado Novo, agremiada na União Democrática Nacional, conscientes da importância atribuída pelos trabalhadores das leis sociais promulgadas por Vargas, tentou desvincular a imagem do Presidente com os benefícios que eles conquistaram com a legislação trabalhista. Carlos Lacerda, um dos principais líderes da UDN, em comício promovido pela União Nacional dos Estudantes (UNE), no Rio de Janeiro, discursou que a legislação trabalhista não era obra da ditadura, mas de uma revolução liberal. O Estado Novo tinha suprimido as liberdades do operariado, reduzindo os sindicatos a “simples máquina fascista”.<sup>261</sup>

É possível notar que seu discurso tenta desvincular as leis trabalhistas da personificação de Getúlio Vargas e menosprezá-las. Virgílio de Mello Franco segue a mesma posição de Carlos Lacerda. Em *A Campanha da UDN*, ele relata:

“O povo, empobrecido continuamente, foi também deseducado politicamente e, de maneira geral, mantido na ignorância, embrutecido pela miséria, envenenado pela propaganda.

Dessa propaganda um exemplo é significativo: a que dava o sr. Vargas como ‘pai dos pobres’ e criador da legislação brasileira do trabalho e da previdência social.

Bem sabemos todos nós que ao cônsul Vargas e ao sistema que concretizava sua concepção do Estado é que devemos a transformação dos sindicatos de realidades vivas, órgãos livres de expressão democrática, em simples máquinas burocráticas, emanadas do Estado. Mas a propaganda aliviada à criação dos sindicatos o nome do homem que tirara aos operários a liberdade sindical e o direito de greve.”<sup>262</sup>

Virgílio nesse comentário acreditava que o povo fora iludido, “envenenado” pela propaganda do Departamento de Imprensa e Propaganda do Estado Novo. O DIP apresentava Vargas como “pai dos pobres” e criador da legislação trabalhista. Esta era a

<sup>260</sup> “Quando os trabalhadores “querem”: política e cidadania na transição democrática de 1945”. In: *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964*, Civilização Brasileira, 2005.p. 31.

<sup>261</sup> *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, 8 de março de 1945, p. 3, apud Idem, p. 23.

<sup>262</sup> FRANCO, Virgílio de Mello. Op. cit., p. 53-54.



versão liberal para explicar o apoio popular a Vargas. Esse relato foi escrito em 1946. Virgílio estava, pois, ressentido com a derrota do brigadeiro Eduardo Gomes e procurando justificativas para a vitória de Dutra. Para ele, o povo havia sido enganado. Ele não compreendia as intenções dos trabalhadores.

Em abril de 1945, a Federação dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro publicou nota nos jornais convocando seus filiados a comparecerem nas comemorações do Dia do Trabalho, no estádio de São Januário. Ao concluir a nota, escreveu: “a legislação trabalhista é obra do presidente Vargas” e não passa de atitude ridícula e de má-fé a “oposição democrática” transformar “um velho assalariado do capitalismo internacional” – Eduardo Gomes – “em patrono do operariado”<sup>263</sup>

Dessa forma, pode-se entender o quererismo como manifestação de uma identidade coletiva dos trabalhadores, a qual era orientada por sentimento de liberdade, reconhecimento e gratidão para com Getúlio Vargas. É compreendido que a relação entre Estado e sociedade no período do Estado Novo foi orientada por lógica de reciprocidade e reconhecimento por ganhos materiais e simbólicos que o governo orientou.

Diante da variedade dos quadros da UDN, que incluía políticos dominantes do período anterior a Revolução de 1930, na qual, como já abordado, foi caracterizado pelo *liberalismo oligárquico*, o partido foi considerado pela população como desejoso de reconquistar o poder que perdeu desde a Revolução. Assim, a UDN era vista como pretensiosa a voltar ao passado – ao tempo do voto de cabresto, das longas jornadas de trabalho, dos péssimos salários. Ela não vinha, pois, salvar a população de um governo autoritário, fascista, manipulador, violento – como a UDN acusava o regime de Vargas. O partido, com a vitória, poderia levar o Brasil, e os trabalhadores, às condições de vida do passado – do anterior ao governo Vargas.

A impressão elitista que se tinha sobre a União Democrática Nacional era corroborada com os participantes dos comícios. Segundo relato de Hermes Lima sobre comício realizado no Pacaembu, em São Paulo, no dia 16 de junho de 1945, quando o brigadeiro Eduardo Gomes apresentou a plataforma da UDN,

“ao entrar no estádio fiquei aterrado. Repletas as sociais de um público seletivo, elegante mesmo, em que se destacava numeroso concurso de senhoras, de chapéu e calçando luvas, mas as gerais vazias. Era um espetáculo politicamente

---

<sup>263</sup> *O Radical*, Rio de Janeiro, 11 de abril de 1945, 1ª página, apud FERREIRA, Jorge (2005). Op. cit., p. 30.

confrangedor, a enorme praça de esportes, metade morta, metade bem composta, até nas palmas com que saudou o candidato e lhe aplaudiu o discurso.”<sup>264</sup>

A campanha do Brigadeiro foi intensamente acompanhada pela imprensa. Em São Paulo o jornal O Estado de São Paulo, e no Rio de Janeiro o Correio da Manhã, o Diário Carioca, o Diário de Notícias, reproduziam os discursos do brigadeiro Eduardo Gomes pelas cidades. Os Diários Associados, de Assis Chateaubriand, patrocinaram a campanha do candidato pelo país inteiro. Deveu-se à imprensa, a construção da imagem positiva do Brigadeiro e, sobretudo, o clima otimista em relação à vitória nas eleições. No entanto, o movimento parecia ao avesso. Conforme caía a ditadura, aumentava o prestígio do ditador.

Foi sob essa conjuntura de incertezas e crença na candidatura de Getúlio Vargas para continuidade na presidência da República que foi promulgado o Decreto-lei nº 8.063. Ele alterava o que havia sido previsto na Lei Constitucional nº 9. Antecipava as eleições estaduais para dois de dezembro. Dessa forma, elas aconteceriam junto com as eleições para a presidência. A oposição interpretou esse decreto como afronta. Getúlio Vargas, segundo a oposição, poderia eleger, sob sua égide, não só o Congresso federal, como também as assembleias e os governadores estaduais. Com o apoio dessas forças políticas, Getúlio Vargas poderia se manter na presidência.

O estopim para a oposição foi quando Getúlio Vargas nomeou Benjamin Vargas, seu irmão, para Chefe de Polícia. Assim, em 29 de novembro de 1945, lideranças do Exército derrubaram Vargas do poder. Era o fim do Estado Novo. Entregaram o governo da República ao presidente do Supremo Tribunal Federal. Virgílio de Mello Franco relatou sobre o episódio:

“De fato, na segunda feira, 29, dia em que regressou do Sul o Brigadeiro Eduardo Gomes, a cidade amanheceu cheia de apreensões, com uma notícia que circulava de boca em boca: seria nomeado chefe de polícia, naquele mesmo dia, o sr. Benjamin Vargas, cujo único título, além do de ser irmão do Ditador, era o de chefiar a malta que espancava, prendia e humilhava, em plena capital da República, os desafetos do Governo. [...]

Uma vez confirmado o ato, as classes armadas, movidas pelo nobre instinto de defesa de toda a sociedade ameaçada, levantaram-se contra o beneficiário do regime de 10 de novembro, que em nome delas fora instalado.[...]

Nessa emergência, o Exército, a Marinha e a Aeronáutica mostraram-se mais dignos do que nunca da confiança nacional, assumindo a responsabilidade de derrubar o regime constituído pela força e que só pela força podia terminar. [...]

---

<sup>264</sup> Citado em BENEVIDES, Maria Victoria. Op.cit., p. 45.

Imediatamente empossada pelas classes armadas na Presidência da República, a única autoridade legítima que ainda nos restava- o chefe do Poder Judiciário -, o Brasil amanheceu, a 30 de Outubro, convencido de que teria ‘eleições livres e honestas’ e que, destas, resultaria fatalmente a vitória do Major Brigadeiro Eduardo Gomes, único compatriota que, no momento, parecia capaz de forjar uma nação, afinal unida no crisol do sofrimento.”<sup>265</sup>

Virgílio relatou o golpe para pôr fim ao Estado Novo e depor Getúlio Vargas como ato nobre. Justificou o ato com a nomeação de Benjamin Vargas para Chefe de Polícia. Elogiou o Exército, a Marinha e a Aeronáutica. Apresentou-os como dignos da confiança nacional, fizeram o que era necessário para que houvesse “eleições livres e honestas”.

Sobre o dia que ocorreu o golpe, Raimundo Magalhães Júnior narrou, no Diário de Notícias, sua chegada à presença de Virgílio. Ele descreveu que Virgílio de Mello Franco estava calmo, sorrindo, como se soubesse dos segredos acerca dos entendimentos militares. Estava convicto de que a ditadura não passaria daquele dia e que não precisaria que civis pegassem em armas. O jornalista escreveu, ainda, que Virgílio era um dos homens que mais haviam trabalhado pela redemocratização do país, desafiando Vargas. Estaria, pois, na lista negra do novo chefe de polícia. Ainda assim, Virgílio, estava imperturbável, “como se sua vida não estivesse em jogo”.<sup>266</sup>

A deposição de Getúlio Vargas gerou alterações no calendário eleitoral. O Decreto-lei que antecipava as eleições para governador de estado foi revogado. Mudaram para a data original – maio de 1946. A Lei Malaia, de Agamenon Magalhães, também foi revogada. Decidiu-se que seria convocada Assembleia Nacional Constituinte (Lei Constitucional nº 13 de 12/11/1945).

Diante deste quadro político, o Partido Comunista, que até então havia participado do Queremismo e manifestado seu apoio à continuidade de Getúlio Vargas no poder, reformulou suas diretrizes. Lançou, então, Yedo Fiúza para candidato a presidência da República.

É também neste contexto que a posição do PTB se tornou crucial. Segundo Ângela de Castro Gomes e Maria Celina D’Araújo, “de seu apoio poderia depender a eleição de Dutra, o fortalecimento maior ou menor do Partido Comunista ou, até mesmo, a eleição do Brigadeiro. E é, de fato, extremamente confusa a posição do

---

<sup>265</sup> FRANCO, Virgílio de Mello. Op.cit., p. 48-49.

<sup>266</sup> Esta narrativa está em: NABUCO, Carolina. Op.cit., p. 192.

PTB”.<sup>267</sup> O Partido Trabalhista Brasileiro e o Partido Social Democrata firmaram, então, acordo que foi decisivo para a vitória de Dutra para presidente da República. O candidato pessedista comprometia-se a respeitar o programa do PTB e, caso eleito, escolher nos quadros do Partido seu Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio. Em troca, o Partido Trabalhista Brasileiro apoiaria a candidatura do general Eurico Gaspar Dutra.

A campanha pró-Dutra crescia. Seus principais articuladores eram Hugo Borghi, José Junqueira e Nelson Fernandes. É nessa conjuntura que surge a campanha do “marmiteiro”. Em discurso, Eduardo Gomes disse que não precisava de votos dessa “malta” que participou dos comícios queremistas. Hugo Borghi, líder queremista, verificou no dicionário que “malta” é um dos sinônimos possíveis para “marmiteiro” – termo que relacionava à condição do trabalhador. A campanha, então, carregava o significado do candidato udenista ser elitista, o qual não precisaria dos votos dos trabalhadores.

A candidatura de Dutra não havia entusiasmado o eleitorado. Era preciso da posição de Getúlio Vargas, que ele indicasse em quem votar. Foi próximo das eleições que ele pronunciou:

A abstenção é um erro. Não se vence sem luta, e nem se participa da vitória ficando neutro. [...] O momento não é de nomes mas de programas e de princípios. Recentemente, em mensagem, aconselhei os trabalhadores que cerrassem as fileiras em torno do programa do Partido Trabalhista Brasileiro, representante e defensor de seus interesses.

O General Eurico Gaspar Dutra, candidato do PSD em suas últimas declarações, colocou-se dentro das ideias do programa trabalhista e assegurou a esse partido garantia de apoio, de acordo com suas forças eleitorais. Ele mereceu, portanto, os nossos sufrágios.

Sempre procurei atender aos interesses dos pobres e dos humildes, amparar os direitos dos trabalhadores e do povo brasileiro em geral, desse povo sempre bom e generoso. Estarei do vosso lado na luta e acompanhar-vos-ei até a vitória.<sup>268</sup>

Nas eleições de dois de dezembro de 1945, Eurico Gaspar Dutra foi vitorioso, obteve 55,39% dos votos. Yeda Fiúza teve 9,7%, Eduardo Gomes alcançou 35%. As eleições, portanto, consagraram a vitória de Dutra, mas principalmente evidenciou a força política de Getúlio Vargas. A União Democrática Nacional conseguiu derrubar o Estado Novo, mas longe esteve de retirar o prestígio de Vargas. Sobre a perda das

<sup>267</sup> GOMES, Ângela de Castro e D'ARAÚJO, Maria Celina. Op. Cit., p. 26.

<sup>268</sup> *O Radical*, 29.01.1945, p. 1, apud DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Op.cit., p. 65.

eleições, Virgílio de Mello Franco olhou com positividade os feitos de 1945. Segundo ele o fato de “ter demolido a ditadura foi um triunfo maravilhoso, senão milagroso”.<sup>269</sup> No entanto, a derrota de Eduardo Gomes surpreendeu a todos os correligionários da UDN.

Para Virgílio, a eleição de Dutra significou a última vitória da ditadura do Estado Novo. Demonstrou o alcance da “máquina eleitoral forjada pela ditadura”. Ele criticou a lei eleitoral, a qual desprezou as emendas oferecidas pela UDN. Esta teria servido “cem por cento aos interesses da quadrilha que se apossara do país em 1937”. Criticou o alistamento ex-ofício estendido às massas menos esclarecidas. Para Virgílio, isto ocorreu calculadamente para que possibilitasse a inclusão de analfabetos e estrangeiros. Segundo ele, “daí o escândalo, já agora do domínio público, de milhares de eleitores analfabetos e estrangeiros contribuindo para decidir dos destinos políticos da Nação e constituindo ameaça flagrante à sua vida”.<sup>270</sup>

As Forças Armadas brasileiras expulsaram Vargas do poder, segundo relato de Virgílio, quando se tornou evidente que ele tramava uma “peronada”.<sup>271</sup> Virgílio de Mello Franco considerou equívoco o voto do povo em Dutra. Não considerou, portanto, o interesse dos trabalhadores. Compreendeu-os como alienados, sem consciência. Continuava preso aos limites da interpretação liberal. Em carta da Associação dos Amigos da América para Virgílio de Mello Franco – secretário geral da UDN – eles criticaram a campanha realizada pelo partido. Eles escreveram:

“É constrangedor porque, em toda essa campanha, V.S. se colocaram em plano de quase intangibilidade; na posição de infalíveis e de conhecedores de todo segredo da luta; não buscando o contato dos que vinham dando tudo, desinteressadamente, pelo triunfo da causa comum.

Insularam-se e menosprezaram sugestões e conselhos experientes. Escudaram-se na cultura que edificaram e pensaram que a luta que se travava no país era um duelo de oratória em que cada um, salvo exceções, queria mostrar-se mais erudito, utilizando uma linguagem acima da compreensão da massa abandonada à sua desgraçada ignorância, mas trabalhada e mesmo fanatizada, por todos os modos e formas, por adversários inescrupulosos. Poucos de nosso lado tratavam, com realismo, os problemas vitais para o povo, de imediato interesse, que dissessem de perto com suas agruras, e tormentos de cada instante. O tema principal de quase todo discurso era o ataque ao ditador, à ditadura, enquanto os problemas principais do interesse da massa eram relegados a plano secundário. Não houve uma campanha profunda visando esclarecer o povo, de sorte a alerta-

<sup>269</sup> FRANCO, Virgílio de Mello. Op.cit., prefácio, p. V.

<sup>270</sup> Idem, p. 28-29.

<sup>271</sup> Idem, p. 49.

lo contra seus falsos amigos. Houve personalismo. À causa comum, não rara vezes, agigantou-se o interesse pessoal em jogo. Deu-se a luta, muitas vezes, 30 ou 40% de esforço, quando havia possibilidade de colaboração bem maior e eficiente. Subestimou-se a mistificação do adversário e acreditou-se demasiado na vitória, quando os fatos estavam a mostrar que ela nos fugiria das mãos se agíssemos contemporizando ou acordando naquilo que, em absoluta, a nossa experiência e a solércia do adversário estavam a desaconselhar.”<sup>272</sup>

Na carta há diversas críticas sobre a campanha da UDN. Descreveu os comícios como disputa para saber quem era o mais erudito. Usavam palavras de difícil compreensão e fugiam das discussões e propostas que interessavam aos trabalhadores. Acreditou-se demais na vitória do brigadeiro Eduardo Gomes e desconheceu a relevância de Vargas na política brasileira. Não há no arquivo Virgílio de Mello Franco resposta a esta carta. No entanto ele escreveu suas memórias sobre a campanha da UDN. No livro, como já foi mencionado, ele defendeu que a eleição de Dutra foi a última vitória da ditadura do Estado Novo. Virgílio culpou o povo que votou em Dutra e prestigiou o Exército, Marinha e Aeronáutica pelo golpe “salvacionista” que eles executaram.

Para Virgílio, no entanto, o fim do Estado Novo já deveria ser reconhecido como vitória. Conseguiram afastar Getúlio Vargas da presidência da República. Durante a campanha presidencial da UDN, Virgílio escreveu carta a Pedro Aleixo. Nesta, ele disse que depois da campanha nenhum outro triunfo o alegraria mais, nem nenhuma derrota o esgotaria. Ele continuou:

“Presto, há quinze anos, meu modesto concurso à luta pela emancipação política do Brasil, dando-lhe o contingente de todo o meu esforço. Diz-me a consciência que não fui de todo inútil à nossa geração e à nossa terra. Dei quinze anos de sôfrega atividade no desesperado empenho de servir à Minas e ao Brasil, no sentido de suas aspirações coletivas, dos seus impulsos generosos. Lutei quinze anos, sem a falta de um dia; consumi minha mocidade, num esforço hercúleo de sacudir a árvore para que os outros colhessem os frutos; escrevi na imprensa; fiz discursos; escrevi livros; fiz revoluções e expus a vida e a liberdade; sofri prisões e constrangimentos de toda a ordem; **achei-me em tudo e em toda parte, menos na hora de colher os frutos. Estou, pois, cansado e decidido a entrar na definitiva obscuridade. Não quero, não pleiteio nem aceitarei nada, de ninguém. Se Deus me der ainda alguns anos de vida e saúde,**

---

<sup>272</sup> Carta do Presidente da Comissão Central da Sociedade Amigos da América para o Virgílio (secretário geral da UDN) e Otávio Mangabeira (presidente da UDN), janeiro de 1946. Arquivo Virgílio de Mello Franco, série Correspondências, CPDOC-FGV.

**consumi-los-ei em viagens, propagando e engrandecendo a vida sob o sol de outros países.** [grifo meu].<sup>273</sup>

A perda do brigadeiro Eduardo Gomes nas eleições de 1945 não foi a última decepção de Virgílio de Mello Franco. Ele não consumiu seus últimos anos em viagens, “propagando e engrandecendo a vida sob o sol de outros países”.

### **Últimas lutas**

Dutra tentou em seu governo diminuir conflitos entre oposições. Assim, propôs à União Democrática Nacional, em troca da colaboração de seu diretório, duas pastas ministeriais – o ministério do Exterior e da Educação. Para Otávio Mangabeira, presidente nacional da UDN, a aproximação com o governo federal contribuiria na consolidação da democracia. Possibilitaria também que nas eleições da sucessão de Dutra, o PSD apoiasse candidatura da UDN.<sup>274</sup>

Virgílio de Mello Franco, secretário-geral do partido, foi contrário a esta proposta. Para ele o período não era de conciliação, mas de luta, definição e debate. Virgílio compreendia a eleição de Dutra como a última vitória do Estado Novo. Considerava, pois, contraditório aos ideais que a UDN pregou na campanha presidencial se aliar ao governo federal. O partido que foi fundado como frente de oposição a ditadura não poderia se aliar as manobras políticas dela.

Em *A campanha da UDN*, Virgílio afirmou que o governo de Dutra não era digno de confiança. Isto ocorria porque dele participava João Neves, aliado de Getúlio Vargas, indicado para o cargo de Ministro do Exterior do governo Dutra; Octacílio Negrão de Lima, quemista em Minas Gerais, atuava no novo governo como Ministro do Trabalho; Benedito Valadares permanecera no cargo de interventor de Minas Gerais; Agamenon Magalhães, que Virgílio descreve como “bruxo” da corte, estava possuindo papel de destaque na Constituinte. Virgílio de Mello Franco compreende, portanto, o governo Dutra como a continuação do Estado Novo, sem Getúlio Vargas no poder. Em carta para Otávio Mangabeiras, Virgílio sintetizou seu pensamento:

“O sentido real das minhas palavras é o de que, da expectativa cordial em que se colocou a representação parlamentar da UDN, não se deveria marchar para o

<sup>273</sup> Carta de Virgílio de Mello Franco a Pedro Aleixo, 9 de setembro de 1945. Arquivo Virgílio de Mello Franco, série Correspondências, CPDOC-FGV.

<sup>274</sup> Para mais, ver: DULCI, Otávio. Op.cit., p. 91.

estímulo aos acordos regionais, estaduais, logo municipais e distritais, que terminarão na dissolução do nosso partido em benefício do governo, que – convém não esquecer – nada mais é do que uma projeção do anterior, submetido apenas a uma certa disciplina jurídica, que a existência de uma Assembleia Constituinte, com numerosa representação oposicionista, lhe impõe.”<sup>275</sup>

Posta a votos, foi aprovada a aceitação das pastas ministeriais oferecidas a UDN.<sup>276</sup> Virgílio, descontente com o resultado, renunciou a função de secretário-geral do partido. Visando apresentar as razões da renúncia ao cargo, ele publicou o livro *Sob o signo da resistência*. Nele escreveu sobre sua saída:

“Não renunciei às funções de Secretário Geral da UDN por um movimento de irritação ou despeito e sim, apenas, por ser, há muito tempo, voto vencido na Comissão Executiva do Partido e, em tais condições, já não mais poder considerar-me intérprete do pensamento da maioria da agremiação partidária a que pertença.”<sup>277</sup>

Virgílio de Mello Franco pensava que se o partido não mantivesse suas posições e ideologias defendidas em sua fundação e na campanha presidencial, estaria fadado ao fracasso. Ele compreendia a UDN como partido de ideais, não de ideias. Agremiavam-se em torno de princípios, não de teorias. Em carta a Otávio Mangabeira, datada de 12 de novembro de 1946, Virgílio pediu sua exoneração do cargo de secretário-geral do partido:

“Tenho a honra de apresentar a V. Ex. a minha deliberação irrevogável de renunciar às funções de Secretário Geral da União Democrática Nacional, que até hoje vinha exercendo. São tão profundas, notórias e fundamentais as divergências de orientação que me separam da política do nosso partido em face do Governo e dos demais partidos, que eu faltaria, de fato, aos mais elementares princípios da coerência e aos meus próprios compromissos íntimos se permanecesse no posto executivo a que ascendi, graças a honrosa confiança dos nossos correligionários e que, mais de uma vez, à proporção que se pronunciavam as nossas discordâncias, tentei deixar.”<sup>278</sup>

<sup>275</sup> Carta de Virgílio de Mello Franco a Otávio Mangabeira, 12 de março de 1946. Disponível em: FRANCO, Virgílio. Op.cit., p. 33.

<sup>276</sup> Raul Fernandes foi indicado ministro do Exterior e Clemente Mariani, ministro da Educação.

<sup>277</sup> FRANCO, Virgílio de Mello. *Sob o signo da resistência*. Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1947, p. 7.

<sup>278</sup> Carta de Virgílio de Mello Franco para Otávio Mangabeira, 12 de novembro de 1946. Disponível em: FRANCO, Virgílio de Mello. Op.cit., p. 119.



Virgílio de Mello Franco, apesar de seu afastamento da secretaria geral da UDN, manteve sua participação no partido. Foi presidente do diretório de Minas Gerais. Em 1947 houve eleições para governador de Estado. A UDN precisou decidir quem seria o candidato em Minas Gerais. Carolina Nabuco afirma que o nome de Virgílio foi indicado juntamente com de Milton Campos. Afonso Arinos, no livro *A alma do tempo*, relatou o episódio. Ele narra que Virgílio apoiou Milton Campos. Desinteressou-se de sua própria candidatura que surgia de alguns grupos do partido. Na Convenção do partido foi discutido não nomes, mas teses. “Tratava-se de decidir, preliminarmente, se o candidato seria de luta ou de união com os demais partidos. Vencida a tese do candidato de união ficou *ipso facto* afastado o nome de Virgílio, e pudemos ir todos, inclusive eu, para o de Milton.”<sup>279</sup>

Virgílio de Mello Franco atuou na campanha de Milton Campos. Aproveitou da divergência interna do PSD sobre a candidatura de Carlos Luz, Bias Fortes e Venceslau Brás.<sup>280</sup> Soube da escolha do partido por Fortes e foi até Venceslau Brás prestar suas condolências. Pediu, então, nessa ocasião, o apoio deste na campanha de Milton Campos. Ele aceitou. Virgílio procurou Arthur Bernardes para angariar seu apoio e de seu partido – o Partido Republicano. Apesar de resistências, Bernardes concordou. Virgílio conseguiu, portanto, agrupar forças para candidatura de Milton Campos.

Nas eleições de 19 de janeiro de 1947 o candidato udenista foi vitorioso. Milton Campos recebeu 448.073 votos, totalizando 55,6 %, enquanto Bias Fortes recebeu 388.207. Tomou posse em 19 de março. Escolheu para seu secretariado Pedro Aleixo (Interior), José de Magalhães Pinto (Finanças), Abgar Renault (Educação) e Américo Gianetti (Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho). Virgílio de Mello Franco esperava ser chamado para o secretariado de Milton Campos, mas não o foi. Em carta de Virgílio a Magalhães Pinto é possível perceber decepção com a situação. Ele escreveu: “Dizem que não quero, mas não fui chamado”.<sup>281</sup> Carolina Nabuco apresenta que amigos de Virgílio relataram que ele teria preferido o cargo administrativo em substituição ao posto de presidente da secção mineira da UDN.

---

<sup>279</sup> ARINOS, Afonso. *A alma do tempo*. José Olympio, 1979. Apud NABUCO, Carolina. Op.cit., p. 212.

<sup>280</sup> O candidato possedista era inicialmente Carlos Luz, ministro da Justiça do governo do general Eurico Dutra, que desistiu em benefício do ex-presidente da República Venceslau Brás, então quase octogenário. Mas a direção do PSD mineiro se dividiu em relação à sucessão, e em dezembro de 1946, na convenção estadual que definiu o candidato do partido, Venceslau foi derrotado por José Francisco Bias Fortes, nome apoiado por Benedito Valadares. Venceslau transferiu então seu apoio a Milton Campos, sendo seguido por uma facção liderada por Carlos Luz e Fernando de Melo Viana, denominada “PSD independente”. Para mais, ver: Verbete Milton Campos, CPDOC-FGV.

<sup>281</sup> Citado em: NABUCO, Carolina. Op.cit., p. 216.

Em comemoração aos 50 anos de Virgílio de Mello Franco foi oferecido banquete. Neste evento discursaram Osvaldo Aranha, Arthur Bernardes e Carlos Lacerda. As pessoas escolhidas refletem as relações de Virgílio e, de modo geral, sintetizam as posições políticas que ele teve ao longo de sua trajetória. Arthur Bernardes, presidente durante a Primeira República, era consagrado representante legítimo desse período. Virgílio de Mello Franco atuou em seu governo e foi incumbido de solucionar o episódio das cartas falsas. Osvaldo Aranha era amigo de faculdade de Virgílio, participaram juntos da liderança da Revolução de 1930. Aranha foi aliado de Vargas durante muitos anos, sendo ministro das Relações Exteriores. Afastou-se do Estado Novo em 1944, contribuindo na União Democrática Nacional. Carlos Lacerda era, nesse período, jornalista. Fora também importante aliado de Virgílio na luta contra o Estado Novo e possuiu destaque na UDN.

Os três políticos escolhidos demonstram que Virgílio de Mello Franco foi importante em diversos momentos da política brasileira. Participou da Primeira República, foi um dos líderes do movimento que colocou fim a esse período histórico, foi aliado de Getúlio Vargas e atuou enfaticamente contra o Estado Novo. Em discurso feito por Osvaldo Aranha, ele pronunciou:

“O revolucionário não cessará em ti, com a vitória, porque a tua inquietação política não poderá jamais satisfazer-se com o poder. Tens, mesmo, um menoscabo pelas posições governamentais. Entre as conquistas materiais e a insatisfação espiritual a tua posição foi sempre coerente e continuará a ser. Não tens ambições, porque estas não se satisfazem sem transigências. As tuas aspirações, porém, nunca te poderão abandonar e nem permitirão que renunciés ao teu afã político e ao chamamento dos deveres públicos. Não te julgo e menos te condeno: acredito compreender-te. És da nobre família dos rebeldes. A tua rebeldia é consciência, é força interior, mas é inspiração e vida.”<sup>282</sup>

Em 1948 Virgílio foi convidado para reconduzir o posto de presidente da seção da UDN mineira. Quando do episódio da posse neste cargo, Virgílio discursou:

“Esses motivos não seriam suficientes para a unanimidade que me reconduziu a este posto. Temos, todos nós, a coragem dos nossos pontos de vista, e deixamos aos adversários a manha dos seus artifícios. Pensando bem, quiseste distinguir em mim o homem de partido, aquele que nunca desejou ficar na terra de ninguém, sorrindo aos doces sorrisos das demais correntes, o que sempre trocou chumbo grosso com o adversário, embora sempre lutasse para que a batalha

---

<sup>282</sup> Discurso pronunciado por Osvaldo Aranha sobre o Virgílio de Mello Franco; VMF/ARANHA, O.E.S. pi 47.07.10. Arquivo Virgílio de Mello Franco, série Produção Intelectual, CPDOC-FGV.

fosse cortês e serena, o que sempre lutou pela sobrevivência do Partido, pela fidelidade aos princípios, pela conquista e absorção dos aliados de ontem em nossos quadros, abertos a todos os que pensam como nós. Mas essa posição não é só minha.”<sup>283</sup>

Virgílio se descreveu como lutador. Aquele que foi fiel aos princípios do partido, que “trocou chumbo grosso” com o adversário. Ainda em 1948, Virgílio de Mello Franco criou o semanário *Política e Letras*. O interesse da revista se concentraria, a princípio, na parte literária. O objetivo era ter periódico para quando iniciasse as lutas políticas em torno do candidato à sucessão de Dutra. Serviria também para divulgação sobre seu pensar a atualidade. A revista, no entanto, teve duração efêmera. Com menos de vinte números o semanário teve seu fim.

Virgílio passou seus últimos dias de vida produzindo na revista e atuando como presidente da seção mineira da UDN. Poucos meses após a criação de *Política e Letras* e de sua posse no cargo do partido, ele faleceu.

Na madrugada do dia 29 de outubro de 1948, data que se comemorou três anos do golpe que derrubou o Estado Novo, Pedro Santiago Pereira, ex-funcionário de Virgílio, invadiu sua casa e o assassinou. Virgílio o reconheceu e antes de falecer, atirou em Pedro, causando sua morte. O invasor já havia entrado na casa outra vez. Poucos dias antes Pedro invadiu a residência e roubou o revólver de Virgílio. Nesta ocasião ele se encontrava viajando. Mas Dulce, a esposa de Virgílio, reconheceu o ladrão. Nada pôde fazer. O ladrão entrou novamente na casa, mas desta vez assassinou Virgílio. Carolina Nabuco apresenta que as causas do crime foram indicadas como vingança por sua demissão.

No dia do falecimento de Virgílio houve cerimônia no Rio de Janeiro que comemorou o aniversário do final do Estado Novo. Inauguraram novo departamento, o Estudantil e Trabalhista. Na ocasião, Virgílio discursaria. Seria, então, homenageado com a instalação de seu retrato na sala da sede do partido. O evento ocorreu. Mas Virgílio, tragicamente, não pôde comparecer. Encerrou-se assim a vida de Virgílio de Mello Franco. Com têmpera de lutador.

---

<sup>283</sup> Discurso do Virgílio, aos diretórios municipais da UDN, Seção de Minas Gerais, 13 de junho de 1948, VMF pi 48.06.13, Arquivo Virgílio de Mello Franco, série Produção Intelectual, CPDOC-FGV.

## Conclusão

Virgílio de Mello Franco foi, como Osvaldo Aranha o descreveu, revolucionário. Lutou pelos seus ideais. Foi articulador da Revolução de 1930, do Partido Social Nacionalista, do Partido Progressista, do Manifesto dos Mineiros, da União Democrática Nacional. Estudar a trajetória desse personagem permitiu conhecer disputas por poder, contradições pessoais, o pensamento social de importante contexto brasileiro. Sua participação na política perpassou pela Primeira República, o governo provisório e constitucional de Getúlio Vargas, Estado Novo e primeiros anos da experiência democrática brasileira. O estudo permitiu conhecer a trajetória de relevante personagem, o qual atuou intensamente em anos de importância da história do Brasil.

Virgílio foi conhecido Ariel, tenente-civil, reformista, udenista e tantas outras descrições. Sua participação foi de extrema importância para a concretização de seus ideais. De fato, suas posições políticas se alteraram ao longo da trajetória. Mas há de pensar que não se tratou de sua opinião sobre os fatos unicamente. Seus pensamentos e ações alteraram conforme o contexto que viveu.

Iniciou sua participação política na Primeira República. Influenciado pela família, a qual tinha a tradição de participar da vida pública do país, foi aliado de Arthur Bernardes. Era jovem ainda quando as ideias centralizadoras, autoritárias, antiliberais e antifederalistas circularam no Brasil, as quais ele defendeu na Revolução de 1930. Continuou a compartilhar dessas ideias ao longo do Governo Provisório de Getúlio Vargas. No entanto, Virgílio, devido não ter sido escolhido para o cargo de interventor de Minas Gerais, rompeu relações com Vargas.

Seu afastamento da política varguista pode ser justificado pelo ressentimento de não ter sido nomeado para o cargo. Virgílio lutou ao lado de Getúlio na Revolução de 1930, contribuiu para que ele tomasse o cargo de chefe de governo, atuou em seu governo compondo o chamado “Gabinete Negro”, contribuiu na fundação de partidos em Minas Gerais com objetivo de equilibrar as divergências e disputas entre as forças sociais desse estado, defendeu o governo federal na Guerra Civil de 1932.

Virgílio não foi nomeado para o cargo de interventor de Minas Gerais devido estratégia de Vargas em controlar as forças sociais e o poder daquele estado. Dessa forma, os vitoriosos desse episódio foram Getúlio e Benedito Valadares (nomeado para o cargo). A família Mello Franco se tornou, a partir disso, opositora ao governo Vargas. Virgílio foi um dos principais articuladores da fundação da UDN, foi seu primeiro

secretário-geral, agremiou forças para lutar com o Estado Novo e retirar Vargas do poder.<sup>284</sup>

No entanto, mesmo com o fim do Estado Novo e com a vitória de ter retirado Getúlio Vargas da presidência da República, o candidato da UDN, brigadeiro Eduardo Gomes, não foi vitorioso nas eleições de 1945. Eurico Gaspar Dutra, candidato apoiado pelo governo federal foi eleito. Esta, para Virgílio de Mello Franco, foi a última vitória da ditadura do Estado Novo.

Com a derrota do candidato udenista, Virgílio defendeu que permanecia a situação de luta, oposição ao governo federal, o qual era para ele a continuação do Estado Novo. No entanto, foi proposta à UDN que se aliassem ao governo Dutra em troca de duas pastas ministeriais. O partido aceitou. Virgílio viu, então, seus ideais fracassados. Afastou-se da secretaria geral do partido. Foi eleito presidente da secção mineira da UDN. Teve suas últimas atividades nesse posto.

Virgílio de Mello Franco contribuiu para a vitória do candidato udenista, Milton Campos, para governador de Minas Gerais. Angariou apoios, agremiou forças públicas, ajudou na campanha. Quando da vitória, Campos não escolheu Virgílio para compor seu secretariado. Virgílio demonstrou frustração com a situação. Parecia não haver chegado a hora ainda de colher os frutos.

Virgílio um ano após esse episódio foi assassinado. Morreu sem ter sido recompensado pelas lutas, ações e importância que teve para conquistas políticas. Como escreveu Eric Hobsbawn, nem sempre quem faz revolução é beneficiado por ela.<sup>285</sup>

É sabido que Virgílio de Mello Franco teve papel relevante na política brasileira. Muitos de seus ideais foram vitoriosos através de sua atuação. Virgílio pediu no livro *Outubro, 1930* que os historiadores fizessem justiça ao narrar os episódios. Talvez o estudo de sua trajetória tenha realizado seu desejo.

---

<sup>284</sup> Afonso Arinos, irmão de Virgílio, se destacou no segundo governo constitucional de Vargas pela sua oposição ao governo.

<sup>285</sup> HOBBSAWN, Eric. Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991. Tradução Marcos Santarrita; revisão técnica Maria Célia Paoli. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

## Referências

### Arquivos Privados

Afonso Arinos, CPDOC-FGV.

Getúlio Vargas, CPDOC-FGV.

Virgílio de Mello Franco, CPDOC-FGV.

### Entrevistas

OLIVEIRA, Juscelino Kubitschek de. *Juscelino Kubitschek II (depoimento, 1976)*. Rio de Janeiro, CPDOC, 1979. 77 p. dat, p. 47-48.

*O INTELLECTUAL e o político: encontros com Afonso Arinos* / Org. Aspásia Camargo, Maria Clara Mariani, Maria Tereza Teixeira. Brasília, D.F.: Senado Federal: Dom Quixote; Rio de Janeiro: CPDOC/Fundação Getúlio Vargas, 1983. 460p. il. (Brasil-memória política; v.2).

### Memórias

FRANCO, Virgílio Alvim de Mello. *A Campanha da UDN 1944-1945*. Zélio Valverde, 1946.

\_\_\_\_\_. *Sob o signo da resistência*. Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1947.

\_\_\_\_\_. *Outubro 1930*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

### Periódicos

*A Democracia*, Rio de Janeiro.

*Diário Carioca*, Rio de Janeiro.

*Diário de Notícias*, Rio de Janeiro.

*Estado de Minas*, Belo Horizonte.

*Folha de Minas*, Belo Horizonte.

*Fon Fon*, Rio de Janeiro.

*Minas Geraes*, Belo Horizonte.

*O Jornal*, Rio de Janeiro.

*O Radical*, Rio de Janeiro.

## Bibliografia

ANDRADA, Bonifácio de. A revolução de 30. In: *Anais do VI Seminário de estudos mineiros: a revolução de 1930*. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1987.

ARENDT, Hannah. *Poder e violência*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2001.

\_\_\_\_\_. *A condição humana*. 10 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

ARINOS, Afonso. *A alma do tempo*. José Olympio, 1979.

BAGGIO, Sheila Brandão. *Continuidade e renovação: Virgílio de Melo Franco e a política em Minas, 1922-1933*. 1985. 218f; Dissertação (mestrado)- Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Ciência Política.

BENEVIDES, Maria Victoria. *A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro, 1945-1965*. Paz e Terra, 1981.

BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e Democracia*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

BOMENY, Helena Maria Bousquet. A estratégia da conciliação: Minas Gerais e a abertura política nos anos 30. In: GOMES, Ângela de Castro (org). *Regionalismo e Centralização Política: Partidos e Constituinte nos Anos 30*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980

CAMARGO, Aspásia; MARIANI, Maria Clara Maria; TEIXEIRA, Tereza. *O Intelectual e o político: encontros com Afonso Arinos / Org.*. Brasília, D.F.: Senado Federal: Dom Quixote; Rio de Janeiro: CPDOC/Fundação Getúlio Vargas, 1983. 460p. il. (Brasil-memória política; v.2)

CAPELATO, Maria Helena. "O Estado Novo: o que trouxe de novo." In: FERREIRA, Jorge. & DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: volume 2 O tempo do nacional-estatismo*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2003.

CARONE, Edgard. *Tenentismo*. Difel, Rio de Janeiro, 1975.

\_\_\_\_\_. *O Estado Novo (1937-1945)*. São Paulo, Difel, 1976

CASTRO, Maria Helena de Magalhães. O Rio Grande do Sul no pós-30: de protagonista a coadjuvante. In: GOMES, Ângela Maria de Castro (coord.). *Regionalismo e Centralização Política: Partidos e Constituintes nos anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *PTB. Do getulismo ao reformismo (1945-1964)*. São Paulo, Marco Zero, 1989.

\_\_\_\_\_. “Partidos políticos e frentes parlamentares”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2013.

Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

DULCI, Otávio Soares. *A UDN e o anti-populismo no Brasil*. Editora UFMG/PROED, 1986.

FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930: historiografia e história*. São Paulo. Brasiliense, 1972.

FERREIRA, Jorge. “Quando os trabalhadores “querem”: política e cidadania na transição democrática de 1945”. In: *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964*. Editora Record, 2005.

\_\_\_\_\_. *Contra a guerra, vamos à guerra*. In FERREIRA, Jorge (org.). *O Rio de Janeiro nos jornais. Ideologias, culturas políticas e conflitos sociais (1930-1945)*. Rio de Janeiro, 7 Letras/FAPERJ, 2014.

FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, v. 1.

FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. A crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006, 26f.

FLORES, Moacyr. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1996.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: RABINOW, P.; DREYFUSS, H. Michel Foucault: *uma trajetória filosófica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. *Tenentismo e Aliança Liberal (1927-1930)*. São Paulo, Polis, 1978.

GOMES, Ângela de Castro (org). *Regionalismo e Centralização Política: Partidos e Constituinte nos Anos 30*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980.

GOMES, Ângela Maria de Castro; D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. *Getulismo e trabalhismo: tensões e dimensões do Partido Trabalhista Brasileiro*. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1987.



- HIPPOLITO, Lucia. *PSD e a experiência democrática brasileira (1945-64)*. Editora Paz e Terra, 1985.
- HOBBSBAWN, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. Tradução Marcos Santarrita; revisão técnica Maria Célia Paoli. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- LABORIE, Pierre. "Memória e opinião." In: AZEVEDO, Cecilia; ROLLEMBERG, Denise; BICALHO, Maria Fernanda; KNAUSS, Paulo. *Cultura Política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2009.
- LANNA JÚNIOR, Mário Cléber Martins. Tenentismo e crises políticas na Primeira República. In: FERREIRA, Jorge. & DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: volume 1 O tempo do liberalismo excludente*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2010.
- LIMA SOBRINHO, Barbosa. *A verdade sobre a Revolução de Outubro*. [1933] São Paulo, Alfa-Ômega, 1975.
- MAGALHÃES, Bruno de Almeida, *Arthur Bernardes- estadista da República*, Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.
- MALTA, Octavio. *Os Tenentes na revolução brasileira: Edição ilustrada*. Vol. 47. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1969.
- MATTOS, Hebe. "Memórias do cativo: narrativa e identidade negra no antigo sudeste cafeeiro" In: RIOS, Ana Lugão e MATTOS, Hebe. *Memórias do Cativo. Família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- NABUCO, Carolina. *A vida de Virgílio de Melo Franco*. José Olympio, 1962.
- PANDOLFI, Dulce. "Os anos 1930: as incertezas do regime". In: FERREIRA, Jorge. & DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: volume 2 O tempo do nacional-estatismo*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2003.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Revista Estudos Históricos*, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- PORTELLI, Alessandro. "O massacre de Civitella Val di Chiana". In: Ferreira, Marieta de M. e AMADO, Janaína. *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1996.
- RESENDE, Maria Efigênia Lage de Resende. "O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico". In: FERREIRA, Jorge. & DELGADO, Lucília

de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: volume 10 tempo do liberalismo excludente*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2010.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

SODRÉ, Nelson Werneck. *O Tenentismo*. Mercado Aberto, Porto Alegre, 1985.

VARGAS, Getúlio- “A Nova Sede do Ministério da Fazenda”, in *A Nova Política do Brasil*, vol. X, Rio, José Olympio, 1944.

VISCARDI, Claudia M. Ribeiro, “A Força Pública em Minas Gerais na Primeira República”. *Locus, revista de História*. Juiz de Fora, n. 1, vol. 1, 1995.

\_\_\_\_\_. *O teatro das oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”*. Belo. Horizonte: Fino Traço, 2012.

WIRTH, John D. *O fiel da balança: Minas Gerais na Federação Brasileira, 1889-1937*. Paz e Terra, 1982.